

HELOISA MARIA VIEIRA

Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte:  
atores em cena

BELO HORIZONTE- MG  
Outubro - 2007

HELOISA MARIA VIEIRA

**Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte:  
atores em cena**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Sociedade

Orientadora: Profa. Alcenir Soares dos Reis. ECI/UFMG

BELO HORIZONTE- MG  
Outubro - 2007

## FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "**BIBLIOTECAS  
COMUNITÁRIAS EM BELO HORIZONTE**: atores em  
cena".

Nome da aluna: **Heloisa Maria Vieira**

Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, aprovada pela banca examinadora, constituída pelas professoras Alcenir Soares dos Reis (orientadora), Maria Antonieta Pereira, Ana Maria Rezende Cabral, Lígia Maria Moreira Dumont.

Belo Horizonte (MG), 24 de outubro de 2007

Prof. Alcenir Soares dos Reis  
Orientadora

Prof. Maria Antonieta Pereira

Prof. Ana Maria Rezende Cabral

Prof. Lígia Maria Moreira Dumont

Dedico este trabalho  
à memória de meu pai, Celso Vieira Vilela,  
cujo exemplo de luta e persistência diante  
de desafios é um incentivo sempre;

aos meus filhos Camilo e Rafael,  
para quem eu gostaria de ser um exemplo.

“ **AGRADECIMENTOS**

Esta longa e árdua jornada chegou ao fim e estiveram ao meu lado muitas pessoas a quem quero agradecer “*ab imo corde*”.

Começo pela família: Tereza, minha mãe, e irmãs Sônia, Shirley, Sheila e Teresa Cristina cujo apoio perpassa uma variada gama de ações, do âmbito material ao espiritual.

Minhas amigas muito especiais Assunção, Nízia e Lucinha pelas palavras animadoras e apoio efetivo.

Marlene Edite Pereira, Diretora de Leitura e Informação da Fundação Municipal de Cultura, pela disponibilização de dados sobre as bibliotecas comunitárias e pelo estímulo à pesquisa do tema.

As pessoas que muito gentilmente concederam as entrevistas - sem as quais esta dissertação não teria se realizado - e cujo trabalho é um modelo a ser seguido.

Professora Ana Maria Cabral, antiga colega e amiga, que além dos incentivos e “empurrões”, foi minha orientadora no estudo especial sobre ação cultural.

A bibliotecária Eliane Maria Fernandes Lopes, pela valiosa assessoria na pesquisa bibliográfica.

A Leise Laura Abreu, pela fatigante e imprescindível operação de transcrever as inúmeras horas de entrevistas, meu eterno reconhecimento.

E um agradecimento muitíssimo especial - à orientadora Alcenir - para quem não há palavras suficientes para expressar minha gratidão - pela competência profissional, pelas "horas extras" como psicóloga, e pela amizade de um coração extremamente generoso: Deus lhe pague!

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS E QUADROS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. INTERROGAÇÕES À REALIDADE: os contornos da pesquisa.....</b>	<b>13</b>
1.1 <b>Motivações para a proposta da pesquisa.....</b>	14
1.2 <b>Diretrizes e percurso metodológico da pesquisa..</b>	19
<b>2. BIBLIOTECAS PARA TODOS: um caminho para a cidadania .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 A origem das bibliotecas e o Brasil Colônia .....</b>	34
2.1.1 A censura das idéias.....	41
2.1.2 Reflexos da Ilustração: as bibliotecas para todos.	<b>43</b>
<b>2.1 A República.....</b>	50
<b>3. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: integrando conceitos.....</b>	66
<b>3.1 A biblioteca pública.....</b>	69
<b>3.2 Bibliotecas comunitárias.....</b>	<b>72</b>
<b>3.3 A solidariedade em busca da cidadania: os movimentos sociais no Brasil.....</b>	77
<b>4. DEMOCRATIZAR O SABER : desafios aos processos de ação cultural .....</b>	83
<b>4.1 A importância da cultura e da democracia cultural ..</b>	85
<b>4.2 Acesso à informação e à leitura : condições para a democracia cultural.....</b>	92
4.2.1 A leitura no país.....	92
4.2.2 A leitura em Belo Horizonte.....	97
4.2.3 A educação na sociedade globalizada.....	102
4.2.4 A educação no Brasil.....	105
<b>4.3 Ação cultural: alternativas para a democracia</b>	

<b>cultural</b> .....	108
<b>5. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM BELO HORIZONTE:</b>	
<b>uma alternativa cultural das classes populares.....</b>	118
<b>5.1 Perspectiva histórica.....</b>	120
<b>5.2 A Cultura em Belo Horizonte: um olhar a partir dos</b>	
<b>números.....</b>	129
<b>5.3 As bibliotecas comunitárias.....</b>	133
5.3.1 - Caracterizando as bibliotecas comunitárias.....	138
5.3.1.1 - Processo e dinâmica da criação : época, razões e	
atores .....	143
5.3.1.2 – Estratégias de implementação.....	152
5.3.1.3 – Recursos humanos.....	157
5.3.1.4 - Dimensões educativas e de ação cultural.....	159
<b>5.4– As bibliotecas dos Centros Culturais.....</b>	165
5.4.1 – Caracterizando as bibliotecas dos centros culturais.	167
5.4.1.1 - Processo e dinâmica da criação: época, razões e	
atores.....	170
5.4.1.2 - Estratégias de implementação.....	172
5.4.1.3 - Dimensões educativas e de ação cultural.....	173
5.4.1.4 - Recursos humanos.....	177
<b>5.5 – Expectativas das bibliotecas comunitárias.....</b>	178
<b>5.6 Potencialidades e limites no contexto das</b>	
<b>instituições.....</b>	181
5.6.1 Linhas de atuação para a área de leitura e bibliotecas	
para Belo Horizonte e Grande BH.....	182
5.6.2 Importância de uma política de ação bibliotecária....	184
5.6.3 Suportes dados pelos Programas.....	186
5.6.4 Razões para a criação de bibliotecas comunitárias....	187
<b>6. CONCLUSÕES.....</b>	190
<b>SUMMARY.....</b>	199
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>200</b>



<b>ANEXOS.....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO I- MAPAS E GRÁFICOS SOCIOESPACIAIS.....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO II- ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>211</b>

**LISTA DE TABELAS E QUADROS**

<b>Instituições e número de participantes da pesquisa.....</b>	<b>25</b>
<b>Distribuição de bibliotecas comunitárias por regiões e bairros.....</b>	<b>135</b>
<b>Distribuição de centros culturais por regiões e bairros.....</b>	<b>136</b>
<b>Indicadores sociais dos bairros onde se situam as bibliotecas comunitárias e centros culturais selecionados.....</b>	<b>208</b>
<b>Unidades de planejamento de Belo Horizonte.....</b>	<b>208</b>
<b>Mapa temático da cultura.....</b>	<b>208</b>
<b>Composição e classificação da Unidades de Planejamento de Belo Horizonte.....</b>	<b>208</b>
<b>Classificação das Unidades de Planejamento de Belo Horizonte pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana...</b>	<b>208</b>

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**BCAQDLeitura - Biblioteca Comunitária Ai Que Delícia de Leitura**

**BCBCima -Biblioteca Comunitária Barreiro de Cima**

**BCCRECIAR – Biblioteca Comunitária Casa Recriar**

**BCEStein – Biblioteca Comunitária Edith Stein**

**BCGRios – Biblioteca Comunitária Graça Rios**

**BCLCBrandão – Biblioteca Comunitária Luciano Carlos Brandão**

**BCMUPopular – Biblioteca Comunitária do Movimento da União Popular de Minas Gerais**

**BCPACAmorim – Biblioteca Comunitária Pedagoga Antonia Casemiro Amorim**

**CCLAOliveira – Centro Cultural Liberalino Alves Oliveira**

**CCPampulha – Centro Cultural Pampulha**

**CCSBernardo – Centro Cultural São Bernardo**

**CSPFreire – Casa do Saber Paulo Freire**

**COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu**

**FEBEM – FUNDAÇÃO Estadual para o Bem Estar do Menor**

**FMC/DILINF – Fundação Municipal de Cultura/Diretoria de Leitura e Informação**

**IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**

**INAF –Índice Nacional de Alfabetismo Funcional**

**IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana**

## **RESUMO**

Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte como alternativa cultural para as classes populares. Identifica, caracteriza e analisa os fatores históricos e sociais relativos à implantação das bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte, as estratégias de constituição das mesmas (infra-estrutura, acervos, pessoal, etc.), bem como apreende a importância e o significado do livro e da leitura, a partir da ótica dos usuários e criadores, no que se refere à inserção na cultura e no exercício da cidadania. Em função de seus objetivos a metodologia utilizada teve um caráter qualitativo/quantitativo, tendo sido escolhida a entrevista como instrumento de coleta de dados. Conclui que a importância do livro está relacionada à educação formal e informal como única possibilidade de inserção social; que as bibliotecas comunitárias são iniciativa da própria comunidade para suprir suas necessidades de acesso ao livro e à leitura, na medida em que há falta ou ineficiência de bibliotecas públicas e escolares oficiais nas regiões periféricas onde atuam, e que elas constituem uma alternativa na busca da inclusão e da cidadania cultural.

*O "arbítrio" do pesquisador representa sua mais pesada carga de responsabilidade se admitirmos a complexidade e incomensurabilidade do real e o fato de que ele apenas faz uma "leitura" deste real; se admitirmos que a captação do real como um "reflexo" é uma utopia; se aceitarmos que a reprodução e a interpretação da realidade são problemáticas e que a multiplicidade de formas de convivência social juntamente com o intenso movimento das sociedades dificulta e, talvez, impossibilita a generalização dos achados de uma investigação e, conseqüentemente, a descoberta de regularidades" (Haguette, 1987, p.16-17)*

## **CAPÍTULO I**

### **INTERROGAÇÕES À REALIDADE: os contornos da pesquisa**

## **1- INTERROGAÇÕES À REALIDADE: os contornos da pesquisa**

### **1- Motivações para a proposta de pesquisa**

A motivação para esta pesquisa veio da vivência e observação de um número significativo e freqüente de recebimentos de solicitações oriundas de bibliotecas comunitárias, não só de bairros de periferia da capital, como também de cidades do interior, destinadas ao órgão de apoio a bibliotecas municipais, onde trabalhávamos. De modo geral, referiam-se à criação ou incremento de bibliotecas já existentes, visando prover um serviço a comunidades que sofriam de carências de equipamentos urbanos ligados à leitura e à informação. Ou seja, por razões várias, sua população, principalmente a estudantil, na ausência de bibliotecas públicas ou escolares próximas de sua moradia, não tinha acesso a livros e outros materiais que lhe permitissem suprir as exigências escolares na realização de trabalhos, como também não dispunha de material de leitura para atender suas necessidades intelectuais e de lazer.

Tendo em vista a precariedade das bibliotecas públicas municipais e escolares, não só em termos numéricos, mas principalmente em termos de qualidade de acervo e serviços (mostradas em avaliações feitas por órgãos governamentais e de pesquisa)\*<sup>1</sup> da maioria dos municípios de Minas Gerais, é fácil constatar a grande dificuldade de atendimento às necessidades de leitura e informação apresentadas por essas comunidades.

---

<sup>1</sup> SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. Superintendência de Bibliotecas Públicas. **Diagnóstico das bibliotecas públicas municipais de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2005. (Documento interno)

As bibliotecas comunitárias, pelas informações que se divulgam sobre as mesmas, se originam a partir de iniciativas populares, geralmente em parceria com outras instituições da sociedade civil, com a finalidade de atender a um público que vive em situação de exclusão social, marcada pela precariedade em termos de infra-estrutura cultural.

Essas são populações quase sempre desfavorecidas economicamente e se encontram, de forma geral, em estado de carência de serviços sociais básicos. Estão em vilas, favelas, regiões periféricas, consideradas não apenas pela sua localização geográfica, mas principalmente pelas condições sociais e econômicas em que vivem, o que as coloca em estado de distanciamento do padrão socioeconômico de desenvolvimento humano.

Assim, essas pessoas, por suas precárias condições de vida, geralmente não têm contato diário com livros, até o momento em que passam a freqüentar a escola. Historicamente, os livros e a biblioteca estiveram presentes apenas no cotidiano da vida das elites. Apesar das tentativas de democratização do livro e da leitura, esta situação ainda prevalece nos países menos desenvolvidos, como o Brasil.

São freqüentes as notícias de ações dessa natureza em prol da democratização do acesso ao livro, bem como da existência de pesquisadores preocupados com essa questão, desenvolvendo esforços no sentido de compreender essa realidade, visando mudar este panorama brasileiro. No entanto, tudo indica que ainda há uma escassa literatura sobre estudos e pesquisas com este tema. Em um país em que o nível de alfabetismo funcional é de apenas ¼ da população (os que conseguem ler e entender um texto), segundo

dados do INAF- Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (2005), em que a oferta de bibliotecas públicas e escolares é rarefeita, a criação de bibliotecas comunitárias surge como uma alternativa coletiva de enfrentamento das dificuldades na busca do direito à leitura.

Em razão dos aspectos acima indicados entendemos esses fatos como uma oportunidade de desenvolver uma pesquisa sobre o tema e nos propusemos a verificar por que, como e quando surgiram, como são mantidas e organizadas, quais os segmentos que elas atendem, qual o alcance do trabalho desenvolvido por essas instituições, qual a contribuição que elas têm dado às comunidades, no cenário da leitura e da cultura, qual a relação com o livro e a leitura que têm os atores envolvidos com a sua existência.

Considerando essas indagações este trabalho se propôs a identificar as alternativas buscadas por essas comunidades que, enquanto “focos de resistência”, parecem representar as saídas para o analfabetismo funcional e a ausência de leitura no cotidiano das pessoas. É também uma proposta de contribuição ao desenvolvimento de políticas públicas para as áreas em situação de exclusão social, onde geralmente elas nascem, considerando que o fato de existirem como criação da sociedade civil para a resolução de problemas comunitários indica uma predominante ausência do poder público instituído onde se faz necessário.

Compreendendo esses aspectos acreditamos que o planejamento de ações governamentais que visem fortalecê-las, para melhor desempenharem suas funções e suprirem a necessidade de informação e leitura apresentadas por essas populações, se faz necessário e indispensável para o exercício da democracia cultural.



Em virtude do que foi exposto acima, elegemos como elementos constituintes do problema a ser pesquisado as circunstâncias e os fatores histórico-sociais que explicassem o surgimento e a constituição das bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte, as estratégias adotadas para a constituição e manutenção das mesmas em termos de infra-estrutura, acervo, pessoal, etc. Além dessas indagações, ainda uma pergunta nos motivou para a pesquisa: qual seria a importância e o significado do livro e da leitura no cotidiano das classes populares, sob a ótica dos usuários e dos criadores das referidas instituições, em termos de inserção cultural e cidadania?

Reunidas todas as questões que formam o núcleo desta investigação, delimitamos como seu objetivo identificar, caracterizar e analisar os fatores históricos e sociais que levaram à constituição das bibliotecas comunitárias, assim como as estratégias desenvolvidas para criação e manutenção das mesmas (infra-estrutura, acervos, pessoal, etc.), e a importância e o significado do livro e da leitura, a partir da ótica dos usuários e criadores, no que se refere à inserção na cultura e no exercício da cidadania.

Para o embasamento teórico referente às questões nucleares orientadoras da pesquisa procedemos a uma revisão de literatura que englobou campos diversificados, dada a natureza do assunto. Assim, para a história das bibliotecas nos valem de Baratin e Jacob (2000), Battles (2003), Serrai (1975), Martins, W. (2002), Fonseca (1957), Moraes, R. (2006), Villalta (1999), Martins, A. (1999), Gomes, S. (1982), entre outros.

Para a conceituação de cultura, democracia e democracia cultural recorreremos a Laraia (1996), Cuche (1999), Chauí (1982, 1995, 2006), Soares (2004), Botelho (2001, 2003) e Gomes, A. (2007).

No que respeita à educação na sociedade globalizada nos utilizamos das obras de Castells (2000), Dantas (2003), Dupas (2005), Zaluar (1997) e Cury (2002, 2005). No campo da ação cultural, Teixeira Coelho Neto (1986, 2001, 2004), Flusser (1980, 1982, 1983) e Cabral (1989, 1998).

No campo específico das bibliotecas comunitárias são raros os trabalhos e, portanto, fomos confrontadas com as limitações bibliográficas em relação ao tema. Porém, contamos com dados importantes advindos do *Diagnóstico das bibliotecas comunitárias* realizado pela então Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, em 2003, um artigo de Oswaldo Francisco de Almeida Jr., e ainda trabalhos teóricos que apontam as experiências de bibliotecas populares em períodos anteriores, notadamente os gabinetes de leitura, ainda na época colonial, as bibliotecas criadas no contexto do movimento anarquista, as propostas de Mario de Andrade, na década de 20/30, e outras.

Integram ainda esta revisão as formulações correspondentes às questões de metodologia de pesquisa referente à pesquisa qualitativa, tomando como base as discussões realizadas por Minayo, Haguette e Laville.

Considerando as orientações dadas à pesquisa e em função dos seus objetivos, definimos as diretrizes e o percurso metodológico para sua realização, conforme se encontra descrito no tópico subsequente.

## **1.2. Diretrizes e percurso metodológico da pesquisa**

Reiterando os aspectos anteriormente explicitados consideramos oportuno destacar que ao desenharmos nossa pesquisa tínhamos em mente uma série de indagações quanto às origens das bibliotecas comunitárias, indagações motivadoras que tinham como preocupação dominante apreender não só a importância dessas bibliotecas para a comunidade como também o papel desses sujeitos como atores sociais.

A partir dessas questões, foi-nos possível elaborar o problema da pesquisa, tendo este como centralidade compreender as razões e os fatores históricos sociais relativos à constituição das bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte, apreender o papel das comunidades e de seus atores para a constituição dessas bibliotecas, assim como a importância do livro, da leitura e da questão do acesso à cultura. A esses elementos somaram-se ainda os aspectos correspondentes à infra-estrutura, buscando compreender quais teriam sido as estratégias que explicariam a criação e manutenção desses espaços em confronto com as limitações presentes nas comunidades em que se encontram inseridas. Assim, em razão dos elementos constituintes do problema da pesquisa estabelecemos os seguintes objetivos:

- ***Objetivo geral***

Identificar, caracterizar e analisar os fatores históricos e sociais relativos à implantação das bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte, às estratégias de constituição das mesmas (infra-estrutura, acervos, pessoal, etc.) bem como apreender a importância e o significado do livro e da leitura, a partir da ótica dos usuários e

criadores, no que se refere às oportunidades de participação na cidadania cultural.

▪ ***Objetivos específicos***

- Identificar e caracterizar o universo e o perfil das bibliotecas comunitárias de Belo Horizonte, visando estabelecer os parâmetros para a realização da pesquisa;
- Identificar os atores sociais integrantes do processo de constituição e implantação das bibliotecas comunitárias e o papel desempenhado pelos mesmos nesse processo;
- Levantar os componentes históricos da implantação das bibliotecas comunitárias – o porquê, como e quando de seu nascimento;
- Recuperar as estratégias adotadas para a constituição de sua infra-estrutura (espaço físico, acervos, recursos humanos, etc), sua organização e manutenção, com vistas a permitir o atendimento às necessidades da comunidade;
- Caracterizar o perfil da comunidade e relacioná-lo com as ações e serviços prestados pela biblioteca, de forma a identificar a convergência entre o perfil dos usuários e o atendimento prestado;
- Obter, a partir da ótica dos usuários e criadores das bibliotecas comunitárias, a visão dos mesmos no que se refere à importância e ao significado atribuído ao livro e à leitura, bem como a contribuição destes para a participação no âmbito da cidadania cultural.

O trabalho realizado, em função dos objetivos que o nortearam, teve como proposta uma pesquisa de caráter quantitativo/qualitativo, buscando apreender, no contexto das bibliotecas comunitárias, os desafios à sua atuação, assim como as limitações e dificuldades para

o exercício de ação cultural bibliotecária naquele contexto, com vistas à promoção de inclusão social.

Esta pesquisa apresenta também um caráter documental, na medida em que os dados sobre a disponibilidade da cultura no município e em relação aos aspectos sócio-espaciais de Belo Horizonte foram buscados em fontes oficiais.

Em face destes objetivos e em função da problemática do estudo fez-se necessário, para a realização da pesquisa, desenvolvê-la conforme o processo descrito a seguir:

- Mapear e consolidar as informações referentes às bibliotecas comunitárias, e estabelecer critérios para a seleção da amostra;
- Identificar nas comunidades os atores primordiais para identificação dos elementos que compõem a sua historicidade;
- Elaborar um quadro demonstrativo da situação histórico-cultural das comunidades atendidas pelas bibliotecas (daquelas que fazem parte da amostra);
- Consolidar os parâmetros teóricos relativos à história das bibliotecas, especialmente das comunitárias, à ação cultural, ao acesso à leitura e à educação, e a correlação entre estes subsídios teóricos e o contexto das bibliotecas selecionadas e integrantes da pesquisa.
- Entrevistar os atores centrais a fim de apreender, à perspectiva dos mesmos no que se refere ao contexto histórico de criação das bibliotecas, os desafios, limitações e importância da ação cultural para o processo de inclusão social no âmbito das comunidades;
- Consolidar e analisar os dados obtidos a fim de recuperar o processo histórico de criação das bibliotecas comunitárias assim

- como, com base nas informações obtidas, propor os norteadores políticos e de ação cultural para os serviços daquelas bibliotecas;
- Indicar, com base nos dados da pesquisa, os elementos que possam subsidiar políticas públicas para a questão das bibliotecas em Belo Horizonte.

Para dar início ao processo de realização da pesquisa, o primeiro passo para a coleta de dados foi obter as informações oriundas do cadastro das bibliotecas comunitárias junto à DILINF-Diretoria de Leitura e Informação da Fundação Municipal de Belo Horizonte, que se originou do diagnóstico realizado em 2003.

A partir desse diagnóstico pudemos perceber que essas bibliotecas não se constituíam em um bloco homogêneo e que suas especificidades exigiam uma classificação que nos permitisse estabelecer critérios adequados para a escolha da amostra a ser pesquisada.

Esses dados foram reunidos em um quadro, sistematizando as informações globais em relação ao universo da pesquisa e no qual constam: região, bairro, IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, população, data de criação, motivo para a criação, iniciativa, funcionamento, registro, suporte, utilização do espaço, recursos humanos, número de usuários, frequência mensal, quantidade de empréstimos/mês, atividades de incentivo à leitura e utilização do espaço para atividades culturais.

De posse desses dados consolidados foi-nos possível uma visualização do universo constituído pelas bibliotecas, aspectos fundamentais para se decidir pelos critérios de escolha, de forma que a pesquisa mostrasse, sob um prisma global, como a situação das

bibliotecas comunitárias se apresentava em Belo Horizonte. Avaliados esses dados, a amostra foi constituída de acordo com os seguintes definidores: primeiramente, a garantia de que todas as regiões da cidade de Belo Horizonte estivessem igualmente representadas; em segundo lugar, a antigüidade, ou seja, o tempo de funcionamento das bibliotecas e de desenvolvimento de ações junto às comunidades; em terceiro, sua origem em movimentos sociais urbanos, e por último, as características socioeconômicas dos bairros onde atuam.

Considerando esses elementos de identificação relativos às bibliotecas comunitárias e tendo em vista o interesse de apreender os fatos com base na história desse processo, a partir da memória dos sujeitos que viabilizaram a criação das mesmas, definimos utilizar como instrumento de obtenção de dados a entrevista.

Tal escolha foi orientada por considerarmos como dimensão importante a possibilidade de interação entre entrevistado-entrevistador bem como a incorporação de pontos que poderiam emergir da memória dos depoentes, trazendo para a recuperação dos dados a dinâmica passado-presente e o esclarecimento do processo de construção das bibliotecas.

Ressaltamos, no entanto, que compreendíamos também as limitações que se fazem presentes na coleta de dados por entrevista, notadamente em termos de que esta se constitui em uma interação na qual se encontram presentes o entrevistador, o entrevistado, a situação da entrevista, além do instrumento de captação dos dados (HAGUETTE,1987).

Tendo em consideração estes norteamentos elaboramos o roteiro de entrevista, buscando contemplar os pontos centrais das informações

a serem obtidas e de forma a apreender os fatos correspondentes às bibliotecas comunitárias, em estrita correspondência com os objetivos traçados para a pesquisa. O roteiro estruturado foi submetido ao pré-teste sendo posteriormente reformulado, e foi aplicado aos sujeitos que participaram da pesquisa. O modelo do instrumento utilizado constitui o Anexo II desta pesquisa.

Ressaltamos que para a realização das entrevistas relativas às bibliotecas os atores foram selecionados tendo em vista o cargo que ocupavam, destacando-se sua participação ou conhecimento do processo histórico. E em função da abrangência das informações procuradas, em algumas situações houve a necessidade de entrevistar mais de uma pessoa, principalmente para a obtenção de subsídios para o conteúdo histórico. De modo geral, os entrevistados selecionados no primeiro momento não foram partícipes do processo de criação, razão pela qual houve a necessidade da integração de outros sujeitos para viabilizar a obtenção de todos os dados pretendidos.

Esclarecemos que as bibliotecas dos centros culturais vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte foram incluídas nessa seleção, uma por região, por terem se originado de movimentos comunitários. Como há mais de um centro cultural em algumas regiões, os critérios de escolha foram os mesmos adotados para as bibliotecas, ou seja, representatividade regional, antigüidade, sua origem em movimentos sociais urbanos, e por último, as características socioeconômicas dos bairros onde atuam.

Além dos participantes acima indicados, consideramos relevante incluir também como atores da pesquisa algumas instituições que se propõem a apoiar o trabalho dessas entidades, como é o caso da



Fundação Municipal de Cultura que, por meio do Programa Beagalê, tem tido uma expressiva interlocução com as bibliotecas comunitárias de Belo Horizonte, e Faculdade de Letras/UFMG – Programa “A Tela e o Texto”, que atua na Região Metropolitana de Belo Horizonte incentivando comunidades para a criação de bibliotecas; o Conselho Regional de Biblioteconomia foi também incluído por se tratar do órgão regulador da profissão. Porém é oportuno esclarecer ainda que não foram incluídos atores pertencentes à Escola de Ciência da Informação por não haver, em termos institucionais, um trabalho específico voltado para as bibliotecas comunitárias, à medida que o trabalho de extensão se centra no atendimento às comunidades da periferia de Belo Horizonte através do Carro-Biblioteca.

É importante ainda esclarecer que quando do primeiro levantamento dos atores passíveis de serem entrevistados a amostra ficou constituída de 17 pessoas, a saber: 9 representantes de bibliotecas<sup>2</sup>, uma para cada região, 4 representantes dos centros culturais, 4 representantes das instituições apoiadoras. Porém, esse número de entrevistados sofreu alterações pelos motivos anteriormente explicitados, e assim sendo, no contexto das entrevistas com os representantes das bibliotecas, foram incorporadas 7 pessoas pelo seu conhecimento e participação no trabalho das seguintes instituições: Casa Recriar (2), COMUPRA- Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (1), Ai que delícia de leitura (1), e Centro Cultural Liberalino Alves (3). Por outro lado, em relação às bibliotecas dos centros culturais, uma delas não atendeu à nossa solicitação, razão pela qual, apesar de fazer parte da amostra, não foi possível apresentar informações sobre a mesma.

---

<sup>2</sup> <sup>1</sup> Ao todo foram nove (9) bibliotecas, sendo que a região Pampulha não tem nenhuma, portanto não foi representada, e a Região Centro-Sul tem 8, razão pela qual foram selecionadas 2 bibliotecas para garantir a representatividade.

Os outros integrantes dessa amostra, que inicialmente seriam 5: 3 representantes da Fundação Municipal de Cultura, 1 representante do Programa a Tela e o Texto (FALE/UFMG), e 1 representante do Conselho Regional de Biblioteconomia, passaram a ser 3, porque, apesar dos contatos buscados, uma das entrevistas não foi possível ser realizada em razão da agenda da pessoa escolhida, e o outro, a despeito de diferentes tentativas, não respondeu à nossa solicitação. Portanto, a pesquisa contou, ao final, com um total de 22 participantes das entrevistas, assim identificados:

9 bibliotecas comunitárias – 13 entrevistados

3 centros culturais – 6 entrevistados

2 instituições – 3 entrevistados

Em síntese, conforme consolidado no quadro abaixo, participaram da pesquisa 14 instituições e 22 entrevistados.

Quadro de instituições e número de participantes da pesquisa

<b>NÚMERO</b>	<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>Nº PESSOAS</b>
01	B.C. Ai que delícia de leitura	02
02	B. C. Barreiro de Cima	01
03	B. C. Casa Recriar	03
04	B. C. Graça Rios	01
05	B. C. Edith Stein	01
06	B. C. Luciano Carlos Brandão	01
07	B. C. Mov. União Popular	01
08	B. C. Pedag. Antonia C. Amorim	02
09	Casa do Saber Paulo Freire	01
10	C.C. Liberalino Alves	04
11	C.C. Pampulha	01
12	C.C. São Bernardo	01
13	Programa a Tela e oTexto	01
14	Fund. Mun. Cultura –DILINF	01
	Fund. Mun. Cultura	01
	<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

As entrevistas foram realizadas com os seguintes atores:

- 1- Coordenadora da Biblioteca Comunitária Barreiro de Cima – Bairro Flávio Marques Lisboa – Região Barreiro – (ENT. 1);
- 2- -Coordenadora da Biblioteca Graça Rios – Bairro Céu Azul – Região Venda Nova - ( ENT. 2)
- 3- -Coordenadora Casa Recriar, Coordenadora da Biblioteca Casa Recriar e auxiliar (3 pessoas)– Bairro Jardim Felicidade –Região Norte-( ENT. 3)
- 4- Coordenador da Casa do Saber Paulo Freire do Circo de Todo Mundo – Bairro Sagrada Família – Região Leste. – .(ENT. 4)
- 5- Coordenador da Biblioteca Comunitária Pedagoga Antonia Casseiro Amorim e o Presidente do COMUPRA ( 2 pessoas) - Bairro Ribeiro de Abreu - Região Nordeste (ENT. 5)
- 6- Coordenador Biblioteca Comunitária Luciano Carlos Brandão – Bairro Alípio de Melo – Região Noroeste. (ENT. 6)
- 7- Coordenadora Biblioteca Comunitária do Movimento da União Popular de MG – MUP - Bairro Cabana – Região Oeste. (ENT. 7)
- 8- Coordenadora Biblioteca Comunitária. Edith Stein – Bairro Carmo-Sion – Região Centro-Sul .(ENT. 8)
- 9- Coordenadora Biblioteca Comunitária "Ai que delícia de leitura" e Assistente Administrativo da Obra Social (2 pessoas)- Vila Aparecida (B. São Lucas) – Região Centro-Sul. (ENT. 9)
- 10- Coordenadora do Programa "A Tela e o Texto" – FALE/UFMG (ENT.10)
- 11- Diretora de Leitura e Informação da Fundação Municipal de Cultura- FMC-DILINF (ENT. 11).
- 12 - Pesquisadora da Fundação Municipal de Cultura. ( ENT. 12).
- 13 - Coordenador do Centro Cultural Pampulha. Bairro Urca – Região Pampulha. (ENT. 13).
- 14 -Coordenadora e auxiliares da Biblioteca do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira (4 pessoas). Bairro São Cristóvão (Pedreira Prado Lopes) Região Noroeste. (ENT. 14).

15 -Coordenadora do Centro Cultural São Bernardo. Bairro São Bernardo – Região Norte. (ENT. 15).

De nossa pesquisa constou também um levantamento de dados socio-espaciais, que inclui o IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana, com a classificação dos bairros onde se situam as bibliotecas sobre as quais incidiu a seleção. Esses dados foram obtidos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, via Internet e têm como base o documento “*Índice de Qualidade de Vida Urbana*”, produzido em 1996, ressaltando-se assim que estes são os dados mais atualizados disponíveis.

A seqüência metodológica de nossa pesquisa obedeceu às seguintes etapas: revisão de literatura, busca e consolidação dos dados sobre as bibliotecas, busca e consolidação dos dados socio-espaciais para contextualizá-las, e realização da pesquisa de campo por meio de entrevistas.

O roteiro das entrevistas foi elaborado buscando contemplar os eixos norteadores da pesquisa, razão pela qual sua estrutura contempla os seguintes pontos:

- Para as bibliotecas: época, histórico de criação, atores participantes do processo, estratégias para montagem da infraestrutura de implementação das bibliotecas, recursos humanos, perfil dos usuários, atividades de ação cultural, disponibilização de Internet, importância do livro.
- Para as instituições: linhas de atuação do programa, razões para desenvolver uma ação junto às bibliotecas comunitárias, tipo de suporte oferecido, razões das comunidades para criarem as

bibliotecas, a questão dos recursos humanos, desafios para as instituições em relação à continuidade da assistência prestada.

Em razão dos aspectos teóricos utilizados e ainda das questões metodológicas que fundamentaram a presente pesquisa, tornou-se possível realizar uma interação entre essas dimensões de forma que pudéssemos, com tais categorias, estabelecer as diretrizes para a análise dos dados obtidos, o que a levou a privilegiar os seguintes aspectos: perspectiva histórica, objetivos da implementação, estratégias de consecução, propostas de ação cultural, participação do profissional especializado, papel das instituições de formação, papel do Estado/Município, e as contradições e limitações para a ação desenvolvida.

O processo de análise foi desenvolvido sob orientação das diretrizes acima indicadas, a partir da reunião das distintas visões advindas dos atores entrevistados, o que nos deu instrumentos para reconstituir o processo de criação das bibliotecas, identificar os atores centrais envolvidos nesta ação, bem como apreender as motivações, dificuldades e estratégias que a comunidade desenvolve para permitir que seus filhos possam ter acesso à cultura e à educação.

A partir da consolidação das informações obtidas tornou-se possível reconstituir o processo de criação e desenvolvimento das bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte, resultado que se constitui no Capítulo 5 do presente trabalho.

É relevante também enfatizar que a sistematização dos fatos tornou possível evidenciar tanto a ação das bibliotecas comunitárias quanto suas limitações e dificuldades e indicar, a partir dos mesmos, as possibilidades de ação e as exigências que devem ser atendidas para

que a população tenha o acesso pleno aos benefícios da educação e da cultura.

Os dados analisados revelam o papel das bibliotecas comunitárias no contexto em que se inserem e demonstram as estratégias de seus idealizadores para manutenção das mesmas, tornando evidentes as lacunas a serem preenchidas tanto pelo poder público quanto pelas instituições educacionais. Porém, ressalta a articulação das comunidades no sentido de garantir as oportunidades de acesso e êxito na escola e no contexto social.

Portanto, em decorrência dos objetivos e do percurso da pesquisa os resultados deste trabalho encontram-se organizados em 6 (seis) capítulos, inclusive este, conforme apresentados a seguir:

**CAPÍTULO I – INTERROGAÇÕES À REALIDADE : os contornos da pesquisa** - Corresponde à preocupação de indicar as motivações, objetivos e o problema da pesquisa, bem como em relatar as decisões metodológicas e o percurso de realização da mesma, evidenciando as estratégias utilizadas no trabalho, em suas diferentes etapas.

**CAPÍTULO II - BIBLIOTECA PARA TODOS: um caminho para a cidadania** - Apresenta uma visão geral sobre a história da biblioteca no Brasil, da chegada dos padres jesuítas aos dias atuais, com um enfoque especial nos exemplos de ações voltadas para o acesso ao livro e à leitura pelas classes populares. E, considerando que a terminologia que se refere às bibliotecas comunitárias não é consensual, passamos pela tipologia das bibliotecas públicas e comunitárias com o intuito de definir suas características para melhor compreensão do tema e, inclusive, destacar a importância e os cuidados ao nomeá-las conceitualmente.

**CAPÍTULO III- BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E MOVIMENTOS**

**SOCIAIS: integrando conceitos** – Realiza, a partir da bibliografia identificada e com as limitações no que se refere à pesquisa deste tema, a sistematização de experiências correspondentes a bibliotecas comunitárias no Brasil, o que permite estabelecer relação entre a criação destas alternativas, advindas das comunidades e o contexto dos movimentos sociais na realidade brasileira.

**CAPÍTULO IV – DEMOCRATIZAR O SABER: desafios aos processos de ação cultural.**

Remete à discussão sobre a importância da cultura e da democracia cultural, com uma incursão por alguns aspectos do acesso à leitura e ao livro, como o hábito de leitura dos habitantes de Belo Horizonte, e a situação da educação no país em face de sua responsabilidade pela formação de leitores. Aponta a ação cultural como uma das alternativas para a mudança do panorama da exclusão cultural das classes populares.

**CAPÍTULO V - “As BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM BELO HORIZONTE: uma alternativa cultural das classes populares” –**

Realiza a contextualização das bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte, através de um percurso que passa por uma perspectiva histórica da exclusão cultural das classes populares nessa cidade, desde sua fundação, e situando o locus das bibliotecas comunitárias e dos centros culturais. Apresenta e discute os resultados obtidos na pesquisa. Enfatiza o papel dos atores sociais nesse processo, trazendo à cena o importante papel dos mesmos na busca de oportunidades, para que, confrontando-se com a realidade de exclusão, possam encontrar brechas para usufruir dos bens culturais como cidadãos.

**CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO** – Discute o caminho da pesquisa e de seus resultados, colocando em destaque a relevância da experiência em termos vivenciais, e mostra a importância do tema tanto para os profissionais quanto para as instituições acadêmicas, órgãos de classe e poder público. Traz ainda como contribuição a evidência da relevância da biblioteca e de seu papel social para a comunidade, mas de forma significativa a necessidade e importância de distribuição dos bens culturais para todos.



*(...) A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói através do processo de identidade político cultural que as lutas cotidianas geram.. ( GOHN, 1992 .p.16)*

**CAPÍTULO II**  
**BIBLIOTECA PARA TODOS:**  
**um caminho para a cidadania**

## **2- BIBLIOTECA PARA TODOS: um caminho para a cidadania**

Para fundamentar teoricamente nosso trabalho, considerando que um de seus enfoques é a preocupação em entender a influência da biblioteca na vida da comunidade, achamos necessário apresentar, de forma sintética, a história da biblioteca no Brasil e sua tipologia, o que nos permitirá identificar a função e o papel que ela tem desempenhado, ao longo dos séculos, para a democratização do saber socialmente construído.

Neste capítulo temos como perspectiva apresentar uma visão geral da situação dos livros e bibliotecas no Brasil, iniciando na Colônia e indo até a República, com o intuito de identificar possíveis evidências de acesso à leitura pelas classes populares, e como tal questão se apresentava no contexto da realidade brasileira ao longo de sua história.

### **2.1 A origem das bibliotecas e o Brasil Colônia**

Martins, W. (2002) salienta que as primeiras bibliotecas surgiram, segundo sua etimologia, do grego *biblíon* 'livro' + *téké* 'caixa', com a função de guardar, armazenar, como "depósito de livros". Eles eram, então, mais escondidos que divulgados e, durante séculos, o acesso ao livro não estava disponível para todos.

*Até à Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa "ordem", de um "corpo" igualmente religioso ou sagrado. (MARTINS,W., 2002, p.71)*

O "leitor" é uma idéia da modernidade, porque da Antigüidade à Idade Média eram escassos até mesmo os grandes senhores capazes de ler e escrever. Martins, W. (2002) diz ainda que "*Com relação ao que hoje chamaríamos **povo**, a questão não chegava nem a se colocar: faltavam-lhe os meios, faltava-lhes o tempo para a leitura*" (MARTINS, 2002, p.72). O clérigo, além de pertencer à classe sacerdotal, era o homem que sabia ler e escrever, o que detinha todos os conhecimentos, religiosos, literários, científicos. Daí a separação entre clérigos e laicos, entre iniciados à palavra escrita e os não iniciados.

O grande passo para a laicização do livro foi a fundação das universidades na Idade Média. Necessária para o ensino, a reprodução do livro gerou o aparecimento das bibliotecas universitárias, que tiveram seu grande desenvolvimento no século XV.

No início da Renascença a biblioteca começa a adquirir o seu sentido moderno: o livro passa a ser considerado uma necessidade social. E na atualidade, de acordo com esse autor,

*a biblioteca não é mais um mero depósito de livros: esse o mais importante de todos os pontos característicos na evolução do seu conceito. À sua passividade, substituiu-se um salutar dinamismo, a iniciativa de uma obra que é, ao mesmo tempo, de socialização, especialização, democratização, laicização da cultura. Ela desempenha, dessa forma, por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas; é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social ( MARTINS,W., 2002, p.325).*

Sobre a história do livro e das bibliotecas no Brasil colonial há uma escassa bibliografia. Provavelmente, os primeiros livros chegaram aqui junto com a Companhia de Jesus, comandada pelo Padre Manoel da Nóbrega, que aportaram na Bahia, em 1549, ano em que se instala o

governo-geral, em Salvador. Esses soldados de Cristo, como eram conhecidos, constituíram a primeira instituição educadora no Brasil, vindos com a missão de conquistar os índios para a Igreja Católica e cuidar da educação e das almas dos europeus que aqui viviam. Ato contínuo a sua chegada, foram criando escolas e bibliotecas, e com isso, construindo a competência e a fama de educadores, que marcaram o início da vida intelectual no Brasil. Eles educaram a elite que governou o país nessa primeira fase da colônia.

O primeiro colégio jesuíta a ser criado foi na Bahia. Outros, no Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda e Recife, Maranhão e Pará vieram depois. Além dos colégios, criaram também escolas elementares para ensinar a ler e a escrever, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. Junto com o ensino as bibliotecas cresciam em função de legados de padres, que morriam ou que voltavam à Europa, de altos funcionários que deixavam o país, de livros encomendados à coordenação geral da ordem, e de compras com os recursos advindos de suas fazendas. Dessa maneira, a partir dos números indicados por Moraes, R. (2006), ao fim de sua permanência na Colônia, os jesuítas haviam amalhado uns 50 mil livros em seus colégios, quantidade bastante significativa para a época.

Em relação à organização de suas bibliotecas os jesuítas também deixaram um bom exemplo. O padre Antônio da Costa catalogou e classificou os livros da biblioteca do Colégio da Bahia, e é esse o primeiro catálogo de uma biblioteca brasileira, assim como o primeiro bibliotecário, de acordo com Moraes, R. (2006). Outro conhecido leitor que passou por várias bibliotecas, organizando-as, foi o padre Antônio Vieira.

Esses primeiros bibliotecários do Brasil definiram algumas tarefas para as bibliotecas, que são similares às que existem ainda hoje: a) tarefas administrativas; b) classificação de livros de acordo com o assunto; c) necessidade de distinguir a biblioteca comum e os livros da coleção individual; d) regras e procedimentos para empréstimo; e) procedimentos para aquisição; f) cuidados físicos com a biblioteca, incluindo encadernação, e g) a produção de bibliografias. (GROVER, 1993, p. 269).

Segundo Grover (1993), as atitudes dos jesuítas em relação a colecionar livros e desenvolver bibliotecas se originaram dos ensinamentos de Santo Inácio de Loyola. Este acreditava ser importante para a educação o uso de livros e o desenvolvimento de bibliotecas, e que a leitura era uma parte importante no processo de construção da espiritualidade, conquanto poderia também mal formar e corromper a crença e a educação religiosa, razão pela qual deveria ser controlada. É de Loyola a frase: *"enquanto o corpo estiver sendo revigorado pela comida deixe a alma também ter o seu alimento pela leitura de algum livro, melhor pio do que difícil, e capaz de ser útil a todo mundo"*<sup>3</sup>.(Tradução nossa) (Apud GROVER, 1993, p. 267).

A concepção que a leitura deveria ser controlada certamente foi de grande valia no suporte à censura instituída pelo governo lusitano, nos tempos futuros.

Aos estudantes era permitido ler poucas coisas fora do prescrito pelos professores. As bibliotecas nos colégios era para uso da faculdade e de padres ordenados, embora Moraes, R. afirme que elas

---

<sup>3</sup> original em inglês

*“não ficavam abertas só para alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente”* (MORAES, R. 2006, p. 9). Pelo voto de pobreza os padres não tinham permissão para manter bens materiais, mas podiam ficar com livros enquanto necessários para o exercício da profissão. Quando morriam, ou se afastavam do país, esta “coleção profissional” era encaminhada para a biblioteca comum.

A expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, levou as bibliotecas a um fim cruel e à dissolução de quase todas as coleções. Durante duzentos e dez anos, eles fundaram e administraram escolas, criaram conventos e bibliotecas, e tiveram uma atuação importante no desenvolvimento da educação no Brasil. No momento da expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. Segundo Fernando de Azevedo<sup>4</sup>

*“o que o Brasil sofreu não foi uma reforma da educação, mas pura e simplesmente a destruição de todo o sistema jesuítico de educação colonial. Não é que um sistema tenha sido transformado ou substituído por outro, mas que a organização escolástica foi extinta sem que esta destruição tenha sido acompanhada por medidas imediatas, suficientemente eficazes para diminuir seus resultados e reduzir sua extensão”*. ( apud GROVERr, 1993, p. 277).

Outras ordens religiosas também se envolveram com a educação e com a criação de bibliotecas no Brasil colônia, como os beneditinos, carmelitas, e principalmente os franciscanos que, segundo Moraes, R. (2006), adotaram os progressos filosóficos do Iluminismo e acompanharam as mudanças na educação provocadas pela reforma

---

<sup>4</sup> AZEVEDO, Fernando de . Cultura brasileira. p. 355

de Pombal na Universidade de Coimbra, reformulando totalmente o sistema de ensino, em 1776. Introduziram o estudo experimental das ciências, e foram “*exemplos de penetração das idéias da Ilustração na colônia e de sua influência no ensino*” (MORAES, R., 2006, p. 15).

As bibliotecas das ordens religiosas, a partir do século XVII, foram de extrema importância para a vida cultural do país, e a elas recorriam os homens cultos da época. Pereira da Costa<sup>5</sup> diz:

*à falta de bibliotecas públicas, tínhamos as casas religiosas, riquíssimas, pelo avultado número de obras de todo gênero que possuíam, sem contar as preciosas coleções de manuscritos, os quais eram franqueados a pessoas estranhas, mediante licença.* (Apud MORAES, R., 2006, p.16).

A instituição do ensino leigo e a proibição de criar novas ordens religiosas, decretadas por Pombal, em 1759, ocasionaram a decadência dos conventos e, com eles, dos centros de cultura que impulsionaram a vida intelectual da colônia.

Outro aspecto que vale ressaltar no que tange ao acesso ao livro e à leitura diz respeito às bibliotecas particulares. Villalta (1999), em sua investigação sobre os leitores e o uso dos livros na América Portuguesa, afirma que, dentre os leigos, havia poucos livros e poucos proprietários de livros, nos séculos XVI e XVII. Esses livros se referiam basicamente à religião e à literatura, e eram usados para reverenciar o sagrado, ter acesso ao conhecimento, deleitar-se, e até mesmo ostentar como ornamento. Qualquer desses usos atribuídos a eles implicava poder, quer contra ou a favor da ordem estabelecida, enquanto permitiam seus possuidores levantar questionamentos de natureza econômica, política, religiosa ou sexual.

---

<sup>5</sup> COSTA, F. A . Pereira da . *Anais pernambucanos*, v.2, p.107.

Ainda segundo o autor, o século XVIII apresenta uma face diferente em termos da posse de livros e da variedade dos assuntos que compunham as coleções: mais pessoas adquiriam livros e novos interesses surgiam, como as ciências e os saberes profanos, principalmente entre aqueles detentores de uma educação mais aprimorada, ou daqueles para os quais a leitura estava relacionada ao exercício profissional, ou à posição social. Contudo isso, as matérias da devoção e da religião predominavam.

De modo geral, a posse de livros concentrava-se entre os senhores de terras e de escravos, os profissionais do direito, medicina e farmácia, do comércio, navegação, atividades militares e cargos públicos. O grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários das bibliotecas é que determinava o tamanho de sua coleção. As maiores pertenciam àqueles que se dedicavam ao sacerdócio e ao direito.

O autor ressalta que

*Extrapolando-se os inventários e as listas de livros encaminhados à censura, pode-se afirmar que a desigualdade da distribuição da propriedade de livros e da capacidade de ler, a dificuldade dos humildes em acessar a ambas e, em certos casos, o caráter estratégico que o saber livresco, fonte de conhecimento, assumia para as autoridades, tornavam o livro um signo de poder e reforçavam seu prestígio social.(VILLALTA, 1999, p.200).*

E que era considerado

*...na sociedade colonial o uso do livro como um privilégio, não apenas no sentido econômico, mas cuja posse e leitura eram, muitas vezes, um direito exclusivo de grupos sociais determinados e seletos. (idem, p. 212).*

Reconhecimento, também, merecem os folhetos, impressos de baixo valor, que proliferavam a essa época, e que tinham a mesma função



de alguns livros: permitir o acesso do leitor aos preceitos da religião e às práticas das cerimônias e ritos católicos.

### 2.1.1 A censura das idéias

Como vimos em grandes linhas, o Brasil, do século XVI ao XVIII, teve o acesso aos livros e à leitura minado pelas dificuldades impostas não só pelas condições de analfabetismo da população, que incluía até mesmo a classe abastada, como pelos obstáculos à aquisição de livros e à formação de bibliotecas, culminando com as restrições impostas pela censura, que permeou a vida cultural e política brasileira em todo esse período colonial. “*A censura, como a prostituição, parece ser uma mal difícil de erradicar*”, são palavras de Moraes, R. (2006, p.58), em relação à proibição da leitura de livros considerados avessos às prerrogativas do clero e do governo lusitano. Ela começou com a Inquisição, em 1536, e foi exercida pelo Santo Ofício e Ordinário, defendendo a Igreja, e o Desembargo do Paço, o poder civil. É de 1581 o *Index librorum prohibitorum*.

A partir da segunda metade do século XVIII a censura focaliza principalmente os livros importados da França, originais ou traduzidos, condutores das novas idéias do século das Luzes, consideradas perniciosas porque se posicionavam contra as imposições de caráter religioso, contra as práticas mercantilistas, contrários ao absolutismo do rei, além dos privilégios dados à nobreza e ao clero. Todos os “filósofos” franceses do Iluminismo estavam proibidos, assim como outros expoentes europeus, como Adam Smith, Swift, Goethe, Hobbes, Helvetius, e Locke.

Apesar do olho da censura muitos livros proibidos entraram no Brasil, inclusive a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert, que era vetada até na França. Era comum entre os setores letrados a formação de bibliotecas, e nelas a existência de obras consideradas malditas. E, segundo Moraes, R., "a censura, a apreensão ou o confisco nunca, em tempo algum, impediram a circulação de livros considerados nocivos". (MORAES, R., 2006, p. 65). Contribuiu também para isso o contrabando de livros, que era intenso e foi responsável pelo acesso a obras que não chegariam às mãos das pessoas letradas pelos caminhos legais. A edição clandestina de livros proibidos na Holanda foi grande colaboradora na difusão das idéias da Ilustração, o que possibilitou sua propagação pelo mundo.

No início do século XIX dá-se a criação da Imprensa Régia, em 1808, e com ela foi estabelecida uma "censura prévia" para todos os livros e papéis a serem impressos, para impedir a publicação de quaisquer idéias ou opiniões que fossem contra a igreja, o governo e os bons costumes. Além desse impedimento legal,

*as dificuldades para as pessoas terem acesso aos livros eram muito mais amplas que estas proibições. O grande analfabetismo, presente entre grande parte da população urbana, inclusive pela existência da escravidão, a ausência de imprensa, o número ínfimo de livrarias, mesmo no Rio de Janeiro, o temor de infringir as regras das instituições censórias, todos estes fatores prejudicavam o acesso aos escritos ( FERREIRA, 2003, p.1)*

A partir de 1820, com a Revolução do Porto, em Portugal, a leitura e os livros foram tomando espaço no Brasil, em consequência do afrouxamento da censura à imprensa, e do aumento do comércio de livros e do número de livrarias. A literatura se refere à existência de livreiros franceses, principalmente no Rio de Janeiro, que muito colaboraram para a circulação de livros vindos da Europa.

Se os dados apresentados acima revelam como se apresentava a situação dos livros no Brasil, é oportuno também discutir como esta situação vai se apresentar em um momento posterior com a corte portuguesa no Brasil.

### 2.1.2 Reflexos da Ilustração: as bibliotecas para todos

Se o contexto dos séculos precedentes foi adverso à ampliação do acesso à leitura, o século XIX tem como marca uma evolução neste aspecto. As grandes mudanças políticas como a transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, repercutiram favoravelmente na transformação radical do panorama dos livros e bibliotecas. O repentino afluxo de mais de 10 mil pessoas das classes abastadas portuguesas a uma cidade pacata provocou grandes alterações na vida social, política e econômica, mudando radicalmente os hábitos e costumes vigentes até então, criando novas necessidades de consumo, inclusive de livros. Essas mudanças favoreceram o aumento de bibliotecas particulares que, mesmo sendo pouco comuns e geralmente relacionadas a necessidades profissionais, não raro pertenciam a bibliófilos, que as liberavam para as pessoas conhecidas, ampliando a disponibilidade de leitura.

Com a corte chegaram também a Biblioteca Real de Ajuda, os Manuscritos da Coroa e os do Infantado, e os prelos. A biblioteca foi montada inicialmente no hospital da Ordem Terceira do Carmo, e inaugurada em 13 de maio de 1811. A consulta era liberada aos estudiosos mediante solicitação, mas poucos anos depois, em 1814, foi aberta ao público. Logo em seguida foi-lhe dado o privilégio do depósito legal, o que permitiu seu crescimento constante. Além disso, muitas bibliotecas particulares foram adquiridas por doação ou

compra, o que contribuiu para que seu acervo contivesse obras de grande importância e preciosidade. Após a Independência passou a denominar-se Biblioteca Nacional.

Ainda nos tempos do Imperador foram criadas outras bibliotecas ligadas a instituições, geralmente institutos de estudos superiores, tais como a Real Academia Militar, a Academia Médico-Cirúrgica, o Laboratório Químico-Prático, o Arquivo Militar e a Academia real dos Guardas-Marinha, que se constituíram como as primeiras bibliotecas universitárias.

A disponibilidade de livros no Rio de Janeiro era promovida pelas bibliotecas dos conventos de São Bento e São Francisco, e de outras ordens religiosas, que não eram de total acesso ao público, além das oficiais citadas acima. E se ainda não havia bibliotecas abertas a todos sem restrição é porque a concepção de biblioteca pública, como a entendemos hoje, é uma criação da modernidade, conforme Moraes elucida (MORAES, R., 2006).

Outra importante aquisição cultural foi a Biblioteca Pública da Bahia, criada pela iniciativa de um rico senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, em 1811, que a concebeu para promover a instrução do povo, e que foi aprovada pelo Conde dos Arcos, então governador da capitania da Bahia.

A implantação dessa biblioteca pode ser considerada como um reflexo das idéias da Ilustração, considerando-se que é nítida a influência daquele movimento intelectual no *Plano para estabelecimento de huma biblioteca pública...*, elaborado pelo seu idealizador e endereçado à aprovação do Conde. Castelo Branco

começa parabenizando o Príncipe Regente pela autorização de funcionamento de uma tipografia na Bahia, e diz:

*É por meio das luzes e da verdade que a virtude se firma e que os direitos dos príncipes adquirem por bases as bênçãos do céu, o amor dos povos e o respeito da posteridade. E que meio mais eficaz para a difusão das luzes que a imortal invenção da imprensa cujo uso acaba de ser-nos concedido! Contudo, para que ele nos seja útil, no atual estado deste país, são indispensáveis e muito urgentes outras providências. Padece o Brasil, e principalmente esta capital, a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idéias com os escritores da Europa, e para se nos patentearem os tesouros do saber, espalhados nas suas obras, sem os quais nem se poderão conservar as idéias adquiridas, e ao menos promovê-las a benefício da sociedade. (Apud MORAES, R., 2006, p.153).*

A idéia inicial é que essa instituição fosse formada com a participação de todos os cidadãos, dos quais adviriam os fundos para sua manutenção, e seria independente do reino. Mas durante todo o governo do Conde dos Arcos a biblioteca contou com sua subscrição e apoio. Com a morte de Castelo Branco, em 1814, e alguns anos depois, em 1818, a saída do Conde do poder, a biblioteca ficou em estado de abandono. Considerando essa experiência, parece possível inferir que esse modelo de biblioteca, no modo como foi concebida, criada e gerida pela comunidade, muito se assemelha à que chamamos atualmente de biblioteca comunitária. Certamente aquela foi uma precursora da que estudamos hoje, ressalvado o fato que àquele momento histórico ela se destinava provavelmente aos leigos da classe média emergente, já que entre os mais pobres a grande maioria era de escravos analfabetos.

Ainda segundo Moraes, R. (2006), a partir de um estudo da composição de seu acervo, é expressiva a quantidade de obras dos renomados representantes da Ilustração francesa e inglesa, assim como de livros proibidos em Portugal ou pelo *Index*. O que indica que

os braços da censura não chegaram ali, e que esse movimento europeu, crucial para a mudança dos horizontes intelectuais em todo o mundo, estava muito bem representado na coleção da biblioteca.

Em 15 de agosto de 1827 é criada, em São João d'El Rei, Província de Minas Gerais, uma biblioteca pública que hoje leva o nome de seu criador: Baptista Caetano de Almeida. Ela nasceu sob a influência do Iluminismo, e teve estratégia similar à da Bahia: representantes da classe média se uniram, doaram seus livros e fizeram subvenções para realizar essa obra.

De acordo com os dados da história a criação da referida biblioteca foi uma iniciativa da comunidade, especificamente dos poucos letrados existentes, com o objetivo de construir uma nação, a exemplo da Europa. Para isso acreditava-se que os ingredientes necessários eram o melhoramento do nível de conhecimento do povo, por meio da sua instrução, da leitura dos autores mais destacados da época, e de estar a par dos acontecimentos mais importantes do mundo, para se espelhar no comportamento das outras nações em relação aos problemas e situações vivenciados no momento. Segundo Motta (2000),

*No pensamento de Baptista Caetano de Almeida, a realização de grande parte daqueles ideais se viabilizaria através da criação de uma biblioteca, cujo acervo poderia ser usado por todos os que por ele se interessassem.” (MOTTA, 2000, p.102) .*

O acervo inicial formado com as doações dos cidadãos, foi então repassado para o governo da Província. Na inauguração, o seu primeiro bibliotecário, Francisco de Assis Brasiel, diz em seu discurso:

*...“não basta que hum , ou outro Membro, que huma ou outra classe da Sociedade seja sabia, he preciso que a sabedoria se estenda à massa geral dos Povos, pois as mais importantes*

*verdades lançadas no meio de hum povo rude, ou inda não capaz de as conhecer, e avaliar, são como a mais brilhante luz, que, interceptada pelos corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas*<sup>6</sup> (LIVRO para a subscrição..Apud MOTTA, 2002, p. 112)

Castro e Pinheiro (2006) apontam outro exemplo de iniciativa para a ampliação do acesso ao livro e à leitura, em sua análise da trajetória da Biblioteca Pública do Maranhão desde a sua criação em 1829, no Convento do Carmo, até 1889. Segundo esse estudo, ela se iniciou a partir de uma ação conjunta de elementos da elite e de populares, e sobreviveu até à República, alternando períodos de glória e abandono. Foi uma iniciativa de socialização da leitura e do livro, no Maranhão oitocentista. A esse respeito os autores declaram:

*A partir desta pesquisa histórica, pode-se compreender o papel que a mesma assumiu na formação da intelectualidade maranhense e na constituição do campo educacional, sendo o espaço privilegiado de convergência de idéias e saberes de professores, jornalistas, políticos o que ensejou na fundação da Oficina dos Novos, Sociedade Cívica das Datas Nacionais, Academia Maranhense de Letras, jornais, revistas e outras ações que favoreceram a São Luís ser denominada de Atenas Brasileira.(CASTRO; PINHEIRO, 2006, p.38).*

Além dos livros e das bibliotecas menção deve ser feita ainda aos panfletos que, depois da tipografia ter chegado ao Brasil, foram um recurso muito utilizado com fins religiosos e devocionais, noticiosos e, mais para o final do século, políticos, com vistas já à almejada república. Eles propagavam as idéias de liberdade que ecoavam da França e dos Estados Unidos, dos novos modelos de governo que mobilizaram as aspirações democráticas da população.

Ainda no século XIX, em sua segunda metade, sob o influxo das idéias libertárias provenientes da Ilustração, na província de São

---

<sup>6</sup> LIVRO para a Subscrição voluntária a benefício da manutenção da Livraria Pública de São João d'El Rei-1824.

Paulo, originou-se, entre os alunos da tradicional Escola de Direito do Largo São Francisco, uma das mais importantes academias na formação dos filhos da elite, um movimento para a criação de bibliotecas populares, que se chamaram, à época, Gabinetes de Leitura. Esse projeto se originou ainda no meio das discussões acadêmicas entre os alunos de idéias liberais, que depois as implantaram pelo interior paulista, ao assumirem a vida profissional.

A eclosão desse acontecimento se deu em contraposição ao obscurantismo da escola, uma instituição repressora e cujos métodos de ensino eram extremamente tradicionais, pelo corpo discente, contestador e ávido do ideal liberal propagado pelas Luzes. Esses estudantes marcaram a história das Arcadas, assim como da cidade, pela sua postura libertária, criando meios de ampliar as discussões sociais e políticas implantando repúblicas, sociedades literárias e lojas maçônicas, imprimindo jornais de oposição, *“introduzindo, por meio de práticas culturais diversas, uma revolução nos costumes, na política e na religião”*. (MARTINS, A., 1999, p.399).

O projeto dos Gabinetes de leitura, criado por esses profissionais liberais recém formados, exemplares da cultura letrada no país, tinha caráter contestador, e trazia em seu bojo a concepção iluminista de que a Educação era um percurso imprescindível para o indivíduo aprender a cidadania.

*Tratava-se de uma rede de estabelecimentos voltados para a leitura e que, dotados de estatutos homogêneos, previam a formação de uma biblioteca de gêneros e títulos diversificados, onde se podiam alugar livros; previam, igualmente, uma escola de primeiras letras, que formasse leitores para consumo daquele acervo enquanto encetavam a alfabetização dos segmentos menos favorecidos da sociedade.* (MARTINS, A. 1999, p.401).



Os Gabinetes carregavam, também, a idéia de subversão do status quo, da monarquia escravocrata e católica. A ele "*contrapunha-se a República, a Abolição, o livre arbítrio, a liberdade de religião e de ensino*".(MARTINS, A. 1999, p. 401).

Vale ressaltar que, segundo Martins, A. (2006), pela longa vivência de censura, de restrições ao pensamento, o livro era, ao mesmo tempo, importante e temido. Pressupomos, portanto, que a escolha do livro e da leitura, como elementos estimulantes para o questionamento do poder do clero e do rei, foi a alternativa encontrada para disseminarem pelo país as novas idéias e novas práticas de liberdade. Os gabinetes foram criados ao longo das ferrovias que serviam à economia do café, e há notícia de um total de vinte gabinetes. Tiveram um período de duração efêmero, desaparecendo logo após a instauração da República.

Na realidade os gabinetes de leitura eram um projeto bastante avançado, pois, além da difusão do livro, preocupavam-se com o desenvolvimento de um leitor para aquele livro, por meio das escolas de alfabetização que instituíam acopladas aos gabinetes. Por sobreviverem de subvenções, facultavam a entrada aos desprovidos de posse, independentemente de sua filiação como sócio ou pagamento de taxa ou aluguel. "*Na sociedade estamental da época, na qual o homem livre vivia nas fímbrias do sistema, era um espaço de inserção significativo, um dos raros para expressar sua representação*" (MARTINS, A., 1999, p.404).

Os gabinetes de leitura tiveram um papel muito significativo no contexto pré-abolicionista e pré-republicano. Tomaram para si a incumbência de difundir as Luzes, de alfabetizar e conquistar leitores

e, principalmente, constituíram-se em focos de contestação da ordem.

*A seu modo, constituíram-se em focos de luz, questionadores das instituições vigentes, em particular a Igreja, a Escravidão e a Monarquia. Subjacentes a tudo, as idéias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. ( MARTINS, A. 1999, p.408).*

O século XIX, portanto, foi ímpar nos acontecimentos que marcaram as grandes transformações políticas e sociais vivenciadas pelo Brasil Colônia em seu processo de mutação para tempos de liberdade. Foram superados o absolutismo, a monarquia, o poder ilimitado do clero, a escravidão e o obscurantismo. Independência, abolição da escravatura, república e ideais libertários eram os novos conceitos que perpassavam a vida dos brasileiros, em direção a um novo tempo político.

Na cultura, como vimos, também muitas perspectivas foram abertas em direção ao acesso à leitura, à inserção dos desfavorecidos na busca de novos horizontes do pensamento e das expressões do espírito. O livro e a leitura tiveram um papel indiscutível no vislumbrar dos novos caminhos para a nação brasileira.

## **2.2 A República**

As mudanças ocorridas no final do século XIX no contexto socioeconômico, político e cultural foram preparativos para a República que povoava os sonhos da classe média emergente. Em fins de 1889 mudou-se o regime em decorrência da união dos militares, então representantes dessa classe, com a facção da classe dominante descontente com o Império. Instalou-se, pois no poder, não o governo democrático idealizado pela classe letrada do fim do século, mas um regime burguês-oligárquico, dominado por

senhores rurais expoentes da economia cafeeira, e de políticos do Império, então ocupantes de cargos estratégicos no setor econômico nacional. Esse período recebeu o nome de *reinado do café* e, com isso, prevaleceram os interesses das regiões atreladas a esse produto, em detrimento do resto do país: São Paulo e Minas Gerais lideraram a economia e a política durante a Primeira República.

Ao término dos dois primeiros mandatos militares terminava também a "era dos sonhos românticos com o fracasso da República idealista, que não chegou a existir", <sup>7</sup>(BASBAUM, apud GOMES, 1983, p.20), porque a República foi a consagração do poder político, econômico, social e cultural da burguesia. Os valores capitalistas rapidamente se entranhavam na sociedade, ao lado de um incipiente processo de industrialização e fortalecimento do comércio.

No aspecto cultural, nos primeiros tempos após a mudança do regime político, as classes dominantes continuavam atreladas aos modelos europeus, reproduzindo no Brasil uma cultura importada, rejeitando o que era nacional e popular. "Era uma imitação da cultura européia, isenta de qualquer laivo de criatividade, moldada nas idéias e valores alheios" (GOMES, S., 1983, p.11).

De outro lado, os integrantes das classes populares, a maioria egressa das áreas rurais e analfabeta, se aglomeravam nos centros urbanos, movidos pelo incentivo à industrialização e pela perspectiva de empregos e salários.

---

<sup>7</sup> BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo:Alfa-Ômega, 1976

Diante desses dois pólos e situado nosso interesse no acesso a livros e à leitura pelas classes desfavorecidas, consideramos relevante apresentar alguns dados sobre a situação das bibliotecas na Primeira República, ressaltando o posicionamento das bibliotecas que emergem a partir do contexto das classes populares. Ressaltamos, também, a importância do movimento anarquista para o incremento das mesmas, movimento esse ligado à educação da classe operária encetada pelos órgãos da classe trabalhadora.

Embora com características bastante diferentes, outra experiência a ser distinguida, por sua influência na ação governamental para o acesso à leitura, até então quase inexistente, é a contribuição de Mário de Andrade à frente do sistema de bibliotecas do Município de São Paulo. Vale ressaltar que o nosso percurso por esses caminhos, apesar de serem momentos de extrema importância para a história da cultura do nosso País, exigiria uma incursão mais aprofundada e sistemática sobre o tema. Entretanto, em razão do escopo deste estudo indicamos a relevância desta experiência, mas optamos por centrar-nos na questão das bibliotecas comunitárias, objeto deste trabalho.

Para termos uma visão geral da evolução das bibliotecas brasileiras no período da Primeira República referimo-nos aos dados contidos no estudo "*Bibliotecas e sociedade na Primeira República*", abrangendo o período de 1890 a 1930, elaborado por Gomes (1983). Com este intuito reunimos algumas informações referentes a bibliotecas públicas, populares e também escolares no período histórico em questão, já que constituem os tipos mais relacionados com nosso estudo:

- à época da instauração do novo regime havia, em todo o país, 147 bibliotecas, englobando todas as modalidades.
- Ao final do período estudado esse número elevou-se para 496, sendo que desse total é expressiva a maioria de bibliotecas escolares, 262, representando 53% do total, com uma participação significativa daquelas ligadas a instituições de ensino particulares (84%). Essas bibliotecas tiveram um incremento maior na década de 20-30, pelo Estado, com relevância na Região Sudeste, notadamente Minas Gerais. (GOMES, 1983, op. cit.; tabelas 2, 6 e 7, p. 60, 68). Esse aumento justifica-se pelo incentivo dado à educação básica, por iniciativa do então governador João Pinheiro, a partir de 1910, com o objetivo de vencer o analfabetismo.
- As bibliotecas populares surgiram a partir de 1890. pelas informações obtidas observamos que seu número é bastante expressivo (83), suplantando grandemente o número de bibliotecas públicas (22). Apresentaram maior crescimento na década de 20-30, o que possivelmente se correlaciona com o período de incremento da urbanização, industrialização e sindicalização dos trabalhadores. Estão vinculadas a sindicatos e ligas operárias, lojas maçônicas, sociedades de leitura e sociedades espíritas, associações de empregados, etc. Elas estavam inseridas tanto na classe média, quanto na classe baixa.
  - De 1890 a 1899, foram criadas apenas duas bibliotecas públicas no país, ambas em Minas Gerais. Até 1930, só existiam 22 e, dessas, 7 estavam nesse mesmo Estado. Outros estados que criaram bibliotecas públicas foram a Bahia (4), Rio Grande do Norte (2), Rio de Janeiro (2), São Paulo (2), Distrito Federal (1), Pará (1), Piauí (1), Rio Grande do Sul (1) e Mato Grosso (1).

A concepção de uma biblioteca aberta a todos, financiada pelo governo, apesar de já existir nos Estados Unidos a essa época,

ainda não tinha dado muitos frutos aqui. As classes populares tinham que se organizar para ter acesso à leitura, como é o caso das bibliotecas fundadas pelo movimento anarquista.

Se os dados acima evidenciam a dinâmica em relação à biblioteca no contexto da Primeira República, vale apresentar como tal questão se coloca no contexto do movimento anarquista.

O movimento anarquista teve um papel preponderante na organização operária na Primeira República no Brasil, assim com na reflexão sobre os caminhos da educação brasileira. Esse movimento se deu principalmente pela influência de imigrantes italianos, mas também recebeu a contribuição de intelectuais brasileiros e de imigrantes espanhóis e portugueses. Assim, a partir do final do século XIX e início do século XX os anarquistas já começaram a se organizar, e uma das suas propostas mais importantes foi a da escola anarquista.

Segundo Moraes, J., (s.d) o movimento anarquista esteve inserido na organização dos trabalhadores, atuando em sindicatos, federações e uniões classistas, especialmente com a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906. Pela ótica do movimento, o sindicalismo teria como objetivos a emancipação política, social e econômica dos trabalhadores, assim como a educação e organização dos mesmos, oferecendo-lhes elementos para participação ativa nas decisões da categoria.

A educação dos trabalhadores era um dos seus objetivos principais. Para isso, entre suas ações, foram criadas algumas escolas, publicados muitos jornais e desenvolvidas muitas atividades

educativas que incluíam palestras, espetáculos teatrais, grupos de estudos e criação de ateneus, bibliotecas, centros de cultura e escolas. Como o índice de analfabetismo era muito grande entre os operários, a leitura em voz alta era um instrumento para a educação e a divulgação de notícias. Eles também adotaram as idéias de Francisco Ferrer para desenvolver seus projetos educacionais.

Francisco Ferrer Y Guardia, foi um educador espanhol, anarquista, que desenvolveu uma prática pedagógica anti-autoritária e anti-estatal, conhecida como educação racional. Fundou em Barcelona sua Escola Moderna, que congregava seu ideal educacional, cujo modelo se espalhou para vários países, inclusive o Brasil, especificamente São Paulo, gerando a Escola Moderna 2.

De acordo com o educador espanhol, a educação é e deve ser tratada como um problema político. Suas concepções da educação racional foram adotadas pelo movimento operário brasileiro. A proposta do racionalismo de Ferrer caminhou em conjunto com o ideal anarquista, recebendo apoio e cooperação de militantes no desenvolvimento da Escola Moderna. Em suas ações podemos perceber o ideal de uma sociedade futura sem classes, baseada na igualdade e na liberdade.

Na opinião de Moraes, J. (s.d.) os propósitos da Escola Moderna podem ser assim resumidos:

*as crianças devem ser instruídas na justiça, na verdade, livres de preconceitos e capazes de raciocinar e, ao saírem da escola, devem continuar "inimigas mortais dos preconceitos, serão inteligências substantivas, capazes de formar convicções pensadas, próprias, suas, a respeito de tudo que seja objeto do pensamento."<sup>8</sup> (FERRER, apud MORAES, J., s.d., p. 6)*

---

<sup>8</sup> FERRER Y GUARDIA, Francisco. **La escuela moderna**. Edições Solidariedad, s. d. p.26

Para desenvolver suas ações educativas um dos suportes era a biblioteca, cuja constituição era prioridade dos grupos organizados. Os recursos para a implantação se originavam de eventos, e há registros de criação de gabinetes de leitura divulgada na imprensa sindical:

*Em circular muito bem lançada, o sindicato dos ferroviários da companhia mogiana, com sede em Campinas, comunica estar trabalhando para o desenvolvimento de seu gabinete de leitura, criando uma biblioteca, para a qual solicita remessas de livros de toda natureza, novos ou usados.*

*Aí fica o apelo ao qual nos associamos visto tratar-se de uma iniciativa que se destina à cultura proletária<sup>9</sup> (Apud MORAES, J., s.d., p.12).*

Outra referência de iniciativa semelhante que se tem notícia, segundo Moraes, J., é

*em Sorocaba, onde a Biblioteca Operária solicitava doação de livros e Jornais "destinados àquela biblioteca, cuja finalidade é facilitar à classe trabalhadora a possibilidade de instruir-se e cultivar o seu intelecto."<sup>10</sup> (Apud MORAES, J,s.d., p. 12).*

Numa atitude inovadora essas bibliotecas funcionavam também no período noturno, para facilitar o acesso aos trabalhadores. Ainda segundo Moraes, J., esse movimento de criação de bibliotecas para trabalhadores foi uma ação que se estendeu por países da Europa e América Latina, sendo exemplo a Biblioteca *Juventud Moderna*, de Mar del Plata, Argentina, fundada em 1920, e que funciona até os dias de hoje. (MORAES, J. (s.d.), p. 12).

---

<sup>9</sup> BIBLIOTECA operária. A Plebe. São Paulo, 23 de fev. 1935

<sup>10</sup> BIBLIOTECA operária. A Plebe. São Paulo, 23 de mar. 1935



Para os anarquistas a educação era uma questão de alta relevância, e suas influências se fizeram notar em algumas propostas educacionais de brasileiros, que almejavam uma educação diferente para o Brasil.

Nos anos subseqüentes à Primeira República, um fato de importância notória mudou os rumos da leitura e das bibliotecas no Brasil: a criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, em 1935, e a nomeação de Mário de Andrade como seu diretor. Segundo Luciano Santos (s.d), a origem desse órgão se deve às discussões dos intelectuais paulistas, egressos do movimento modernista, de onde surgiu a idéia de criação de “uma organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros”. Levada a idéia ao Prefeito Fábio Prado, pelo Jornalista Paulo Duarte, amigo de Mário de Andrade, teve pronta acolhida, com o respaldo do Governador Armando Sales de Oliveira. Foi de tamanha intensidade e importância na mudança das perspectivas culturais do país essa passagem de Mário de Andrade pela administração pública, que Paulo Duarte diz:

*Difícilmente se encarecerá o que foi feito e o que foi tentado nesse Departamento nos três anos em que estive à sua frente nosso diretor, que a ele se entregará com a mesma fúria com que se havia dedicado à criação artística e às pesquisas.*<sup>11</sup>(Apud SANTOS, L., s.d., ).

Ainda segundo Santos, L. (s.d.) era propósito geral do Departamento de Cultura atuar como “instituição de expansão cultural no seio do povo” para promover a “elevação cultural do povo”. Tinha como objetivos:

---

<sup>11</sup> DUARTE, Paulo. Mário de Andrade por Ele mesmo.

- 1) *Estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural;*
- 2) *promover e organizar espetáculo de arte e cooperar em conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática, e em geral, da música, do canto, do teatro e do cinema;*
- 3) *pôr ao alcance de todos, pelos serviços de uma estação radiodifusora, palestras e cursos populares de organização literária e científica, cursos e conferências universitárias, sessões literárias e artísticas, enfim, tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura;*
- 4) ***criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população;***(grifos nossos)
- 5) *fiscalizar todas as instituições recreativas e os divertimentos públicos de caráter permanente ou transitório, que forem estabelecidos no Município; recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínios da atividade.*<sup>12</sup> (SCHELLING, V. , apud SANTOS, L.)

E se dividia em cinco sub-departamentos:

- a) *Divisão de Expansão Cultural, à qual se subordinavam as subdivisões de teatro, cinema e salas de concerto, e a Discoteca e Escola de Rádio;*
- b) ***Divisão de Bibliotecas, por sua vez subdividida em Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes e Bibliotecas Populares*** (grifos nossos);

---

<sup>12</sup> Schelling, V. A presença do povo na cultura brasileira. Campinas-SP, Ed. da Unicamp, 1991. p 176

- c) *Divisão de Educação e Recreação;*
- d) *Divisão de Documentação Histórica e Social; enfim,*
- e) *Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos*<sup>9</sup>.

Todo o esforço de Mário de Andrade à frente desse Departamento foi no sentido de "promover um enlace entre as elites e o povo, tradicionalizando aquelas e ampliando o universo informativo deste." (SANTOS, L. )

São ações do Departamento na questão das bibliotecas:

*a criação da Biblioteca Municipal de São Paulo e de bibliotecas infantis e populares, algumas instaladas em parques (dotadas de espreguiçadeiras), afora as "bibliotecas ambulantes" – carros especialmente projetados – que percorriam os bairros operários; a criação, nas bibliotecas, de seções sobre história do país e do estado, além de um jornal infantil com artigos de interesse para as crianças e da promoção de concursos visando à publicação de livros sobre o tema;*<sup>13</sup>(Apud SANTOS, L., s.d.)

Inestimável é a contribuição de Mário de Andrade para a cultura brasileira nessa sua atuação governamental. Ele buscou levar às classes populares o acesso à cultura tradicional, como também propugnou o desenvolvimento e a apropriação da cultura popular pelos seus sujeitos. No que tange ao acesso à leitura e à cultura, criou um sistema de bibliotecas destinadas às classes populares, englobando bibliotecas populares, serviços de extensão para áreas e setores periféricos, como o carro-biblioteca e as bibliotecas circulantes, e serviços de bibliotecas para faixas etárias determinantes na formação do leitor, como as infantis. Seu exemplo

---

<sup>13</sup> Schelling, V. op. citada, pág. 178

foi, e ainda é, uma trilha a ser seguida em busca da cidadania cultural.

Um pouco mais tarde, ainda sob o Governo de Vargas, em 1944, na cidade de Recife, segundo Fonseca (1957), foi planejada uma rede de bibliotecas populares que atendessem os bairros de maior densidade demográfica. Mas só a partir de 1949 é que foram instaladas as Bibliotecas Populares da Encruzilhada, de Santo Amaro (1950), de Casa Amarela (1952), de Afogados (1954). Elas estavam vinculadas à Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, depois Departamento de Documentação e Cultura.

Assim também aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1949, quando ainda era o Distrito Federal, em que foi promulgada uma lei de criação de bibliotecas populares, que só em 1952 começou a ser implementada. As primeiras bibliotecas foram instaladas nos subúrbios de Campo Grande, Méier e Penha. Depois vieram Copacabana e Gávea, em 1954, e Botafogo, em 1956. A partir de 1954 essas bibliotecas passaram a fazer parte da Biblioteca Municipal, constituindo um Serviço Central, dentro do Setor de Bibliotecas Populares. (FONSECA, 1957, p.101)

É imprescindível fazer aqui uma ressalva: o que se apreende da literatura é que o termo *bibliotecas populares* era aplicado a bibliotecas públicas vinculadas ao governo, portanto *oficiais*, inicialmente destinadas aos bairros populares, e que mais tarde passaram a ser criadas em regiões mais nobres, como é o caso do Rio de Janeiro. (Vemos nesta denominação um certo caráter populista, talvez por reflexo dos anos Vargas). Esse tipo de biblioteca é diferente, por exemplo, das bibliotecas populares ou operárias criadas pelos anarquistas, porque estas eram independentes do

governo e geridas pelas organizações operárias, portanto *particulares*, vinculadas a associações de classe. Embora o público de ambas seja as classes populares, a diferença da natureza administrativa é essencial para a compreensão do fato histórico. Este termo tem sido usado indiscriminadamente quando se refere a bibliotecas públicas *oficiais* ou *particulares*, e será esclarecido mais à frente.

Com o advento do Estado Novo, iniciaram-se as políticas públicas para a formação de uma identidade nacional, e a questão do incentivo à leitura e ao livro é enfocada por meio da criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em dezembro de 1937, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, cujo Ministro era Gustavo Capanema. A atribuição original do INL era a “edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas.” (FGV-CPDOC). As bibliotecas eram consideradas pelo Ministro como “centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura” (Site FGV-CPDOC).

Dentre essas atribuições, até o final do Estado Novo, a enciclopédia e o dicionário não foram concretizados, mas o INL foi responsável pela formação do acervo de bibliotecas escolares, e editou livros até 1987, quando foi extinto. O número de bibliotecas públicas implantadas também foi significativo, principalmente nos estados menos prósperos do país, e ao INL cabia a tarefa de constituição de acervo e capacitação técnica.

Muitas críticas foram feitas à atuação do INL porque está claro que sua atribuição de editar livros não mudou a configuração de “país sem leitores”. No dizer de Oliveira (1994) e Rosa e Oddone (2006), ao se ater à simples distribuição de livros para formação de bibliotecas, esquivando-se a um trabalho de formação de práticas de leitura nas comunidades, não garantiu a formação de leitores e o enraizamento da leitura na população.<sup>14</sup> (OLIVEIRA, apud ROSA e ODDONE, 2006, p. 186).

Outras políticas foram implantadas ao longo desses anos pós INL. Citamos as leis de Incentivo à Cultura, primeiro Sarney, depois Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, com o atribuição de captar e canalizar recursos para a cultura, e instituiu também a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), responsável pela análise e seleção dos projetos que serão contemplados pela Lei.

Especificamente para leitura, livros e bibliotecas, em 2003 foi instituída a Política Nacional do Livro e da Leitura, expressa por meio do

*Plano Nacional do Livro e Leitura — PNLL — é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro. (Site pnll.gov.br)*

O PNLL tem 4 eixos estratégicos: 1) Democratização do acesso,

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação), ECA/USP, São Paulo, 1991.

2) Fomento à leitura e à formação de mediadores, 3) Valorização da leitura e da comunicação, 4) Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro. A lei para sua implementação foi criada em 2006.

Ao final, depois de muitas tentativas frustradas (para o povo, porque certamente não houve vontade política do governo) de mudar o quadro da leitura no país, e em decorrência do papel lastimável que a nação desempenha, diante de outras mais avançadas, nas avaliações internacionais das habilidades de leitura de seus estudantes, foi criado esse plano nacional, unindo vários setores da administração, principalmente educação e cultura, e com a participação da sociedade civil. Como plano é louvável. Vamos aguardar sua implementação e esperar seus frutos.

Enquanto o governo não toma as atitudes que deveria, a sociedade civil se coloca à frente da questão e avoca para si a luta por acesso à leitura e ao livro, por meio de sua organização em grupos, ou mesmo individualmente, criando alternativas para a população apropriar-se de seus direitos. Uma dessas alternativas é a biblioteca comunitária, e que se constitui no objeto de nosso estudo.

Historicamente vimos que o acesso ao livro e à leitura no Brasil acompanhou a elite ao longo dos anos, e que foram poucas as iniciativas para ampliar esse acesso às classes populares. Todavia, no decorrer dos movimentos pela democracia e uso de direitos, principalmente depois de um longo período de supressão da liberdade política exercida pelo governo militar, nos anos 60 a 80, tragédia que assolou quase toda a América Latina, a sociedade civil começou a se organizar e a lutar por direitos básicos de infra-estrutura urbana, e de educação e cultura. Criar bibliotecas é uma de suas lutas.

Em resumo, vimos, neste capítulo, que as iniciativas para a criação de bibliotecas que atendessem as necessidades de leitura e informação da maioria da população tiveram origens diversas, e se destinaram a segmentos, também, diversos. E diversa, também, é a terminologia que as define.

No século XIX, as primeiras iniciativas de ampliar o acesso às bibliotecas partiram de indivíduos da classe média emergente, alguns mecenas letrados, e se destinaram, como já foi mencionado anteriormente, à própria classe média, que ainda tinha um grande contingente de pessoas analfabetas, principalmente as mulheres. Elas foram denominadas bibliotecas públicas mas, lembremo-nos, mantidas com subvenções, donde se conclui que sua abrangência não incluía os mais pobres. Não eram para **todos**.

Os gabinetes de leitura surgiram, também, dos setores médios da sociedade, e eram um pouco mais democráticos que as bibliotecas anteriores, pois isentavam os mais pobres de pagar taxas de uso.

Na Primeira República surgiram os primeiros exemplos de bibliotecas criadas pela sociedade civil, inteiramente voltados para as classes trabalhadoras: as bibliotecas anarquistas, com estreita vinculação com a educação dessa classe. Esse modelo se propagou, foi adaptado e adotado por outros tipos de entidades, como as espíritas, as lojas maçônicas, as sociedades literárias, e outras mais, que as abria para seus adeptos e também para um público mais amplo, na medida que seu acesso era gratuito. Foram, então, denominadas populares.

As bibliotecas também denominadas populares, surgidas no Estado Novo, e vinculadas a órgãos governamentais, eram destinadas às



camadas mais pobres da população. Nesta denominação percebemos um propósito populista, e também discriminatório, porque eram, em verdade, destinadas a um segmento específico: o povo, diferente da outra, a pública, então usada pela camada mais favorecida da sociedade.

A partir dessa variedade de características e de denominações que a biblioteca com fins democráticos recebeu ao longo da nossa história, entendemos que não é possível transpor esses diferentes conceitos, de épocas históricas diferentes, para a nossa realidade atual. As bibliotecas que chamamos hoje comunitárias, que apresentam um expressivo vínculo com a comunidade a que pertencem, têm suas especificidades, e não se confundem com os exemplos anteriores.

E em função do que foi concluído acima, pensamos ser necessário abordar os conceitos relativos à biblioteca pública, que é o modelo de biblioteca democrática por excelência, e situar nesta categoria a biblioteca comunitária, objeto de nosso estudo. No próximo capítulo trataremos desta questão.

*“As pessoas não estão mais esperando que o governo tome iniciativas. Se tomar, bem, caso contrário, vão realizando seus projetos assim mesmo. Há pessoas abrindo bibliotecas em açougues, borracharias, em qualquer birasca de favela. Por aí afora, há vários programas de promoção de leitura rolando”.*  
(SANT’ANA, Affonso Romano de. 2006 ).

**CAPÍTULO III.**  
**BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS:**  
**integrando conceitos**

### **3. BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: integrando conceitos**

O título deste capítulo engloba alguns assuntos representativos do nosso estudo, considerando que a biblioteca comunitária tem as finalidades específicas da biblioteca pública, no modo como é concebida atualmente, como mediadora na conquista da democracia cultural, e que sua origem está vinculada à emergência dos movimentos sociais urbanos, a partir da década de 1960. Assim, entendemos ser necessário, ao fazer este percurso, abordar alguns aspectos que caracterizam a biblioteca pública, a comunitária, e apresentar conceitos relacionados aos movimentos sociais urbanos pela cidadania.

Tecnicamente, segundo Martins, W. ( 2002), as bibliotecas podem ser classificadas em *particulares* e *oficiais*, a partir do ponto de vista da sua administração e manutenção. Nas *particulares* estão englobadas as que pertencem a entidades civis ou corporações, as de ordens e sociedades, etc. As *oficiais* são mantidas pelas instâncias governamentais e podem ser nacionais, estaduais ou municipais, nos países que adotam a forma federativa.

Em relação ao público que atende, ela pode ser *especializada* ou *pública*. A primeira, atende a um público particular, como as universitárias, administrativas, profissionais, de sociedades eruditas, etc., e sua denominação é variada. A biblioteca pública recebe esta denominação por ser aberta a todos os interessados. É uma instituição democrática, um espaço público.

A biblioteca começou apenas como *biblioteca*: existia apenas um tipo. Com a sofisticação e a especialização da vida moderna o conceito

tornou-se um gênero, e os tipos diferentes de bibliotecas são as espécies. Daí o uso dos adjetivos: pública, escolar, universitária, comunitária, e quantas outras houver. Essa tipologia é definida pelo público que ela congrega, evidentemente expressando necessidades comuns, porque é função da biblioteca atendê-las. Assim, a biblioteca escolar atenderá às necessidades dos sujeitos ligados ao processo educacional: o estudante, o professor, os profissionais da educação, ou seja, as “pessoas da casa”.

A biblioteca pública, que surgiu no século XIX, e cuja idéia implícita de democracia é anterior à própria criação do governo democrático, atende ao *público*, ou seja, a todos, sem exceção. O adjetivo *público*, em oposição a *privado*, não diz respeito à natureza da instituição que a mantém, de *serviço público*, que é um entendimento comum, mas diz respeito ao seu usuário, pelo menos potencial, que é o *povo* (*a totalidade*). Essa compreensão distorcida, melhor dizendo, essa realidade distorcida é que cunhou o termo *biblioteca comunitária* ou *popular*. Quem é o público da *biblioteca comunitária* ou *popular*? O povo, todos. Ela é, portanto, uma biblioteca pública. Por que, então, a diferença? Por que elas não são chamadas de bibliotecas públicas do bairro x ou y ou z, se atendem a todos da comunidade?

Vejamos uma resposta plausível. Há duas possibilidades de interpretação: a primeira é que a biblioteca pública oficial é vista como a biblioteca da elite, porque assim ela tem sido desde sua origem. Até a disponibilidade desse equipamento cultural no espaço urbano comprova esta idéia. A biblioteca comunitária, no entanto, é do povo, identificando aqui a palavra *povo* na acepção de

- a) *conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe;*
- b) *conjunto de cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a*

*elite econômica*.(Dicionário Houaiss).

Portanto, a idéia de biblioteca comunitária está ligada à classe baixa, a da exclusão socioeconômica e cultural.

Outra interpretação está na sua criação/gestão/destinação. A biblioteca comunitária é criada pela comunidade, gerida pela comunidade, destinada à comunidade. Ela existe independentemente da vontade do governo. O adjetivo '*comunitária*', portanto, significa um marco na conquista de um direito de cidadania pela comunidade. Independentemente do governo, que historicamente só atende os interesses da elite, o povo consegue ter acesso à leitura e ao livro pelo seu próprio esforço.

Para entender, então, o papel da biblioteca pública/comunitária e suas possibilidades de atuação, veremos o que diz a UNESCO.

### **3.1. A biblioteca pública**

A International Federation of Libraries Associations-IFLA e a UNESCO, no documento em que apresentam as suas diretrizes para os serviços de biblioteca pública, declaram que ela é um fenômeno universal, que ocorre em uma variedade de sociedades, em culturas diferentes e em níveis de desenvolvimento diferentes. Assim a definem :

*A biblioteca pública é uma organização estabelecida, mantida e subvencionada pela comunidade, por meio do governo federal, regional ou local ou **por alguma outra forma de organização comunitária**. Ela provê o acesso ao conhecimento, à informação e às obras da imaginação por meio de uma gama de recursos e serviços e está disponível de modo igual para todos os membros da comunidade a despeito de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, incapacidade, status econômico ou de emprego e nível educacional.* <sup>15</sup>(IFLA/UNESCO Guidelines) ( Tradução nossa).

---

<sup>15</sup> Original em inglês

Os objetivos principais da biblioteca pública são fornecer recursos e serviços em meios variados para atender indivíduos e grupos em suas necessidades educacionais, de informação e de desenvolvimento pessoal incluindo recreação e lazer. Ela tem um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, ao disponibilizar para o indivíduo acesso a uma ampla e variada gama de conhecimento, idéias e opiniões. (IFLA/UNESCO Guidelines) .

Ainda nas “*Diretrizes...*” está dito que a razão para a criação e manutenção de bibliotecas públicas, e seu propósito primordial, é a necessidade de uma instituição disponível para todos, que forneça acesso ao conhecimento em qualquer formato, impresso ou não, como apoio à educação formal e não formal. Ao longo da vida as pessoas necessitam de educar-se, quer em instituições formais, como escolas, universidades, quer em contextos menos formais, como o emprego, ou a vida diária. A educação não termina com a finalização do período escolar formal, mas para a maioria das pessoas é uma atividade para toda a vida. (IFLA/UNESCO Guidelines).

Segundo o Manifesto da UNESCO são funções da biblioteca pública:

- “Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;

- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- Fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral;
- Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.” (UNESCO)

Como podemos verificar no manifesto citado acima, a biblioteca pública é o espaço público, democrático por excelência. Considerando a importância de suas funções, num governo democrático ela deveria estar mais presente na vida das populações, deveria ser mais abundante em número e estrategicamente colocada nas regiões de vulnerabilidade social de modo a facilitar o acesso do povo ao livro.

### 3.2 - Bibliotecas comunitárias

A existência de bibliotecas comunitárias tem sido alvo de registro por parte do governo e de ONGs, e também objeto de pesquisa e de projetos de organização social.

O Instituto Ecofuturo contabilizou a existência de quase nove mil centros de leitura no país, feitos por associações de trabalhadores, igrejas e organizações de bairro. Segundo a diretora de Educação e Cultura do Instituto, Christine Fontelles “O brasileiro gosta de ler a ponto de se virar desse jeito. Mas isso não significa que ele tenha acesso a livros e que o acervo desses cantos de leitura seja interessante.” Ela salienta também que nem sempre esses espaços são considerados bibliotecas por não atenderem a requisitos obrigatórios, como ter a assinatura de, pelo menos, um periódico e possuir um bibliotecário de plantão. “(INSTITUTO ECOFUTURO)

Em 2003, a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, em função do Projeto Beagalê, identificou 33 desses espaços na cidade e, em 2004, elaborou o 1º Diagnóstico das Bibliotecas Comunitárias de Belo Horizonte, que as designou inicialmente como

*espaços alternativos de serviços de bibliotecas, criados por iniciativas da comunidade (morador, movimento associativo ou instituição representativa na comunidade, igrejas, ONGs, etc,...) para atender à demanda da população local em suas necessidades de leitura, acesso à informação e manifestações culturais.*(VASCONCELOS, SILVA; PEREIRA, 2004, p.33)

Os resultados obtidos indicam que no universo pesquisado, nem todas podem ser consideradas “espaços alternativos no sentido da informalidade e do desejo de direcionar o trabalho às áreas periféricas”, pois muitas são de projetos sociais e bem estruturadas,



mas a maioria organiza espaços de leitura em atendimento à demanda e de acordo com as suas possibilidades. A maioria das bibliotecas foi criada nos últimos 5 anos. São mantidas, em primeiro lugar, por instituições religiosas e, em segundo lugar, por instituições comunitárias. Nem todas estão inseridas num contexto de exclusão social e atendem a comunidade em geral, pois algumas se destinam a públicos de projetos sociais.

O estudo enfatiza que apenas uma minoria das bibliotecas comunitárias pesquisadas foi criada por iniciativa de pessoas que não obtiveram nenhuma parceria com entidades privadas, comunitárias ou governamentais, e conseguiram levar adiante o projeto com ajuda esporádica de pessoas físicas ou jurídicas.

A maioria conta apenas com voluntários, o que torna seu atendimento irregular, mas mostra a sua importância para a comunidade pelo fato de existirem há mais de 5(cinco) anos; pela faixa etária, o público atendido é, em sua maioria, infanto-juvenil, seguido de adultos e, finalmente, idosos; em relação à ocupação, o público escolar é a maioria, seguido de donas de casa, trabalhadores e aposentados. A maior parte delas realiza atividades de incentivo à leitura, não tem acesso à Internet e não desenvolve atividades de extensão.

O estudo conclui que as bibliotecas comunitárias, com muita frequência, são criadas para atender a demanda de pesquisas escolares, e passam por um processo de escolarização, semelhantes ao das bibliotecas públicas. Conclui também que elas ampliam as possibilidades de democratização da leitura na cidade em vista do número limitado de bibliotecas públicas e privadas existentes, principalmente nas áreas de alta vulnerabilidade social, e que o

isolamento e a falta de articulação de outros espaços afins, aliados a graves problemas de infra-estrutura dificultam a continuidade e qualificação do trabalho.( VASCONCELOS; SILVA; PEREIRA , 2004).

No estudo de caso sobre bibliotecas comunitárias em regiões de exclusão social em São Paulo, a investigação objetivou o mapeamento das bibliotecas comunitárias e o estudo da Biblioteca Comunitária Solano Trindade, localizada no Bairro Cidade Tiradentes. O trabalho recuperou sua formação, desenvolvimento e manutenção, e o relacionamento com a comunidade onde está inserida. A pesquisa trouxe ainda, como resultados, a identificação de 44 bibliotecas comunitárias em áreas periféricas. Foi indicado que elas são iniciativas das comunidades para reunirem em seus acervos as informações que interessam à comunidade, excluída da sociedade da informação, e despertam o sentimento de participação comunitária, tornando-se uma verdadeira biblioteca democrática onde todos se edificam e se beneficiam de seus serviços. Surgem para resolver o problema da falta de locais próprios para a informação, o lazer e a cultura, dentro de um determinado bairro, agravada pelas limitações impostas pelas escolas e bibliotecas públicas. São mantidas com recursos do terceiro setor, que as vêem como locais que favorecem a articulação, a renovação e o fortalecimento das representações da sociedade civil (LEMOS, 2005).

O trabalho "Identidade cultural de Heliópolis" (MACHADO, 2005) relata a concepção e o plano de implantação de uma Biblioteca Comunitária na Favela de Heliópolis, considerada a segunda maior favela do Brasil. É parte integrante do Programa Identidade Cultural de Heliópolis idealizado pelo arquiteto Ruy Ohtake. Um projeto participativo, de inclusão sociocultural, que por meio da valorização da leitura, do livro e do acesso à informação pretende criar um

espaço cultural que tem como objetivo principal ser um elemento transformador naquela comunidade.

Na argumentação para a criação de biblioteca comunitária no projeto a autora declara:

*No Brasil, assim como em inúmeros países, a imensa dívida social que tem na exclusão cultural um de seus maiores índices, encontra nas bibliotecas comunitárias um sólido instrumento inclusivo, principalmente na formação de novos leitores e no aprimoramento daqueles cidadãos que, semi-alfabetizados, engrossam o impressionante número de iletrados de nossa sociedade. (MACHADO, 2005)*

Ela declara que o grande problema a ser superado para conquistar os brasileiros para a leitura é justamente o acesso ao livro, desde que é notório que o cidadão excluído socialmente encontra-se impossibilitado de adquirir, com recursos próprios, a informação que a leitura lhe fornece. A autora acrescenta que

*a biblioteca pode se constituir em um espaço privilegiado para a intervenção social e o desenvolvimento de mediação de leitura. Um espaço para a criação de um novo projeto de sociedade, na busca de identidade de grupos marginalizados pelo e do sistema dominante. Nesse sentido, a biblioteca tem tudo para estar na vanguarda da luta contra a exclusão social, se conseguirmos aliar o acesso a tecnologias da informação, o texto escrito e a comunicação a uma orientação voltada para o educativo, o organizativo e o produtivo (MACHADO, 2005).*

Almeida Jr., no artigo sobre bibliotecas públicas e alternativas, cita a definição de bibliotecas populares cunhado por Etelvina Lima, em que estas são

*as bibliotecas públicas cujo objetivo é o de atender às populações menos privilegiadas das áreas urbanas e, se possível, estender esse atendimento às comunidades rurais”<sup>16</sup>(LIMA, Apud ALMEIDA Jr. 1993, p. 126).*

---

<sup>16</sup> LIMA, Etelvina. Biblioteca em programas de alfabetização e educação de adultos. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.11, n.2, p.133-145, set. 1982.

E diz que

*Apesar da falta de um consenso amplo quanto à definição de bibliotecas populares e comunitárias, um item está sempre presente nas definições existentes: as classes populares. (ALMEIDA Jr. 1993, p. 126).*

A leitura dos trabalhos acima nos levou a algumas considerações sobre as bibliotecas comunitárias. Em primeiro lugar, surgem para atender necessidades de acesso à informação e leitura do próprio bairro; são mantidas pela igreja, ou pelo terceiro setor, sendo muito poucas as que são geridas por pessoas físicas, sem o apoio de alguma instituição. Supomos que o motivo para a sua criação seja, portanto, a solidariedade, sentimento presente nas ações da igreja e dos movimentos de bairro, na busca de solução para problemas comuns. Em seu quadro de pessoal contam apenas com voluntários, o que reforça o sentimento de solidariedade. Todavia, a regularidade no atendimento fica prejudicada por depender da disponibilidade de tempo dos agentes envolvidos que, por não terem vínculos empregatícios, atendem quando podem.

Em segundo lugar, são consideradas instrumentos inclusivos na medida em que desempenham o papel de mediadoras de leitura, aumentando o número de leitores e diminuindo o índice de analfabetismo funcional, inserindo-os na sociedade da informação.

Isto significa que se espera delas um trabalho bastante estruturado de combate ao analfabetismo e de desenvolvimento do gosto pela leitura, o que pressupõe a atuação de profissionais para atingir seus objetivos. Que estratégias usariam para realizar este trabalho, considerando que a regularidade das ações é um dos pressupostos

para seu sucesso, e que uma das dificuldades enfrentadas é exatamente a oscilação na presença dos voluntários? E qual é a capacitação desses voluntários para o desenvolvimento desse trabalho?

Além disso, a inclusão na sociedade da informação implica no domínio das novas tecnologias para a aquisição do conhecimento. Teriam elas condições estruturais para disponibilizar aos usuários o acesso à Internet e outros *media* de que necessitam para viabilizar a inclusão?

Finalmente, muitas delas, pelo grande número de atendimentos a estudantes e orientação de pesquisa escolar, na verdade apenas cobrem a lacuna deixada pela ineficiência das bibliotecas escolares. Não estão, portanto, desempenhando a função de bibliotecas públicas, aberta a todos, como foi pensado, mas de bibliotecas escolares. Seriam, todavia, comunitárias, se pensarmos que esta designação se relaciona exatamente a seu público, a comunidade?

Porém, se estas são as indagações no que concerne à biblioteca, torna-se importante também compreender as ações das comunidades na busca da consecução de seus direitos, razão pela qual discutimos a seguir os movimentos sociais e o papel dos mesmos para o avanço dos direitos.

### **3.3 - A solidariedade na busca da cidadania: os movimentos sociais no Brasil**

Para a realização de nosso estudo, considerando a necessidade de apreensão de dados sobre as comunidades e organizações de bairros

onde se situam as bibliotecas pesquisadas, e também a inserção destes dados em um determinado contexto histórico e social, entendemos que o apoio teórico deveria contar com subsídios sociológicos. Por considerarmos necessários nossa aproximação e entendimento daquela realidade fomos buscar informações sobre os direitos humanos, os conceitos de cidadania, democracia e exclusão social, e a teoria dos movimentos sociais, para subsidiar nosso embasamento teórico.

Os artigos 19, 26 e 27 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, instituídos em 1948 pela Organização das Nações Unidas, garantem a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios; o direito à educação, orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem, assim como o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

Esses foram direitos conquistados ao longo de muitas lutas nacionais e internacionais e, no entanto, nos primórdios deste século questionamos, ainda, o seu pleno exercício.

Podemos dizer que o acesso à informação e à educação, e a fruição dos bens culturais, no Brasil, são direitos garantidos em termos legais, mas não disponíveis em termos democráticos para toda a sociedade, na medida em que uma grande parcela da população não se encontra na posse desses direitos. Como dizer do acesso à informação e à leitura, que é um bem cultural simbólico, se este acesso esbarra com a triste realidade da escassez de bibliotecas, do alto preço dos livros, da carência socioeconômica e da falta de hábito

de leitura da população, esta última indicadora do baixo nível de nossa educação?

O direito à leitura é condição básica para o exercício da cidadania em uma sociedade letrada. Com o advento das novas tecnologias, consolidou-se a chamada sociedade da informação, e mais do que nunca, ficou sedimentada sua necessidade, porque o trabalhador deve dominar a habilidade da leitura para poder entender os diferentes códigos dos diversos processos de produção. A transmissão de conhecimentos está dependendo em grande parte da forma escrita e dos sinais dos computadores.

Porém para entender o significado e extensão do termo cidadania é preciso recorrer a Marshall (1967), cuja formulação explicita que ela se divide em direitos políticos, civis e sociais, sendo estes últimos, aqueles que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. A leitura, assim como a educação, está inserida nos direitos sociais, ao lado do emprego, saúde, habitação e previdência. Ao exercício do conjunto de direitos e deveres, dá-se o nome de cidadania.

Para Carlos Nelson Coutinho (1995), cidadania

*é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado... A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (COUTINHO, 1999, p 42).*

Segundo o autor, a cidadania se realiza em um contexto de democracia que pressupõe a existência de condições sociais e institucionais favoráveis à participação ativa do cidadão na formação do governo e no controle da vida social, e por isso,

*A democracia é concebida como a construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestão e no controle da esfera política.* (COUTINHO, 1999, p. 43).

Uma das suposições que motivaram o nosso estudo é que as bibliotecas comunitárias teriam emergido dos movimentos sociais que agitaram o cenário da luta pelos direitos sociais, no processo de metropolização, ou seja, concentração de população, atividades produtivas e de serviços em um dado núcleo, a partir da década de 60-70, período autoritário. (Nesta época o aumento da população nas cidades circunvizinhas foi maior que nas capitais). Em geral, sua mobilização gira em torno de demandas materiais. De acordo com Gohn (1982), logo no início as reivindicações se relacionavam às melhores condições de sobrevivência no meio urbano, como transportes, educação, saúde, etc. Mais tarde, no entanto, se direcionaram também para equipamentos sociais e culturais, como creches, bibliotecas, parques infantis, centros de recreação, locais de prática de esportes, áreas verdes, etc. Os movimentos reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos, ao nível do local da moradia, constituem, juntamente com outros movimentos sociais no urbano, uma nova forma de participação social da sociedade civil.

Essa autora afirma que a solidariedade grupal é o elemento aglutinador dos grupos em um primeiro momento, mas que pode levá-los a desenvolver uma autoconsciência coletiva, a partir de práticas cotidianas que giram em torno de problemas locais e



imediatos e se ampliam para outras reivindicações da realidade social. (GOHN, 1982, p.12).

Em outra publicação, Gohn (2004b) define os movimentos sociais como

*ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 2004b, p. 251).*

A autora acrescenta que essas ações se estruturam a partir de interesses em comum diante de conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade, e em torno dos quais desenvolvem um processo social e político-cultural, criando uma identidade coletiva para o movimento. E que

*Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. (GOHN, 2004b,p. 251).*

A base de suporte desses movimentos, ainda segundo a autora, são organizações e entidades da sociedade civil e política que atuam ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade (GOHN, 2004b).

Ao fim dessas contribuições teóricas apresentadas no que se refere à organização da sociedade civil em grupos articulados, e sua importância para a aprendizagem da democracia e para fazer valer os direitos das classes populares, entendemos como essencial apreender quais são os pressupostos para a participação ativa da

comunidade para que ela seja sujeito e protagonista de sua própria história. Valemo-nos, mais uma vez, do aporte teórico de Gohn (2004a):

- a) *uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados;*
- b) *não se muda a sociedade **apenas** com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade;*
- c) *é no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social.*
- d) *É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida de uma população, como as escolas, os postos de saúde; mas o poder local não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.(GOHN, 2004ª, p.23.)*

Em suas conclusões a autora afirma que a participação da sociedade civil na esfera pública - via conselhos e outras formas - não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos.

Ao final deste capítulo concluímos que a biblioteca comunitária é uma variação da biblioteca pública, considerada como uma das possibilidades de acesso ao livro e à informação das classes populares e, portanto, um instrumento de inclusão cultural. Elas surgem como resultado de movimentos sociais no nível local da comunidade para reivindicar seus direitos de cidadania cultural. Vale ressaltar também que a ação da sociedade civil organizada em parceria com intelectuais comprometidos com a justiça social, é fundamental para abrir os caminhos em direção à democracia cultural.

*O homem culto é o homem capaz de compreender o drama do outro, porque, ao ler, esteve várias vezes na posição do outro.[...] A cultura não é um adorno que se pendura na parede, ou que se põe no peito. Nem um museu é alguma coisa que guarda coisas velhas e inúteis. A vida está presente.*

*E a leitura é uma coisa tão forte, tão viva em cada pessoa, que ela existe exatamente para possibilitar ao leitor, sendo apenas um, de vida curta e medíocre, experimentar ser por um tempo os maiores heróis da humanidade, ser um assassino, um gênio, um aventureiro, um grande apaixonado. (ARAÚJO, Alcione, 2006, p.179)*

*“... é impossível deixar de ver que o retrato do agente cultural está mostrando ser ele não um, mas vários [...] o agente cultural é uma equipe, e a ação cultural, uma atividade interdisciplinar [...] a interdisciplinaridade requer não apenas especialistas nas diversas áreas envolvidas (e nunca será demais ressaltar o papel que a competência representa aqui), mas, acima de tudo, um projeto que coordene as atividades, para o qual convirjam as ações e que tenha sido elaborado para ser posto efetivamente em prática. Sem projeto não há interdisciplinaridade. Sem projeto não há ação cultural.” (TEIXEIRA COELHO., 2001, p.68-70)*

#### **CAPÍTULO IV**

### **DEMOCRATIZAR O SABER :**

### **desafios aos processos de ação cultural**

#### **4. DEMOCRATIZAR O SABER : desafios aos processos de ação cultural**

Ao elegermos a biblioteca comunitária como tema de investigação, vislumbramos a sua importância como equipamento que possibilita a inclusão cultural de pessoas em situação de desigualdade social. A apreensão deste objeto de estudo nos remete à necessidade de uma incursão por caminhos teóricos que nos proporcionem uma abordagem da realidade social, sob um prisma global. Por esta razão somos conduzidos a outros campos do saber, considerando que o tema em questão requer diferentes olhares, como o da antropologia e da sociologia, já que estamos nos referindo, explícita ou implicitamente, a diversos conceitos como cultura, inclusão/exclusão, igualdade/desigualdade social e, por extensão, democracia e cidadania.

Neste capítulo, pois, discutiremos a importância da cultura na vida do indivíduo, e a necessidade de ampliar o acesso aos bens culturais com vistas ao pleno exercício da cidadania cultural e, considerando o nosso tema de pesquisa, a biblioteca comunitária como alternativa de acesso à leitura e à informação para as classes populares, concluímos ser necessário vislumbrar um panorama geral sobre a situação da leitura no país e em Belo Horizonte, na busca de elementos que nos permitam apreender algumas das circunstâncias que dão origem às referidas bibliotecas.

Considerando, também, que as mudanças tecnológicas ocorridas em nível mundial, em tempos recentes, e sua presença, notadamente após os anos 70, conforme indicado por Castells (2000), aumentaram as exigências em relação ao domínio de novas habilidades pelos

indivíduos, e que essas mudanças pressupõem melhores níveis de escolarização e, essencialmente, maior domínio da leitura, faremos uma breve incursão pelos caminhos da educação na sociedade globalizada e no Brasil, com o intuito de discutir e situar as potencialidades dos cidadãos deste país para a inserção na sociedade da informação.

E finalmente, aventaremos as possibilidades de as bibliotecas públicas contribuírem para o acesso das classes populares à democracia cultural, por meio da adoção da ação cultural, como uma das estratégias para a ampliação do acesso à leitura e à informação.

#### **4.1 – A importância da cultura e da democracia cultural**

Segundo as formulações de Bosi (1992) e consoante o Dicionário Houaiss, etimologicamente o termo *Cultura* derivou do verbo latino *colo, is, colui, cultum, colere* com o significado de '*cultivar; habitar, morar em; cuidar de, tratar de, preparar; honrar, venerar, respeitar*', que deu origem também ao substantivo *cultúra, ae*, que é a '*ação de cuidar, tratar, venerar (no sentido físico e moral)*'.

Iniciando a discussão com base nas obras de Cuche (1999) e Laraia (1995), vamos apontar uma visão histórica do conceito de *cultura* que, além de seu sentido original, etimológico, tem múltiplas acepções e se aplica a várias áreas do conhecimento. Antes, há que se ressaltar que a noção de cultura se refere exclusivamente ao âmbito do que é humano, pois segundo Laraia "*o homem é o único ser que possui cultura*". (LARAIA, 1995, p.25).

De acordo com Cuche (1999), embora a concepção moderna de cultura tenha surgido apenas no século XVIII, na Idade Média a

palavra aparece com o sentido de cultivo da terra. Em meados do século XVI surge o sentido figurado de cultura, relacionado com a cultura e o desenvolvimento de faculdades do espírito.

O século XVIII e o início do século XIX foram marcados por uma querela ideológica provocada pela oposição entre os termos *Kultur*, na Alemanha, e *civilization*, na França. A palavra *Kultur* era empregada com conotação nacionalista, definidora do “caráter alemão”, e se aplica ao conjunto da produção artística, intelectual e moral que constitui o patrimônio de uma nação. A palavra francesa *civilization* traz em si o sentido da universalidade e a influência da filosofia do Iluminismo, com a idéia de um patrimônio comum à humanidade.

Por influência de autores românticos, no século XIX, a cultura é colocada em oposição a civilização, sendo que a primeira se refere aos aspectos espirituais, e a segunda às realizações materiais de um povo, ligadas ao desenvolvimento econômico e técnico.

As concepções particularista e universalista da cultura, que alimentaram o debate franco-alemão por longo tempo (do século XVIII ao século XX), constituem, na realidade, segundo Cuche (1999), as bases para o conceito de cultura contemporâneo.

Em 1871 é publicado o livro “*Cultura Primitiva*” de Edward Burnett Tylor, considerado o marco histórico da fundação da etnologia como ciência autônoma. Tylor foi o primeiro estudioso a cunhar um conceito científico, antropológico, da cultura, no qual reúne aspectos dos termos *cultura* e *civilização*:

*cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem, enquanto membro da sociedade. (CUCHE, 1999, p. 35).*

Pelas características apontadas por Tylor, a cultura não é uma herança biológica, mas uma qualidade distintiva fundamental do ser humano em suas relações sociais; todos os grupos a possuem, porque ela se dá em sociedade. Sozinho, o indivíduo não cria cultura; ele a adquire em seu percurso de inserção no grupo.

A antropologia procura identificar o momento e o modo a partir do qual o homem se torna diferente da natureza, fazendo surgir daí a cultura. Segundo Marilena Chauí (2006), esse momento é o da criação da lei que opera em âmbito universal, a base para a organização social e a garantia de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência não natural, mas simbólica:

*A cultura é a invenção de uma ordem simbólica, e nela e por ela os humanos atribuem à realidade significações novas por meio das quais são capazes de se relacionar com o ausente. A presentificação do ausente é obra da linguagem, do trabalho, do sentimento da diferença temporal (passado, presente e futuro) e, portanto, da percepção do possível e do impossível, e da diferenciação espacial. Graças a eles os homens instituem a diferença entre o permitido e o proibido, o visível e o invisível, o sagrado e o profano, assim como valores atribuídos às coisas e aos humanos. (CHAUÍ, 2006, p.112).*

A partir da segunda metade do século XX, com o início da antropologia social e da antropologia política, o termo cultura passa a ser entendido como o campo das formas simbólicas. Na acepção antropológica, portanto, a cultura se apresenta em três sentidos principais:

1. *interdições e obrigações, estabelecidos a partir da atribuição de valores às coisas, aos humanos e às suas relações, e aos acontecimentos;*

2. *a criação da ordem simbólica da lei, isto é, de sistemas de criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço e do tempo, do sagrado e do profano, do invisível e do visível;*
3. *o conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelos quais os humanos se relacionam entre si e com a natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela e através dela, modificando-a. Este conjunto funda a organização social, a sua transformação e sua transmissão de geração em geração. (Chauí, 2006 p. 113).*

Concluindo, a autora diz que a cultura

*é, pois, a maneira pela qual os humanos se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam a natureza por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística. (CHAUÍ, 2006, p.114).*

E acrescenta que todas as manifestações culturais são o resultado da invenção da relação com o Outro – a natureza, os deuses, o estrangeiro, as etnias, as classes sociais, os antepassados, os inimigos e os amigos.

Isaura Botelho (2001) distingue duas dimensões da cultura: a antropológica e a sociológica. Na dimensão antropológica, como já vimos, a cultura se produz por meio da interação social dos indivíduos, e na dimensão sociológica ela se refere a um conjunto organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, da cultura. É nesta última dimensão que estão situadas as políticas públicas de cultura, e é a que nos interessa para este trabalho, na medida em que estamos lidando com a questão do acesso à cultura, especificamente à leitura e à informação. Na verdade, por estes benefícios estarem centralmente concentrados nas classes dominantes, o objetivo desta discussão é de evidenciar a importância da apropriação desses bens simbólicos pela classe dominada.

Segundo Chauí (2006), a separação que se faz de cultura formal, ou letrada, e cultura popular reflete a divisão da sociedade em classes:



os dominadores e os dominados. Sob tal ótica explicita que a cultura dominante se produz na classe em que se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Quanto à cultura popular, a autora coloca ser aquilo que é elaborado pela classe trabalhadora.

As abordagens de Marilena Chauí (2006) e Magda Soares (2004) convergem em relação à questão da democracia cultural. Chauí diz que a democracia é o campo da "*criação, reconhecimento e garantia de direitos*" (1984) e em seu artigo sobre suas experiências na administração da Cultura em São Paulo, classifica os direitos culturais como:

*1 - **Direito de acesso e fruição dos bens culturais** por meio dos serviços públicos de cultura ( biblioteca, arquivos históricos, escolas de arte, cursos, oficinas, seminários, gratuidade das exposições de artes plásticas, publicações de livros e revistas, etc.), enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática.*

*2 - **Direito à criação cultural**, entendendo a cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação de obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação de obras de pensamento: como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, sujeitos culturais.*

*3 - **Direito a reconhecer-se como sujeito cultural**, graças à ampliação do sentido da cultura, criando para isso espaços informais de encontro para discussões, troca de experiências, apropriação de conhecimentos artísticos e técnicos para assegurar a autonomia dos sujeitos culturais, exposição de trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares. (Grifos da autora) (CHAUÍ, 1995, p.82).*

Magda Soares (2004), define *democracia* como distribuição eqüitativa de bens materiais e simbólicos, e enfatiza na expressão "distribuição eqüitativa" as idéias de partilhamento justo, não discriminativo subjacentes nestes vocábulos. Enfatizando sua perspectiva a autora formula a definição de *democracia cultural* como "*distribuição eqüitativa de bens simbólicos, considerados estes como aqueles que são fundamentalmente **significações** e só*

*secundariamente mercadorias.* " ( Grifos da autora)(SOARES, 2004, p.18).

Está subjacente ao conceito de democracia cultural a distribuição eqüitativa do acesso à leitura, e é este bem cultural da ordem simbólica da linguagem que detém a nossa atenção, por ser o instrumento principal de acesso à cultura formal. É pela leitura que adentramos e nos apropriamos da herança intelectual registrada em palavras, e é ela que perpassa nosso cotidiano de uma civilização grafocêntrica. Ela é necessária em todos os momentos de nossa vida laboriosa, assim como nos momentos de deleite espiritual. Democraticamente falando, ela precisa se constituir em direito de cidadania de todos os indivíduos.

Dentro dessa perspectiva, Soares (2004) considera o acesso à leitura, entendido como possibilidade de leitura e direito à leitura, na perspectiva da responsabilidade social, como uma condição para uma plena democracia cultural, porque desta faz parte uma distribuição eqüitativa das possibilidades de leitura e do direito à leitura, em outras palavras, **uma democracia cultural plena supõe que todos os cidadãos tenham acesso à leitura.** (SOARES, 2004, p.20). (Grifos nossos).

A autora aponta, no País, algumas barreiras a um acesso eqüitativo à leitura como bem simbólico:

- a aquisição da tecnologia da escrita, que é uma condição mínima imprescindível para a leitura, apresenta um reiterado fracasso, tanto de crianças quanto de adultos com escolarização tardia, nas classes populares;
- a precariedade e escassez de bibliotecas públicas e escolares, estas últimas escassas principalmente nas escolas públicas, que atendem às camadas populares;

- a existência extremamente limitada de livrarias, aliada ao alto preço dos livros (que entre outras causas decorre de edições pequenas);
- a baixa oferta de equipamentos culturais como cinemas, museus e teatros.

E para concluir, Soares (2004) diz que a distribuição eqüitativa de condições de acesso à leitura apresenta a mesma dinâmica da distribuição de renda no país, *onde poucos têm muito e muitos têm pouco*.

Em outra perspectiva, a da leitura como formação do indivíduo, considera a leitura como instrumento de promoção da democracia cultural porque tem o poder de democratizar o ser humano em suas relações com a sociedade e a cultura. Nesse caso, ela se refere à leitura literária, aquela que é feita por prazer e não por necessidade. E conclui que

*A leitura literária democratiza o ser humano porque mostra o homem em sua diversidade e complexidade, e assim nos torna mais compreensivos, mais tolerantes – compreensão e tolerância são condições essenciais para a democracia cultural.*

*A leitura literária democratiza o ser humano porque traz para seu universo o estrangeiro, o desigual, o excluído e assim nos torna menos preconceituosos, menos alheios às diferenças – o senso de igualdade e de justiça social é condição essencial para a democracia cultural. .(SOARES, 2004,p.31).*

A partir da discussão acima, e considerando que a leitura e a informação são bens simbólicos e constituem nosso objeto de estudo, interessa-nos, sobretudo, apreender como se configura o

posicionamento da leitura dentro das habilidades intelectuais do nosso povo, e como se configura o exercício desse direito.

## **4.2 Acesso à informação e à leitura : condições para a democracia cultural**

### 4.2.1- A leitura no país

O livro tem sido o principal suporte para a transmissão e divulgação do conhecimento, desde a laicização do ensino nas universidades na Idade Média. Ao longo dos séculos ele tem caminhado lado a lado com a educação. O livro é, hoje, uma necessidade social, assim como também o é a biblioteca, que os armazena e os disponibiliza para a população em busca de saber ou de lazer.

Os países desenvolvidos, cujos invejáveis níveis de leitura da população urbana e rural são conseguidos por meio da alta qualidade de ensino e da pródiga oferta de bibliotecas escolares e públicas aos seus cidadãos, sabem o valor desse equipamento para a aprendizagem da cultura.

Diferentemente deles, o Brasil do século XXI, o maior país da América Latina, apresenta uma baixíssima qualidade na educação, comprovada por programas internacionais que testam o domínio da leitura nos países, e uma escassez crônica de bibliotecas, não só públicas, mas também escolares.

Sob um prisma global é possível dizer que aqui, o livro ainda não é considerado uma necessidade social, haja vista o seu acesso restrito, principalmente às classes menos favorecidas, sem poder aquisitivo para compra de livros (que são muito caros) e para transpor a

distância que as separam das raras bibliotecas públicas. As bibliotecas escolares da rede pública de ensino, que atendem as classes populares, são deficientes em termos de acervos e de serviços, conforme apontam algumas pesquisas realizadas em escolas estaduais. (ABREU, V. et al., 2003, 2004).

Assim como o livro, a informação. Beto Almeida, presidente da Comissão de ética do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, em 2000 denunciou a existência de uma indigência informativo-cultural no Brasil, a nona economia do mundo:

*a tiragem diária de jornais no Brasil é de apenas 3,6 milhões, tendo caído do ano 98 para 99; existem apenas 338 jornais diários, num universo de mais de 5 mil municípios; dos dez diários com tiragem superior a 100 mil exemplares, sete estão no eixo Rio - São Paulo; cerca de 90% dos brasileiros não lêem regularmente jornais, revistas ou livros; há apenas 2,7 milhões de assinaturas de TV paga; o Brasil detém uma taxa de leitores de jornais inferior à da Bolívia: apenas 27 exemplares para cada grupo de mil leitores, quando no país andino é 30 por mil. **O pano de fundo é um salário mínimo que, se for aumentado, chegará, no ano que vem, míseros R\$180,00, quase cinco vezes menos que o da Era Vargas.** (ALMEIDA, B. 2000)*

Hoje o salário mínimo dobrou de valor. Mas nos perguntamos se este fato gerou mudanças qualitativas no acesso à informação e à cultura. Será que duplicou o número de jornais e de leitores dos mesmos? Acreditamos que a questão do acesso à leitura, à informação e à cultura é muito mais abrangente e ultrapassa os limites do poder de compra do salário mínimo. O nível de leitura dos cidadãos de um país só atinge patamares mais elevados se houver uma confluência de fatores que conduzam a isso, e entre eles, se incluem a educação, responsável pelo desenvolvimento da habilidade e do gosto pela leitura, e a disponibilidade da cultura.

A consequência dessa situação é previsível: o Brasil não é um país de leitores. O Instituto Paulo Montenegro, responsável pela edição do INAF (Índice Nacional de Alfabetização Funcional) apresenta, ainda em 2005, dados alarmantes sobre a condição da leitura: apenas 26% dos brasileiros acima de 15 anos são alfabetizados funcionais, ou seja, aqueles que têm a habilidade de ler e entender um texto simples. O analfabeto funcional apresenta o seguinte perfil: maioria do sexo masculino, acima dos 35 anos, pertencente às classes D e E. Desses, 41% estão sem ocupação. E dos que têm ocupação, mais de 40% trabalham na agricultura, em que a maioria das tarefas braçais não exige grande domínio dos signos escritos.

Uma boa parte dos analfabetos não chegou a completar um ano de escolaridade. A maioria completou no máximo três anos de estudos. Entre os brasileiros entre 15 e 64 anos só 47% chegaram a completar a 8ª série do ensino fundamental, nível de escolaridade mínimo garantido pela Constituição. Os resultados do INAF indicam que sem o ensino fundamental completo é baixa a probabilidade de se consolidar um nível pelo menos básico de alfabetização.

Fica claro que a escola é que propicia o principal contato com livros no período de formação do leitor. Ao deixar a escola, o estudante, regra geral de baixo nível de escolaridade e baixo nível socioeconômico, também deixa o livro. Estas condições aumentam a probabilidade de tornar-se novamente analfabeto, pelo esquecimento do pouco que aprendeu e pela dificuldade de vencer, por si só, as barreiras da leitura.

Entre os fatores apontados pelo INAF como determinantes no desempenho dos grupos com maior ou menor escolaridade, citaremos apenas aqueles que têm maior pertinência para o nosso tema:

- disponibilidade de livros, revistas e jornais em casa;
- variedade de livros que costuma ler;
- frequência a bibliotecas;
- busca de mais de uma fonte para se informar dos assuntos da atualidade.

Vemos que a família também exerce papel preponderante para o domínio da leitura. Quanto maior a diversidade de materiais colocados à disposição da criança, desde a mais tenra idade, maior o incentivo para que ela se interesse pelo livro. O prazer das primeiras leituras em casa, as histórias contadas pelos pais ou avós, entrelaçam a afetividade e a imaginação, e resultam em ganhos positivos na construção do leitor.

A frequência à biblioteca é outro fator determinante na formação do leitor. Os dados da pesquisa mostram que 26% nunca foram a uma biblioteca; e em relação à pesquisa anterior, em 2003, houve diminuição daqueles que já estiveram em uma biblioteca pública (de 59% para 49%) e um ligeiro aumento dos que já estiveram em uma biblioteca escolar (45% para 49%). Entre os fatores considerados na pesquisa como diferencial importante nos níveis de alfabetismo está a frequência a mais de um tipo de biblioteca:

*é preciso que as crianças e jovens se familiarizem com a biblioteca na escola, mas é fundamental que haja bibliotecas em outros locais, para que possam desenvolver seus hábitos de leitura com autonomia ao longo da vida,*

dizem os responsáveis pela pesquisa. E recomendam: “ *Os poderes públicos devem ampliar a rede de bibliotecas públicas e melhorar*

suas condições de funcionamento". (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2005).

Ao considerarmos que a exclusão

*...como manifestação de injustiça (distributiva) se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias oferecidos ou assegurados pelo Estado, pensados, em geral, como direitos de cidadania.*(ZALUAR, 1997, p. ).

veremos que os índices acima não são favoráveis: apontam para uma situação de exclusão dos direitos sociais, ou seja, mais da metade dos brasileiros acima dos 15 anos não atingiu o nível mínimo de escolaridade garantido por nossas leis, e apenas 1/4 da população do país, na faixa etária mencionada, é considerada alfabetizada.

Friedrich Müller<sup>17</sup> apud Carvalho, distingue dois tipos de exclusão social: primária, é a situação em que as pessoas já nascem num quadro de pobreza e estão excluídas, a priori, da participação social e dos direitos humanos; e a secundária, quando o empobrecimento e outras contingências (imigração, guerras) privam de certos direitos o indivíduo ou grupos anteriormente integrados na sociedade.

*Enquanto a segunda vem ocorrendo em nações do hemisfério norte, no Brasil coexistem os dois tipos, embora seja um país estigmatizado, desde as origens, pela exclusão primária. Hoje nos causa espanto o alto número de brasileiros iletrados vivendo à margem de uma sociedade grafocêntrica, isto é, onde a palavra escrita é uma das ferramentas mais importantes de comunicação.* (CARVALHO, 2004 p.8) .

---

<sup>17</sup> MULLER, Friedrich. **Democracia e exclusão social**: o abismo que separa ricos e pobres. Tempo de mudança: alternativas para o Brasil. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1999.



O domínio da leitura é crucial para desenvolvimento do cidadão como ser integral, para sua apropriação da cultura letrada e, considerando pela ótica da sobrevivência, para sua candidatura a empregos, principalmente em tempos de economia globalizada. Essa grande maioria da população considerada analfabeta funcional não exerce o seu direito à educação e à leitura: está destituída de sua cidadania plena, estando sem a posse de benefícios que constitucionalmente lhe são garantidos.

#### 4.2.2 A leitura em Belo Horizonte.

Após termos uma visão geral do país relacionada a alguns aspectos da leitura e da alfabetização funcional, voltamos nosso olhar para Belo Horizonte e nos perguntamos: como se configura a situação da leitura nesta grande cidade?

Para responder a esta questão lançamos mão do *1º Diagnóstico da Área Cultural de Belo Horizonte*, realizado pela Fundação João Pinheiro para a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, em 1996. Embora tenha sido realizado há mais de uma década, e prováveis mudanças tenham ocorrido no panorama da leitura na capital, não encontramos um levantamento mais atualizado, o que nos leva a inferir que esse diagnóstico é o único existente. Por esta razão, e apesar das limitações temporais, foi usado como fonte para a configuração da leitura na cidade.

Contudo serem muitos os aspectos culturais enfocados no diagnóstico, nós nos ativemos à leitura, por ser aquele que está mais diretamente relacionado ao tema de nosso trabalho. Os dados pertinentes recolhidos na pesquisa serão apresentados resumidamente, a seguir.

O hábito de leitura, que inclui a ida a bibliotecas, está diretamente ligado ao desejo ou necessidade de aquisição de informações (70% de respostas). Essa busca de informações é estimulada prioritariamente pelas instituições de ensino, e os professores na escola são invariavelmente os principais incentivadores do hábito de leitura.

A diversão ou entretenimento como razão para a leitura foi a resposta de 27% dos entrevistados, o que indica que a literatura, a fruição estética é um motivo menos expressivo para a busca de livros. Os que indicaram a ida a bibliotecas como possibilidade de ler sem ter que comprar livros atingiram 17,6 % dos mesmos. Isto também comprova que o acesso gratuito a livros, proporcionado pelas bibliotecas, é um incentivo à leitura para os indivíduos com poucos recursos financeiros.

Dados desafiadores para a administração pública: os que não lêem porque não gostam ou não se interessam pela leitura atingiram 52,3%, mais da metade dos respondentes ! Outro dado bastante significativo é que os 36,6% que não vão à biblioteca, não gostam ou não se interessam por leitura; e 16,1% dizem que não conhecem bibliotecas em Belo Horizonte. Também é significativo que 35,7% responderam que não vão à biblioteca por falta de tempo. As pessoas que não gostam ou não conhecem as bibliotecas dispõem de renda individual inferior à média geral, da mesma maneira que os que dizem não ter tempo para ir a bibliotecas. Os que efetivamente têm problemas financeiros para adquirir livros afirmam não ter interesse pela leitura.

Esses dados corroboram o fato de que a renda abaixo da média está diretamente relacionada à pouca ou nenhuma frequência a bibliotecas e também ao não interesse pela leitura, devendo se ressaltar que o "não interesse" precisa de uma apreensão crítica e de caráter qualitativo, considerando a dimensão estrutural na qual a vida destes sujeitos se efetiva. Vejamos:

*É muito expressivo o contingente de pessoas que afirmam que "nada" poderia ser feito para estimular o hábito de leitura, mesmo de periódicos. Isso evidentemente se deve aos baixos níveis de escolaridade e de renda, à falta de incentivo por parte das instituições de ensino. No caso de bibliotecas, é interessante notar que um número significativo de jovens, moradores das regiões Barreiro, Norte e Leste, com escolaridade colegial afirma que "exposições do meu interesse nesses espaços seriam um incentivo a mais". (BELO HORIZONTE, 1996 p. 61) .*

Segundo a opinião dos respondentes que possuem renda superior aos resultados gerais, o que possivelmente já os caracteriza como leitores freqüentes ou eventuais, o preço mais baixo de jornais, revistas e livros é um dos requisitos para o aumento do hábito de leitura. A metade (50%) dos analfabetos e pessoas do nível primário de escolaridade deram essa mesma resposta.

Ao relacionarmos os dados citados acima observamos que mais da metade dos entrevistados não desenvolveram o gosto pela leitura. Esse grupo apresenta condições econômicas mais baixas do que a média geral, o que corrobora a suposição de que as condições socioeconômicas definem o perfil do leitor. Outro dado bastante significativo é que a procura pela biblioteca e a prática da leitura são motivadas primeiramente pelas atividades escolares, indicando ainda grande ligação com as necessidades educacionais; e que o lazer e o entretenimento como motivo para a leitura é de ocorrência bem menor, uma prática pouco desenvolvida, principalmente entre as pessoas de menor escolaridade e poder aquisitivo.

É muito provável que esta configuração da leitura em Belo Horizonte tenha mudado, considerando-se que a administração municipal dos últimos anos, comprometida com as classes populares, tem desenvolvido políticas públicas de cultura utilizando-se do instrumento do orçamento participativo. Mas esses investimentos certamente ainda não foram suficientes para atingir a distribuição eqüitativa de bens culturais como discutido acima. Como exemplo, citamos a disponibilização dos centros culturais que ainda não contemplou todas as regiões urbanas, embora conste como diretriz política que esta é uma das metas da atual administração. Restam ainda muitos desafios a serem superados para que essa democracia aconteça.

Em nível nacional a situação é mais grave. Todos esses dados indicam que para alcançar a meta de tornar-se um país de leitores o Brasil tem um longo caminho a ser percorrido. E esse caminho, obviamente ressaltando a importância da participação da sociedade civil, tem que ser traçado pelo poder público. Ainda na atualidade faltam políticas públicas de acesso ao livro e à leitura. Principalmente, faltam políticas públicas destinadas à ampliação do acesso e melhoria da qualidade da educação pública no nível básico.

O exame dessas muitas carências apresentadas até agora nos leva a indagações sobre as possibilidades deste país adiantar-se em direção à sociedade do conhecimento. Como é sabido, as mudanças recentes ocorridas no panorama universal, em que a economia ultrapassou os limites espaciais, e a revolução tecnológica está exigindo dos indivíduos níveis muito mais altos de conhecimentos e novas habilidades, deixam claro que um dos desafios que se apresentam

aos países periféricos é a superação dos baixos níveis educacionais de sua população.

Muito se diz sobre a leitura como instrumento imprescindível, como chave para o acesso à sociedade do conhecimento. A posição da UNESCO em relação à leitura no século XXI é bastante clara:

*...a capacidade leitora dos novos cidadãos da era da informação exige o desenvolvimento de novas habilidades para compreender e interpretar uma ampla variedade de tipos de textos e informação para aplicá-la adequadamente à sua realidade na resolução dos múltiplos problemas que se colocam em seu entorno. (Apud GUTIERREZ VALENCIA, 2005, p.94)*

Em relação ao reconhecimento da importância da leitura para estes novos tempos Gutierrez Valencia ressalta:

*...A sociedade da informação (...) coloca aos cidadãos do século XXI a necessidade impostergável de adquirir, melhorar e fortalecer suas capacidades leitoras para ter uma participação efetiva neste mundo mutante, a partir do entendimento que quem tem e entende a informação tem o poder de decisão, em caso contrário, aquele que perde a capacidade de leitura correrá o risco sempre de não chegar a nada nesta sociedade e em nenhuma outra, em qualquer parte do mundo.(Tradução nossa). ( GUTIERREZ VALENCIA, 2005, p.94<sup>18</sup>).*

Considerando os dados e as perspectivas apresentadas acima sobre a leitura e entendendo que seu aprendizado é feito primordialmente no campo multidisciplinar da educação, achamos necessário apresentar algumas contribuições teóricas sobre a globalização, e alguns dados sobre a educação no Brasil .

---

<sup>18</sup> Em espanhol no original

#### 4.2.3. A educação na sociedade globalizada

A década de 1980 viu surgir, no âmbito da economia, uma nova etapa do capitalismo caracterizada por uma intensificação do processo de internacionalização, conhecida como *globalização*.

Segundo Castells (2000) essa economia é informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência feita em uma rede global de interação. Sua base material é a revolução da Tecnologia da Informação, também chamada de Terceira Revolução Industrial.

Essa tecnologia, conhecida como TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), ocasionou mudanças inimagináveis na economia mundial ao permitir a superação dos limites do espaço e do tempo para a produção, a circulação e o consumo. Em decorrência disso, essas mudanças ressaltaram as diferenças já existentes entre países ricos e países pobres, considerando-se que estes últimos dificilmente apresentam as condições necessárias para sua inserção nesse novo panorama econômico, o que os coloca na categoria dos excluídos. Manteve-se a hegemonia dos países desenvolvidos, concentrando-se ainda mais o poder.

Entre as conseqüências danosas das transformações econômicas geradas por essa revolução tecnológica, cujo principal personagem é o computador, que possibilitou o aumento da velocidade e da flexibilidade no processo produtivo, a trágica diminuição na oferta de empregos lidera o ranking. Dupas (2000) assinala que

*... o padrão atual de acumulação de capital na era das tecnologias da informação vem transformando de forma dramática o conceito de ocupação. Está se formando, com efeito, um novo paradigma de*

*emprego – mais flexível, precário, e desprovido de garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional. Em sociedades como as ocidentais, nas quais o emprego desempenha um papel central não somente no que se refere à obtenção de renda como na integração social do indivíduo e na própria formação de sua identidade pessoal, a mudança desse padrão tem causado perplexidade. (DUPAS, 2000, p. 16).*

Além da substituição da mão de obra humana pela máquina nas tarefas notadamente mecânicas, as novas tecnologias mudaram consideravelmente o perfil do trabalhador, na medida em que exigem dele novas habilidades intelectuais, cujo desenvolvimento pressupõe um nível de escolarização muito acima do padrão atingido pelos países periféricos.

Um dos aspectos mais afetados pelo advento da Sociedade da Informação, e que se tornou foco de grande preocupação por parte dos atores envolvidos com o futuro deste país, é a questão da educação. Especialistas, estudiosos, e políticos responsáveis levantam constantemente questões sobre a preparação educacional da população para enfrentar os desafios que essas transformações nos apresentam.

Nos países periféricos, a busca de um nível econômico superior e a melhoria do padrão de vida pressupõe, entre outras condições, a ampliação do acesso à escola e a elevação da qualidade do nível educacional de sua população, para que aumentem suas chances de inserção na sociedade do conhecimento.

A educação é imprescindível para o crescimento de uma nação. Como direito, é fruto de muitas lutas das classes trabalhadoras, e apenas recentemente foi incorporado à história universal, pois sua declaração em lei remonta ao final do século XIX e início do século XX. Assim

como o emprego, está inserida nos direitos sociais, ao lado da saúde, habitação e previdência.

Cury ressalta assim sua importância:

*A magnitude da educação é assim reconhecida por envolver todas as dimensões do ser humano: o **singulus**, o **civis**, e o **socius**. O **singulus**, por pertencer ao indivíduo como tal, o **civis**, por envolver a participação nos destinos de sua comunidade, e o **socius**, por significar a igualdade básica entre todos os homens. Essa conjunção dos três direitos na educação escolar será uma das características do século XX. (CURY, 2002, p.8).*

O autor acrescenta que o exercício desse direito, no entanto, mesmo inscrito em lei, ainda não é uma realidade na maior parte dos países que vivenciaram um processo de colonização. As conseqüências desse processo, juntamente com a escravatura, as dificuldades de acesso à propriedade da terra e a ausência de uma forma contratual de mercado, produziram sociedades marcadas pela desigualdade social. Esta situação, que ainda persiste, continua a produzir pessoas que estão “fora do contrato” ou afastadas das oportunidades de acesso a postos de trabalho e bens sociais mínimos.

O autor diz que

*Isto explica o enorme número de pessoas que sequer possui educação primária, sendo ainda grande o número de pessoas que possui poucos anos de escolaridade. A pirâmide educacional acompanha muito de perto a pirâmide da distribuição da renda e da riqueza..(CURY, 2002, p. 11).*

Considerando as contribuições teóricas apresentadas acima, perguntamos: estaria a educação no Brasil em condições de enfrentar os desafios que lhe são apresentados pelas mudanças ocorridas no cenário mundial em função da revolução tecnológica?



Para responder a essa pergunta faz-se necessário recorrer à análise de alguns dados da estatística nacional.

#### 4.2.3 A educação no Brasil

Cury (2005) apresenta dados extremamente significativos para a compreensão da realidade da educação no Brasil. Ele assinala que de 1901 a 2000, apesar do significativo aumento da população e do PIB, a distribuição da riqueza foi desigual, não só entre indivíduos e grupos, como entre regiões e municípios. Essa desigualdade apresenta, de um lado, enorme concentração de renda em apenas 1% da população e, no outro extremo, 15% da população em estado de miséria absoluta, intermediados por 30 milhões de pessoas em estado de pobreza. Nesta última categoria se encontram os mais de 1,3 milhão de adolescentes entre 10 e 17 anos que trabalham em vez de estudar, os quase 4 milhões de crianças entre 4 e 14 anos que estão fora da escola e as 800 mil crianças em idade escolar obrigatória, que também estão fora da escola.

Em relação à educação básica de 9 anos garantida pela Constituição, os dados não são mais animadores. A educação infantil, destinada a uma população de 22 milhões de crianças entre zero a seis anos, atende apenas 6.397.601, incluindo o atendimento feito pela rede privada. Apenas 28% dos docentes atuando nessa etapa da educação possuem ensino superior.

O ensino fundamental, de 5ª a 8ª séries, não consegue garantir a permanência na escola, pois dos 5, 6 milhões que aí entram, apenas 2,9 milhões chegam ao término. Quase 200 mil professores dessa etapa possuem apenas o ensino médio.

No ensino médio, dos 9.132.698 que se matriculam, apenas 2 milhões completam os estudos. Dos 488.378 docentes, 440.405 possuem o ensino superior.

*Sabe-se que nas exigências formais do mercado de trabalho desta sociedade em que o conhecimento está adquirindo importância estratégica o aumento dos níveis de escolaridade exigidos torna o ensino médio objeto imediato de política de expansão. Assim, como entender que o país deixe fora da escola mais de dois milhões de jovens entre 15 e 17 anos? Quando a universalização gratuita dessa etapa, princípio constitucional, e sua progressiva obrigatoriedade, princípio legal, deixarão de ser somente um horizonte e se tornarão efetivas?"(CURY, 2005, p.8).*

Os índices acima não são favoráveis: apontam para uma situação caracterizada como de exclusão dos direitos sociais, ou seja, mais da metade dos brasileiros acima dos 15 anos não completou o nível mínimo de escolaridade previsto pela Constituição, e apenas 1/4 da população do país, na faixa etária mencionada, é considerada alfabetizada. O domínio da leitura é crucial para o desenvolvimento do cidadão como ser integral e para sua candidatura a empregos, principalmente em tempos de economia globalizada. Essa população não exerce o seu direito à educação e à leitura: está destituída de sua cidadania, estando sem a posse dos benefícios que constitucionalmente lhe são garantidos.

O editorial do jornal Estado de Minas, publicado recentemente, com o título de "*Mazelas do ensino*" (2007), comenta sobre o nível da educação no país:

*Faz uma década que surgiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o seu último relatório é um retrato da educação no país: a maioria dos alunos aprende pouco, comparando-se com a escola do século passado. Mais de 5 milhões de alunos passaram pelos testes-provas do ENEM. A melhor nota média na prova objetiva foi de 46,75 (escala de 0 a 100), entre os alunos do terceiro ano do ensino médio (antigo científico e clássico), equivalente a menos de 5 na escala tradicional de 0 a 10. Essa*

*média piorou muito nos anos 2004, 2005 e 2006, caindo para 35,45 em 2006. O presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Reinaldo Fernandes, diz que se inscrevem nas provas do ENEM os melhores alunos da turma. As notas seriam mais baixas se todos os alunos matriculados participassem das provas.*

*... A solução é conhecida: investir mais no ensino, melhorar a preparação e o salário dos professores e decretar escola de tempo integral para todos os alunos do ensino básico, que inclui o ensino médio. (MAZELAS, 2007).*

Nesta abordagem quantitativa, os números nos indicam que o nível da educação básica, no Brasil, tem piorado a cada ano, e já faz muito tempo. Os dados acima se referem a pessoas que estão em busca de uma profissão de nível superior. O que dizer daqueles cuja escolaridade não chega sequer ao ensino médio? Quando inserimos a educação no quadro das exigências necessárias para fazer frente aos desafios colocados pela nova sociedade do conhecimento, vislumbramos ainda uma enorme distância a ser percorrida para que os nossos milhões de habitantes excluídos tenham oportunidades de atingir um dos direitos mais básicos do cidadão: a dignidade do trabalho.

É importante, porém, considerar que a divulgação jornalística destaca apenas a dimensão quantitativa em termos da situação educativa, sendo necessário lembrar que sobre a educação intervêm múltiplos fatores e que a mesma deve ser analisada dentro do quadro macro-estrutural no qual ocorre.

Porém, é necessário destacar que os governantes não apenas voltem seus olhares para os problemas mas, principalmente, que esses se transformem em ações concretas, mais especificamente, em políticas inclusivas, que nos permitam vencer os desafios. Investir no aumento do número de escolas públicas e da qualidade do seu ensino,

dotando-as de bibliotecas e melhor infra-estrutura, possibilitando melhorias na qualificação dos docentes (talvez via atualização dos seus salários), na inserção daqueles fora da faixa etária de escolarização e dos habitantes das áreas rurais (que não têm escolas, e muito menos bibliotecas), enfim, de todas as categorias de excluídos que permeiam quase a metade de nossa população.

E não só os governantes são responsáveis: faz-se também necessária a participação da sociedade civil para manter acesos os objetivos a serem alcançados, como os inúmeros exemplos de ações culturais já desenvolvidas por particulares, quer individual ou institucionalmente. Ser cidadão inclui, também, exercer deveres.

### **4.3. Ação cultural: alternativas para a democracia cultural**

Duas foram as perspectivas sob as quais vimos, até agora, a questão do acesso à leitura e à informação: do ponto de vista do direito à cultura, e do ponto de vista da educação, em cujo âmbito se situa o domínio da habilidade da escrita e da leitura que ela propicia. Vimos também que o acesso à possibilidade de leitura, que é uma condição para a democracia cultural plena, na opinião de Magda Soares (2005), depende de mudanças estruturais que ultrapassam os limites dos campos da educação e da cultura:

*Os obstáculos à democratização da leitura são, assim, fundamentalmente, de natureza estrutural e econômica; sem que estes obstáculos sejam vencidos – distribuição mais justa da renda, desenvolvimento social e econômico mais homogêneo no País, investimento efetivo na melhoria das condições sociais da população – poderemos, e **devemos**, na área da educação formal ou não-formal, dar nossa contribuição para a democratização da leitura, mas sempre conscientes de que a democracia cultural, a distribuição equitativa deste bem simbólico que é a leitura, depende de mudanças estruturais que ultrapassam o educacional e o cultural. (SOARES. 2005, p.24).(Grifos da autora).*

Se as discussões nos tópicos antecedentes evidenciam a problemática que se encontra presente nas dimensões da cultura e da educação, vale discutir qual seria essa contribuição que **podemos e devemos** dar, que alternativas poderão contribuir para minimizar estas contradições e, em termos de ação cultural, apresentar aquelas que possam avançar no que se refere ao processo de mudança.

Precedentemente a esta discussão é preciso apontar também como a dimensão de ação cultural se apresenta, buscando enfocá-la tanto sob o prisma teórico quanto em seu aspecto de ação.

Assim, destacamos que, em razão das preocupações vinculadas a este trabalho, o eixo da discussão referente à ação cultural terá como centralidade o contexto da biblioteca. Entretanto, vamos apreender os conceitos teóricos a fim de que possamos visualizar as possibilidades de interlocução entre os mesmos e a dimensão da ação na realidade da biblioteca.

Segundo Teixeira Coelho (1997) há três acepções de intervenção cultural que é necessário distinguir: *ação cultural, fabricação cultural e animação cultural*.

Em seu *Dicionário crítico de política cultural*, o autor apresenta a *ação cultural* como

*o conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural, e que para efetivar-se, recorre a agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte. .. A ação cultural pode*

*relacionar-se com cada uma das fases do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso ...*

*Sob um ângulo específico, a ação cultural é o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura.( COELHO NETO, 1997, p. 32-33).*

Ressaltamos que a ação cultural tem como locus para sua realização a produção simbólica de um grupo, e nessa totalidade as artes são destacadas.

A *ação cultural* se distingue da *fabricação cultural* porque esta pressupõe uma política cultural determinada, com objetivos a serem atingidos, também predeterminados, e etapas previstas, que visam a produção de um objeto. Nesse tipo de ação o sujeito é o agente cultural e os objetivos e etapas são definidas autoritariamente **para** o grupo ou comunidade. A ação cultural é distinta porque é um **processo**, ou seja, implica uma ação continuada, cujo início é definido **com** o grupo, e que se desenrola segundo os desejos e necessidades deste.

E a terceira distinção se dá entre *ação cultural* e *animação cultural*. Este último termo se referia

*a atividades de iniciação do público às artes eruditas, na condição de espectador, e a práticas culturais e artísticas ao seu alcance, geralmente como amador ( pintura, cerâmica, teatro amador, etc.).(COELHO NETO , 1997, p.33).*

Ainda segundo o autor, a partir da década de 60, por influência da ideologização das políticas culturais, ela passou a ser considerada como um instrumento de integração passiva do indivíduo ao *status quo* cultural e político. Por essa razão o termo e a prática foram substituídos pela *ação cultural*, que abria mais espaço para a participação ativa e não dirigida.(Coelho Neto, 1997, p. 43-44).

A ação cultural envolve atividades interdisciplinares e por isso requer um projeto para coordenar a prática dessas atividades. A implementação da ação cultural exige a mediação de um agente cultural, que, conforme designação da UNESCO, é aquele que cria as condições para que indivíduos atinjam seus próprios fins culturais. Ele atua junto ao público com o objetivo de reunir a arte, o artista, a coletividade, o indivíduo e os recursos econômicos.

Delimitadas as diferenças entre os tipos de intervenção cultural, e definido o papel do agente cultural percebemos que, para o objetivo que se pretende, o de aventar alternativas para uma contribuição efetiva à diminuição dos obstáculos ao acesso à leitura e à informação, acreditamos que a ação cultural, pela sua potencialidade dialógica, abre um grande leque de possibilidades para realizar de forma permanente uma interlocução com a educação e com a cultura com vistas a ampliar esse acesso, haja vista a dimensão cultural das bibliotecas públicas e escolares.

Na década de 80 a idéia de ação cultural teve um lugar proeminente na literatura biblioteconômica. Isto se deve possivelmente a várias causas, mas vamos citar duas: primeira, a necessidade de apontar novos rumos para a atuação das bibliotecas, principalmente a pública, que neste momento questionava seu desvio de função ao substituir a biblioteca escolar (Andrade, 1987), e segunda, o reconhecimento que a biblioteca pública, no dizer de Etelvina Lima,

*é uma instituição fadada a se transformar em uma repartição pública, mornamente cumprindo rotinas pseudo-técnicas ou administrativas, complicando essas rotinas na ânsia de valorizá-las – perdendo assim a visão objetiva de sua razão de ser, de sua missão essencialmente educativa;* (grifos nossos)(Lima, 1982, p.135).

e que precisava resgatar sua função original, ampliando o acesso às classes populares .

A partir daí, surgiu um movimento para torná-la ativa, dinâmica, para que se voltasse para as classes menos favorecidas e assumisse sua função de democratizar o saber. Vale ressaltar que, além disso, os movimentos sociais urbanos, que eclodiam por toda parte, tinham em sua pauta de reivindicação de direitos, a educação e a biblioteca.

É também desse período a contribuição de Victor Flusser (1980, 1982), que propõe o resgate da biblioteca pública, historicamente servindo apenas a classe dominante, como instrumento de ação cultural, voltando-se para o não público, que no dizer de Francis Jeanson<sup>19</sup> apud Flusser (1980) é “ *a grande maioria da população: **todos aqueles a quem a sociedade quase não fornece (ou recusa) os meios para optar livremente.***”(Flusser, 1980, p. 132).

Para trabalhar nessa nova biblioteca seria necessário que também houvesse um “novo bibliotecário”, que se tornasse um mediador cultural. Em outra proposta, nos idos de 1982, Victor Flusser apresentava algumas considerações de como deveria ser a formação do que ele chamava de *bibliotecário -animador*, considerando este como quem coloca seu conhecimento (*logos*) à disposição de uma comunidade (*polis*), e *animação* (lembremo-nos que o termo animação correspondia na época ao que hoje chamamos de ação cultural) como a **prática política** de uma profissão (grifos nossos).

---

<sup>19</sup> in L'action culturelle dans la cité. Paris: Edition du Seuil, 1973. p. 132



Ele julgava que para haver uma renovação completa na formação de bibliotecários, esta precisaria se articular em torno de 3 eixos: formação técnica, humanística e prática. Para a primeira, ele ressalta a importância de adequar essa técnica às diversas realidades nas quais as bibliotecas existem. Para a humanística, o estudante deveria receber um instrumental que lhe permitisse analisar o contexto de sua atuação profissional. Assim, ter elementos para realizar análises dos mais diversos aspectos que um trabalho em comunidade exige: socioeconômicas, culturais, das funções da cultura e da literatura, da leitura, da biblioteca e da postura do bibliotecário. E para a última, a da prática, ele sugere três fases: observação e análise do funcionamento de diversos tipos de bibliotecas; participação em projetos de animação e em centros culturais; e realização, que culminaria na prática da criação de experiências, na procura, através do diálogo, de uma verdadeira ação cultural bibliotecária "para que a biblioteca se transforme em um instrumento dinâmico e dialógico contribuindo assim para a realização de uma democratização cultural." (Flusser, 1982, p.237).

Dessas propostas de Flusser, ainda a exemplo dos franceses Francis Jeanson e Pierre Gaudibert, que teorizaram sobre a ação cultural, saíram várias discussões, influenciadas também pelas idéias inovadoras de Paulo Freire. Uma das alternativas encontradas foi a ação cultural (outra foi a criação de bibliotecas populares, como já vimos no capítulo 1). Algumas experiências, como a do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, sob a coordenação de Luís Milanesi, deram um grande impulso à idéia.

Mas parece que este movimento, mesmo depois de duas décadas, ainda está restrito a alguns poucos exemplos bem sucedidos de ação cultural bibliotecária. Em um levantamento recente feito pelo órgão

estadual de coordenação das bibliotecas públicas municipais de Minas Gerais, ficou evidente que pouquíssimas desenvolviam ações para ampliar o acesso à leitura, ou qualquer interlocução com outros bens culturais.

Surge a pergunta: por que razão, passados já muitos anos dessas primeiras propostas de renovação, as nossas bibliotecas públicas ainda permanecem estáticas, inertes, presas aos serviços técnicos?

Arriscamo-nos a uma resposta: isso se deve, principalmente, e em primeiro lugar, à opção dos governos por ignorar a necessidade de ampliar o acesso à leitura e à informação para a classe trabalhadora. São raros os exemplos de gestões democráticas que, explicitamente compromissadas com as classes populares, instituem políticas públicas com esse fim.

Em segundo lugar, talvez porque a ação cultural pressuponha uma postura política em favor dos excluídos, posicionamento que requer uma escolha e um engajamento e que não se constitui como uma marca característica dos profissionais. Aliada a essa questão, a dimensão cultural das bibliotecas públicas e escolares é omitida quase totalmente dos currículos dos cursos de Biblioteconomia ou, num enfoque mais atual, de Ciência da Informação. A formação do profissional **ainda** é dirigida para o conhecimento técnico relacionado à preservação, organização e transmissão do conhecimento, ressaltando que esta última função é direcionada para aqueles que já são leitores (os que já freqüentam bibliotecas). Nestes tempos de sociedade do conhecimento, as novas tecnologias estão absorvendo mais a atenção do ensino e da pesquisa do que a função social da biblioteca. Portanto, acreditamos que ainda hoje é deficiente o preparo do profissional para assumir um trabalho dessa natureza. Ao

se envolver somente nas funções tradicionais da biblioteca, ele perde de vista a sua importante dimensão educativa.

Faltam aquelas disciplinas humanísticas, sugeridas por Flusser, que permitem ao estudante ampliar sua visão de mundo, e que lhe darão o suporte para as opções políticas necessárias ao desempenho da profissão, e para a compreensão de seu papel de mediador, de agente cultural. É função do bibliotecário criar condições para que a ação cultural aconteça, entrelaçando atividades que perpassam a criação artística, os próprios artistas, a coletividade, o indivíduo, e as atividades administrativas necessárias a torná-la realidade.

Acreditamos que é mister das instituições formadoras voltar seus olhares para a adequação dos currículos das escolas de Ciência da Informação, que formam bibliotecários, e prepará-los para assumir sua função social, que é de extrema importância. Aliar as novas tecnologias à ampliação do acesso das classes populares à cultura seria a união desejada para enfrentar os desafios da profissão no desempenho de seu papel na sociedade.

São muitos os desafios a serem vencidos para que nossa ação de cidadãos conscientes mude a realidade de nossas bibliotecas públicas e escolares, saindo da inércia e da postura conservadora, não condizente com as necessidades do mundo contemporâneo. Estar inserida na sociedade da informação não é apenas introduzir as novas tecnologias para administração dos serviços bibliotecários, e achar que elas se encarregarão por si só de **incluir as populações periféricas**, mas é principalmente atuar **para fora** de seus muros em direção a ampliar as possibilidades de acesso à leitura e à informação, à democracia cultural. Este sim, é um grande desafio.

Precisamos de uma nova biblioteconomia, de novas bibliotecas e principalmente de novos atores para estes tempos atuais, de grande exclusão (principalmente tecnológica) e de indiscutível necessidade da leitura. Quando nos referimos à nova postura das bibliotecas (e dos bibliotecários) estamos visualizando-as a partir de uma ótica mais atual, a de um centro dinâmico, vivo, que se coloca ativamente à frente de um trabalho de conquista dos direitos culturais. Não cabe mais aqui a imagem de um lugar apenas de organização e conservação do patrimônio intelectual. A imagem necessária é a da biblioteca exercendo sua função de instituição democrática, dialogando, antecipando-se à simples demanda por leitura. É a biblioteca desenvolvendo uma política de ação cultural.

Outro aspecto a ser ressaltado é a crença que construir equipamentos culturais, no caso bibliotecas, seria a solução para o acesso à leitura e à informação. Isaura Botelho (2003), analisando alguns dados de pesquisas internacionais declara que a aquisição de hábitos culturais se insere em um universo de competência cultural que engloba a hierarquia social, a formação escolar e os meios de informação, e que por essa razão faz-se necessário

*observar a correlação entre acessibilidade a equipamentos e outros fatores, tais como recursos econômicos, escolaridade e a existência de hábitos culturais prévios aliados à educação. (Botelho, 2003).*

Nessa perspectiva entendemos que apenas disponibilizar equipamentos culturais para uma população com histórico de exclusão social e cultural não é suficiente para que ela se aproprie desses bens culturais que lhe são oferecidos. Por extensão, o simples fato de criar bibliotecas não faz com que os indivíduos se tornem leitores. Faz-se indispensável desenvolver uma ação cultural para que ele se aproprie da leitura e a introduza no seu cotidiano. Uma ação cultural bibliotecária com esse fim pressupõe a criação

de políticas públicas de longo prazo, considerando-se a natureza dos objetivos a serem alcançados, que incluem a apropriação da habilidade da escrita/leitura, a formação de leitores, a apropriação da cultura letrada, e a emergência das manifestações culturais da comunidade/grupo, objetivos esses, que para serem duradouros, levam tempo para se concretizar, não se fazem em um passe de mágica.

Na ausência de governos e profissionais sensibilizados para essa causa, a sociedade civil se manifesta, e com seus próprios recursos, geralmente poucos, desenvolve ações culturais que vão ao encontro das expectativas de acesso à leitura. A compreensão que biblioteca é um equipamento imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, quer seja econômico, social ou cultural, não é uma prerrogativa de intelectuais; ela é também mostrada pelas classes populares, que **sabem** da necessidade da leitura e **querem** usufruir o direito de ter o seu domínio. Por isso elas fazem a sua intervenção na realidade e criam bibliotecas comunitárias, e quando assim fazem estão lutando pelo exercício de sua cidadania cultural.

A biblioteca comunitária é criada e gerida pela comunidade excluída. Podemos dizer que onde há uma biblioteca comunitária está manifesta a ausência do governo no provimento de bens culturais. Portanto, biblioteca comunitária é sinônimo de biblioteca para o não público, o público ausente e não contemplado pelas políticas públicas.

*Porque se a pessoa é pobre, pobre, pobre, ela tem que segurar o livro, ela tem que agarrar a escola, ela tem que andar pra frente.(ENT. 7).*

*“Quem me dera poder adquirir todos os livros que sonho ler; infelizmente no Brasil não há nenhum incentivo à leitura e acho que qualquer esforço nesse sentido seria vão, já que somente uma minoria aprecia a literatura e quando alguém ama os livros como eu, não tem como comprá-los porque é pobre.” (SANT’ANA, Afonso Romano de, 2006).*

**CAPÍTULO V**  
**BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM BELO HORIZONTE:**  
**uma alternativa cultural das classes populares**

## **5. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM BELO HORIZONTE: uma alternativa cultural das classes populares.**

Este capítulo apresenta e analisa os dados da pesquisa referente à história e à constituição das bibliotecas comunitárias: Biblioteca Comunitária do Barreiro, Biblioteca Comunitária da Casa Recriar, Biblioteca Comunitária Graça Rios, Biblioteca Comunitária Pedagoga Antonia Amorim, Biblioteca Comunitária do Bairro Alípio de Melo, Biblioteca Comunitária Edith Stein, Biblioteca Comunitária do Movimento da União Popular, Biblioteca Comunitária “Ai que Delícia de Leitura” e à inserção das mesmas no contexto de Belo Horizonte.

Para contextualizarmos as bibliotecas comunitárias sob uma perspectiva histórica e sócio-espacial, identificarmos o porquê de sua origem e os indicadores socioeconômicos das comunidades onde se localizam delimitamos um percurso que passa pela história de Belo Horizonte, com o intuito de apreendermos, neste trajeto, os elementos que contribuíram para a criação dessas bibliotecas. A estes elementos somamos também a apresentação de um panorama geral da cidade no que se refere às condições de vida da população e à oferta e acesso a bens e serviços, principalmente bens culturais.

Considerando que uma análise em profundidade das condições socioeconômicas da população, assim como da configuração da oferta cultural da cidade não se constituía como objetivo precípuo do presente trabalho e de nossas indagações, este percurso far-se-á de uma perspectiva ampla e de forma descritiva, apenas para identificar o locus onde se inserem as bibliotecas.

Complementando esse trajeto, chegamos finalmente ao cerne da questão: as bibliotecas comunitárias propriamente ditas. Conforme esclarecimento anterior, incorporamos também a este estudo as bibliotecas que hoje integram os centros culturais, em razão de sua origem em demandas de movimentos comunitários. Face às suas especificidades, os dados que se referem a elas serão apresentados em um tópico específico retratando a constituição e a história das mesmas, o que permitirá a consolidação de um quadro geral em relação à criação e instalação das referidas instituições.

Integra ainda este capítulo a discussão da problemática das bibliotecas comunitárias sob a ótica das instituições apoiadoras das mesmas.

Iniciemos, então, por Belo Horizonte, a partir dos dados oficiais em relação à sua história, tendo em vista que a apresentação deste tópico decorre do nosso interesse em situar o contexto histórico, político e geográfico onde se inserem as bibliotecas pesquisadas. No que se refere à visão dos atores, os dados estão apresentados e discutidos tendo como norte os seguintes eixos: caracterização das bibliotecas (comunitárias e as dos centros culturais); processo e dinâmica da criação (época, razões e atores), estratégias de implementação, recursos humanos, dimensões educativas e de ação cultural.

### **5.1. Perspectiva histórica**

A visão histórica que apresentamos a seguir foi baseada em uma coletânea de textos publicada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por ocasião do centésimo aniversário da cidade. **(Belo Horizonte, 1997).**



Segundo essa fonte, a história de Belo Horizonte começa com o bandeirante **João Leite da Silva Ortiz** que, em 1701, chegou à serra de Congonhas, em busca de ouro. Gostou do lugar e resolveu ficar na região, mudando seu interesse : tornou-se fazendeiro, construiu a Fazenda do Cercado.

Aos poucos a fazenda progressista atraiu outros moradores e um arraial foi se formando ao redor. Viajantes paravam por ali, conduzindo o gado da Bahia em direção às minas, para pagamento dos impostos para o rei. Como havia um curral para pernoite do gado, o lugar tornou-se um ponto de parada, e recebeu o nome de Curral del Rei. Havia ali uma capela onde pediam a proteção de Nossa Senhora da Boa Viagem, protetora dos viajantes, que se tornou padroeira do local. A serra de Congonhas passou a ser então Serra do Curral.

O Curral del Rei cresceu, cultivou lavoura, criou e comercializou gado, fabricou farinha e algodão, fundiu ferro e bronze. Das pedreiras tirou granito e calcário.

Com o passar do tempo a mineração na redondeza foi fenecendo, e as famílias foram chegando. O arraial saltou para 18 mil habitantes. Subiu na hierarquia, passou a Freguesia, de Sabará. Foram criadas as primeiras escolas, o comércio se fortaleceu. No centro do arraial os devotos ergueram a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Mas a prosperidade foi efêmera. As regiões que faziam parte do arraial, como Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria (Esmeraldas), Buritis,

Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado Itatiaiuçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso, foram se libertando da dependência e se separaram. Ao final do século 19 a população havia diminuído para 4 mil e a economia entrara em colapso.

Depois da Proclamação da República, em 1889, setores da elite agro-exportadora assumiram o poder político, principalmente os ligados à cafeicultura da Zona da Mata e do Sul de Minas, que adotaram a idéia da mudança da capital, contra os interesses da região mineradora, em processo de estagnação e decadência econômica. A escolha do Arraial do Curral Del Rei, que passou a se chamar Belo Horizonte, foi uma solução de compromisso entre os dois grupos da elite mineira. Os moradores do arraial se rejubilaram com as perspectivas de grandes mudanças e progressos.

Em 1891, o presidente do Estado, Augusto de Lima, decidiu a transferência da sede do governo para um lugar que congregasse os requisitos físicos e espaciais para acolher uma nova capital. Para dirimir as divergências entre "mudancistas e não mundancistas", estes últimos representados principalmente pela população e políticos de Ouro Preto, foi criada uma Comissão de Estudos para selecionar, dentre cinco, a localidade com melhores condições para a construção da nova cidade. O Congresso mineiro elegeu Belo Horizonte e, em 17 de dezembro de 1893, Afonso Pena, na ocasião presidente de Minas Gerais (1892-94), promulgou a lei nº 3, que designava Belo Horizonte como a capital do Estado.

A nova lei passou a fazer parte da Constituição Estadual, determinando que a nova sede do Governo fosse construída nessa localidade, mudando seu nome para Cidade de Minas, e criando, também, a

Comissão Construtora, chefiada por Aarão Reis, que aglutinava os melhores nomes do país em planejamento e execução de obras. Os moradores do antigo arraial "*nem imaginavam que, nos planos dos construtores, não havia espaço reservado para eles.*" (Belo Horizonte, 1996) .

Paris e Washington foram os modelos em que se pautaram as inteligências para desenhar o projeto da nova cidade, "a partir de uma nova concepção estética urbana, com largas avenidas, ruas simétricas e arborizadas, bulevares, praças, jardins e um moderno sistema de transportes". Suas características principais seriam a ordem, a higiene e a facilidade de circulação humana, e uma nítida separação da área urbana e suburbana.

A cidade foi dividida em três áreas principais: a área central urbana, cujo limite era a atual Avenida do Contorno, a área suburbana e a área rural, composta por cinco colônias agrícolas com a função de abastecer a cidade com produtos hortigranjeiros.

A construção da cidade, no entanto, teve um alto preço para o arraial: foi totalmente destruído e seus habitantes transferidos para outro local. A perda das casas foi indenizada, mas insuficiente para que seus proprietários permanecessem na mesma região:

***Sem condições de adquirir os valorizados terrenos da área central, eles foram empurrados para fora da cidade, indo se refugiar em Venda Nova ou em cafuas na periferia. A capital traçada pela Comissão Construtora era um lugar elitista. Seus espaços estavam reservados somente aos funcionários do Governo e aos que tinham posses para adquirir lotes. Acreditava-se que os problemas sociais, como a pobreza, seriam evitados com a retirada dos operários, assim que a construção da cidade estivesse concluída. Mas, na prática, não foi isso que aconteceu. Os operários, aglomerados em meio às obras, não foram retirados e, sem lugar para ficar, assim como os belo-horizontinos, formaram favelas na periferia da cidade. A primeira, a do Leitão - ficava nas proximidades do atual Instituto de Educação, em plena Avenida Afonso Pena. Essa massa de trabalhadores que não eram considerados cidadãos***

***legítimos de Belo Horizonte revelava o grau de injustiça social existente nos seus primeiros anos de vida. (Belo Horizonte, 1997.)(Grifos nossos).***

A nova capital foi inaugurada às pressas, pelo então presidente do Estado, Crispim Bias Fortes, em 12 de dezembro de 1897, para cumprir a Constituição Estadual, que havia determinado sua construção em um período de quatro anos. Inacabada e sem verbas para seu término, em decorrência da crise econômica que o país sofria, a cidade perdeu a movimentação e a vivacidade. O comércio e a indústria, que haviam florescido com a construção civil, entraram em crise, e os operários sofreram as conseqüências com o desemprego e o atraso no recebimento dos salários.

A aparência da cidade decepcionava e entristecia seus habitantes. As opções de diversão eram poucas e ficavam restritas ao centro, com o foco na rua da Bahia, território dominado pela elite. O único teatro, um barracão improvisado, era o Soucasseaux, que também agregava um botequim. Ali, e nos outros bares e cafés, ficavam os principais pontos de entretenimento da cidade.

Em 1901 voltou a se chamar Belo Horizonte. Nas duas primeiras décadas do século 20 a nova cidade passou por altos e baixos, com períodos alternados de grande crise e surtos de desenvolvimento.

*As fases de maior crescimento corresponderam aos anos de 1905, 1912-13 e 1917-19. Aos poucos, pequenas fábricas começaram a funcionar na cidade, ampliou-se o fornecimento de energia elétrica, retomaram-se as obras inacabadas, expandiram-se as linhas de bonde, criaram-se praças e jardins e a cidade ganhou arborização. O número de empregos cresceu e a Capital passou a atrair mais habitantes. ( Belo Horizonte, 1997).*

Uma vida cultural incipiente se delineava com a criação de clubes e grêmios que difundiam a literatura, além de promover diversão. No entanto, a exclusão da população periférica já se fazia evidente :

*A população pobre e os operários, contudo, não tinham acesso a essas formas de lazer. Preferiam os botequins nos bairros, os jogos de bola e a tômbola, uma espécie de bingo onde os prêmios não valem dinheiro. **É que eles viviam em locais distantes do centro e sua condição financeira os impedia de participar das diversões pagas.** Além disso, na área central eles eram alvo fácil da polícia, que, por causa de um simples passeio, podia prendê-los, alegando "vadiagem". (Grifos nossos).*

Esses primeiros anos do novo século, a despeito dos momentos de crise, foram de efervescência cultural. Crescia a geração de escritores modernistas que iriam inserir Minas Gerais na história literária do país: Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Luís Vaz, Alberto Campos, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos, João Alphonsus, Abgar Renault e Belmiro Braga.

O Teatro Municipal (inaugurado em 1909) e as novas salas de cinema como o Pathê, Glória, Odeon e Avenida atraíam os aficionados. Em 1926 foi fundado o Conservatório Mineiro de Música, e em 1927 a Universidade de Minas Gerais. A cidade adquirira um aspecto progressista com a inauguração de grandes obras, como o viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem e o Mercado Municipal. A região central era o ponto alto dos encontros. Mas para a elite, apenas. I. Belo Horizonte cresceu e se apresentava melhorada. Com a inauguração de teatros e cinemas, que se tornaram ponto de encontro para os belorizontinos, a vida cultural recrudesciu e o convívio também.

O espaço urbano foi se expandido com o crescimento de novos bairros. Entretanto apareceram também as favelas, e com a falta de controle desse crescimento foram surgindo os problemas de infraestrutura urbana. Faltava água, luz e esgoto: um cotidiano difícil. Os trabalhadores, vítimas das desigualdades, começaram a apelar pela criação de direitos.

*Foi também com o crescimento da cidade que a massa de trabalhadores começou a lutar contra as injustiças sociais. A primeira grande greve ocorreu em 1912 e paralisou a cidade por 15 dias. Liderado por trabalhadores da construção civil, que defendiam uma jornada de trabalho de oito horas, o movimento teve apoio de grande parte da população. Mobilizando-se através de greves, **os operários conseguiram ser reconhecidos como cidadãos, com direito a reivindicar melhores condições de trabalho, educação, transporte, saúde e moradia.** (Grifos nossos).*

A década de 30 trouxe para Belo Horizonte a modernização da economia, com a criação de indústrias. Outros fatos, memoráveis para a cultura, foram a criação das duas primeiras rádios, Inconfidência e Mineira, com seus programas de auditório e, nas artes, a Exposição de Arte Moderna, em 1936.

Os anos 40 foram marcados pela personalidade modernista de Juscelino Kubistchek. Nomeado prefeito em 1940, governou até 1945 e deixou como legados de sua administração, entre outras, as várias obras arquitetônicas assinadas pelo gênio Oscar Niemeyer, hoje reconhecidas mundialmente. Incrementou a indústria, mudou a face da cidade, e a colocou entre as mais modernas e desenvolvidas do país.

A década de 50 foi marcada pelo desenvolvimento da indústria e pela explosão populacional, ocasionada pela evasão dos habitantes das áreas rurais. A cidade cresceu e agravaram-se os problemas urbanos e a

falta de moradias. Na área nobre, no entanto, outras obras projetadas por Niemeyer foram construídas nessa década, como o Colégio Estadual Milton Campos, a Biblioteca Pública Estadual, o edifício JK.

Instituições financeiras e indústrias tiveram um grande impulso na década de 60. O desenvolvimento econômico gerado por elas deu origem, por outro lado, ao aprofundamento das diferenças e dos problemas sociais. Neste período surgem inúmeras favelas, e os problemas de infra-estrutura se agudizam.

A cidade foi marcada, também, pelo início de uma época de triste memória: a ditadura militar. Os anos sem liberdade política que vieram depois compreenderam toda a década de 70. A cidade tornou-se o palco de conflitos: de um lado as marchas da TFP - Tradição, Família e Propriedade, e das mulheres católicas em apoio ao governo militar e, de outro, as manifestações estudantis, quase sempre interrompidas por bombas da polícia militar, contra a falta de liberdade política e o desrespeito aos direitos humanos e constitucionais. Ao lado disso, alguns setores da sociedade civil, como professores da rede pública e operários da construção civil, se posicionam contra as condições socioeconômicas e políticas adversas:

*A política de crescimento econômico acelerado, porém não resolvia os problemas sociais. A crise prolongada e os baixos salários levaram a população mais uma vez às ruas, já no final da década. Professores da rede pública e operários da construção civil, paralisando a cidade na greve de 1979, mostraram seu descontentamento com relação aos problemas econômicos e sociais, mas também em relação ao regime militar.*

Na década de 80 Belo Horizonte ainda viu, nos estertores da ditadura, muitas manifestações pelo retorno da democracia, como o movimento pela anistia dos exilados políticos, a eleição de Tancredo Neves (e sua morte), e as “Diretas já” .

Nesta mesma década a consciência sobre a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico começa a se formar, exemplificada pela preocupação com as águas poluídas da Lagoa da Pampulha, o desaparecimento das árvores da cidade em benefício da construção de edifícios, e a conservação de marcos históricos da arquitetura, como o Cine MetrÓpole, ameaçados de destruição pela sanha da exploração imobiliária.

A década de 90 chegou com grandes novidades: a aprovação da Lei Orgânica do Município, em 1992, e a implementação do Orçamento Participativo a partir de 1993 - que possibilitaram a implantação dos centros culturais municipais - a criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural, a revitalização da Praça da Liberdade, da Praça da Assembléia e do Parque Municipal foram ações advindas da nova postura da população em relação à sua cidade. Muitas dessas ações foram viabilizadas pela alternância da tônica do poder municipal para uma perspectiva de participação popular nas decisões do planejamento da urbe.

*A cultura passou a ser valorizada como um instrumento de conquista da cidadania. Assim, surgiram inúmeros projetos com o objetivo de popularizar a arte. O Grupo de Teatro Galpão é um dos que levam seus espetáculos às ruas. Com ele surgiu a iniciativa do Festival Internacional de Teatro Palco e Rua. Na dança, há os exemplos dos grupos 1º Ato e Corpo. Na música, o Coral Ars Nova, já se apresentou em todos os continentes e venceu diversos concursos*



*internacionais de coros, e o Grupo Uakti, principal grupo de música instrumental e experimental do Brasil. (Belo Horizonte, 1997).*

Como vimos no decorrer de sua história, Belo Horizonte não é uma cidade que se formou naturalmente pelo agrupamento progressivo de pessoas, ao longo dos anos. Ela é o resultado de um contexto político em que se considerou necessário deixar a velha sede do império colonial, com tudo que lembrasse os tempos de dominação, para construir um mundo novo, com idéias libertárias. A cidade foi projetada para ser a capital política e administrativa, um símbolo dos novos tempos, da modernidade. No entanto, ao ser concebido, seu desenho manteve os ideais da elite dominante, com uma nítida separação física entre as classes de interesses antagônicos: os ricos ficaram na região central, e os pobres foram empurrados para a periferia. Desta maneira, a cidade começou a sua história com posturas excludentes, e as manteve por quase um século.

Entretanto, as contradições presentes na realidade social terminam por colocar em destaque no âmbito da sociedade a dialética entre inclusão/exclusão social.

## **5.2. A Cultura em Belo Horizonte: um olhar a partir dos números**

A partir da década de 90, não obstante os esforços feitos pela Prefeitura Municipal no sentido de democratizar a distribuição de bens e serviços culturais para as populações periféricas, haja vista a criação de centros culturais em regiões de baixo IQVU- Índice de Qualidade de Vida Urbana, e os vários projetos para levar a Cultura para as ruas, como o

FIT(Festival Internacional de Teatro) e o Beagalê, por exemplo, a insuficiência dessa oferta ainda é um desafio a ser superado.

Vale ressaltar que mesmo não sendo nosso objetivo desenvolver uma análise detalhada da disponibilização de serviços culturais na cidade, acreditamos ser importante a apresentação de alguns dados oficiais sobre o acesso à leitura e à informação no município, com vistas a dar subsídios que nos permitam compreender como as bibliotecas comunitárias são importantes para a inclusão cultural e de que maneira a população se articula para implementá-las. Queremos ressaltar, no entanto, que como há dispersão de dados que têm fontes distintas e coletas diversificadas, os períodos a que se referem são, também, diversos, e abrangem aproximadamente uma década.

Vejamos:

Belo Horizonte possuía, em 2006, aproximadamente dois milhões e quatrocentos mil habitantes, sendo que 93,27% estão na área urbana. Para essa população a oferta de equipamentos culturais apresenta os seguintes números:

- **Museus:** 08 (2003)
- **Teatros e casas de shows:** 22 (2003)
- **Cinemas:** 21 (2001)
- **Centros Culturais Municipais:** 7 (2007)
- **Bibliotecas públicas**

Temos os seguintes dados em 2007:

- **Oficiais:**

Há 10 bibliotecas, a saber:

- Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, com aproximadamente 300 mil volumes;

- Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte, com 17531 volumes;
- Bibliotecas Regionais Municipais dos Bairros: Renascença (9017 volumes), das Indústrias (5800 volumes), São Cristóvão (4625 volumes) e Santa Rita de Cássia (3703 volumes).
- Bibliotecas dos Centros Culturais: Pampulha (6751 volumes), Lagoa do Nado (8138 volumes), Liberalino Alves (6157volumes), São Bernardo (5.500 volumes), Alto Vera Cruz (3639 volumes), Centro Cultural Zilah Spósito (?volumes) e Centro de Cultura de Belo Horizonte (7017 volumes). Total 377.878.

▪ **Serviços de Extensão:**

- UFMG, Carro-biblioteca, com atendimento em 5 comunidades, a saber: Bairro Ipiranga, Bairro Lagoa, Bairro São Benedito, Bairro Lindéia e Bairro Frimisa.
- BPE Luís de Bessa, com atendimento em 5 comunidades: Tupi, Goretti, Vale do Jatobá, Piratininga, Jaqueline.

▪ **Bibliotecas Públicas Particulares:**

Há duas (2), a saber: SESC (1), SESIMINAS (1).

• SESC:

Disponibiliza, na capital, 5 bibliotecas públicas, sendo 1 central e 4 sucursais, estas últimas nos bairros Carlos Prates, Padre Eustáquio, Venda Nova e Floresta. A biblioteca Central possui um acervo de 29.000 livros aproximadamente, e as sucursais possuem acervos de 10.000 exemplares cada (40.000 exemplares).

Oferece ainda serviços de extensão em 8 escolas, visando a formação de leitores e contadores de histórias, nos bairros Cachoeirinha, Jardim Montanhês, Dom Bosco, Pindorama, Barro Preto, Caiçara,

Padre Eustáquio e São Marcos. Disponibiliza também serviços de caixa-estante para os funcionários de empresas comerciais, para informação e leitura de lazer.

- SESIMINAS:

Disponibiliza uma biblioteca central com 30.000 exemplares, e um serviço de extensão, as bibliotecas itinerantes, que atendem funcionários das empresas filiadas para leitura de lazer.<sup>20</sup>

Total aproximado dos acervos públicos e privados : 510.000 volumes

Se fizermos uma relação de equipamento cultural por habitante teremos os seguintes resultados:

Museus: 1 para 300 mil habitantes

Teatros e casas de shows: 1 para 109 mil habitantes

Cinemas: 1 para 114. 286 habitantes

Centros Culturais: 1 para 342.857 habitantes

Bibliotecas públicas: 1 para 150 mil habitantes.

Considerando o total aproximado das bibliotecas públicas oficiais e particulares, e excetuando os acervos dos serviços de extensão, a proporção, *grosso modo*, é de aproximadamente 0,2 livros por habitante, ou seja, menos de 1/2 livro por habitante: um resultado surpreendente, se compararmos aos países desenvolvidos, como o Canadá, cujo parâmetro é de 5 livros per capita.

Como se pode notar, há uma limitação intrínseca para que o cidadão belorizontino tenha acesso à cultura, especificamente à leitura e à informação. Além da reduzida oferta de material de leitura, como vimos pelo pequeno número de bibliotecas e tamanho dos acervos, e

sua concentração geográfica nas áreas centrais, há as distâncias a serem percorridas e o dispêndio de tempo e dinheiro, o que praticamente inviabiliza às populações dos bairros periféricos o acesso aos livros e à informação .

Não é sem razão que a sociedade civil, principalmente nas áreas socialmente fragilizadas, tem iniciativas para minimizar esse quadro. Face a esse contexto, as bibliotecas comunitárias se apresentam como uma dessas iniciativas, conforme tópico apresentado a seguir.

### **5.3. As bibliotecas comunitárias**

Para compreendermos a história das bibliotecas comunitárias e como se inserem no contexto da cidade, faz-se necessário conhecermos, inicialmente, a organização administrativa de Belo Horizonte, e como as regiões e bairros se posicionam de acordo com a oferta de serviços públicos.

Para efeitos de sua administração Belo Horizonte está dividida em nove (9) regiões, a saber: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Estas regiões, por sua vez, estão subdivididas para fins de políticas de planejamento urbano em oitenta e uma (81) UP- Unidades de Planejamento, que são unidades espaciais relativamente homogêneas.

O parâmetro principal para a classificação dessas unidades de planejamento é o IQVU - Índice de Qualidade de Vida Urbana -, um método desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para expressar em números a complexidade de fatores que

---

<sup>20</sup> Os dados sobre bibliotecas e serviços de extensão bibliotecária foram obtidos junto às próprias instituições.

interferem na qualidade de vida nos diversos espaços da cidade. *Este "Índice representa numericamente a qualidade de vida que determinada região oferece aos seus moradores e de outras regiões, que ali buscam serviço."* (Belo Horizonte, 1996, p.3).

Para esse cálculo considerou-se a oferta de serviços urbanos essenciais existentes no local e o acesso dos moradores a serviços oferecidos em locais mais ou menos distantes, utilizando-se transporte coletivo. As variáveis englobadas são: habitação, infraestrutura urbana, saúde, educação, serviços urbanos, segurança urbana, abastecimento, meio ambiente, cultura, esporte, assistência social. Os resultados obtidos serviram de base para o agrupamento das unidades de planejamento em 6 classes (I a VI). (VER Relação dos Bairros de BH Classificados por IQVU \_ Anexo I)

Entre os mapas apresentados pelo IQVU, o da variável Cultura nos mostra que as ofertas de serviços concentram-se em poucas áreas, com destaque para apenas duas regiões, a Centro-Sul e Pampulha, incluídas na Classe I. Desde a construção de Belo Horizonte a região central atraiu a maior quantidade de investimentos, já que é, historicamente, o ponto de confluência da população mais privilegiada economicamente. (VER Quadro Temático da Variável Cultura. Anexo I)

Segundo os dados fornecidos pelo Programa Beagalê, da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, até o momento em que iniciamos nosso estudo havia 38 bibliotecas comunitárias cadastradas e 7 centros culturais, distribuídos como se apresenta:

**DISTRIBUIÇÃO DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS POR  
REGIÕES E BAIRROS DE BELO HORIZONTE.**

<b>REGIÕES</b>	<b>BIB.COMUNIT.</b>	<b>BAIRROS</b>
1 Barreiro	1	Flávio Marques Lisboa
2 Centro-Sul	8	Carmo-Sion, Sion, Vila Aparecida(São Lucas), Centro, Vila Marçola, Barragem Santa Lúcia, Santa Efigênia , Serra.
3 Leste -	2	Pompéia, Instituto Agrônômico.
4 Nordeste -	5	Eymard, Parque Belmonte, Ribeiro de Abreu, São Gabriel, São Paulo.
5 Noroeste -	4	Alípio de Melo, São Salvador, Vila Califórnia, Vila Sumaré.
6 Norte -	6	Aarão Reis, Jardim Felicidade, Planalto, 1º de Maio, Providência, Tupi.
7 Oeste -	6	Buritis, Cabana, Morro das Pedras, Gutierrez, Nova Gameleira, Nova Granada.
8 Pampulha	0	
9 Venda Nova	6	Candelária, Céu Azul (2), Jardim Leblon, Maria Helena, Nova York.
<b>Total</b>	<b>38</b>	

DISTRIBUIÇÃO DE CENTROS CULTURAIS POR REGIÕES  
E BAIRROS DE BELO HORIZONTE

<b>REGIÕES</b>	<b>CENTROS CULTURAIS</b>	<b>BAIRROS</b>
1 Barreiro	0	
2 Centro-Sul	1	Centro
3 Leste	1	Alto Vera Cruz
4 Nordeste	0	
5 Noroeste -	1	Prado Lopes
6 Norte -	2	São Bernardo, Jaqueline
7 Oeste -	0	
8 Pampulha	2	Urca, Itapoã
9 Venda Nova	0	
<b>Total</b>	<b>7</b>	

Ao observarmos as informações dos quadros acima verificamos que:

- Há quatro regiões que ainda não dispõem de centros culturais: Barreiro, Venda Nova, Oeste, e Nordeste\*<sup>21</sup>;
- A região Centro Sul apresenta os dois extremos da classificação dos bairros pelo IQVU: os mais altos, relativos ao Centro da cidade onde estão aglutinados os equipamentos culturais mais tradicionais da capital, e onde também se encontra o único centro cultural desta região; e os mais baixos, relativos às favelas que a circundam. Ela possui o maior número de bibliotecas comunitárias, sendo que três delas estão situadas nas favelas Cafezal/Aglomerado da Serra (Vila Marçola e Vila Aparecida) e Barragem Santa Lúcia.
- A região da Pampulha não possui bibliotecas comunitárias, mas possui dois (2) centros culturais;

<sup>21</sup> Após o encerramento de nossas pesquisas, em agosto/2007, foram inaugurados mais dois centros comunitários, no Bairro Letícia, Região Venda Nova, e Vila Marçola, no Aglomerado da Serra., Região Centro-Sul



- A Região Leste possui um centro cultural localizado na Favela Prado Lopes e apenas duas bibliotecas comunitárias;
- A região Barreiro possui apenas uma biblioteca comunitária e não possui centro cultural.

Esses dados nos mostram que a distribuição de bibliotecas na cidade ainda é bastante desigual, e nos levam a inferir que em muitos bairros, onde a disponibilidade de equipamentos culturais é rarefeita, a sociedade civil se organiza para resolver seus problemas de acesso à leitura e à informação.

A partir dessa configuração foram identificadas as bibliotecas que constituem o universo da pesquisa, e para selecionar a amostra a escolha se fez segundo os critérios de distribuição espacial, antigüidade, origem em movimentos comunitários e características socioeconômicas dos bairros, conforme explicitado na metodologia do trabalho.

Abaixo apresentamos um quadro com o IQVU e outros dados das comunidades em que se encontram as bibliotecas comunitárias selecionadas para estudo.( VER Quadro de Indicadores Sociais dos Bairros Onde se Localizam as Bibliotecas Comunitárias Selecionadas)

Ao observarmos o quadro do IQVU - Índice de Qualidade de Vida Urbana- das comunidades cujas bibliotecas foram selecionadas notamos que duas delas estão localizadas em bairros cujo índice é bastante baixo, e estão inseridos na Classe VI, Jardim Felicidade e Favela Cafezal; os bairros Ribeiro de Abreu e Barreiro de Cima estão inseridos na Classe V; Cabana e Céu Azul, fazem parte da Classe IV, Alípio de Melo pertence à classe III e Carmo-Sion é Classe II. (VER Quadro IQVU - Classificação dos Bairros de Belo Horizonte- Anexo I)

Como se pode notar, as bibliotecas comunitárias se entrelaçam em uma rede de alternativas da sociedade civil para prover o acesso à informação e à leitura dos belorizontinos.

### **5.3.1 Caracterizando as bibliotecas comunitárias**

Buscando dar uma visão geral em relação às bibliotecas comunitárias pesquisadas apresentamos a seguir a constituição das mesmas, em termos de localização espacial, acervos, usuários, atividades, etc., colocando em destaque neste tópico os elementos concernentes à criação das mesmas. Vejamos:

#### **Biblioteca Comunitária Barreiro de Cima (BCBCima)**

Situa-se na Região Barreiro, no Bairro Flávio Marques Lisboa. Foi inaugurada em 2000. Possui um acervo de 9000 volumes com processamento técnico, e tem 628 usuários cadastrados.

Seu atendimento é diversificado entre estudantes de nível fundamental a superior, e não estudantes da comunidade. a média de 16 mil pessoas por ano, aproximadamente 1.400 por mês.

Foi criada a partir da iniciativa de voluntários que trabalhavam no Hospital Sarah Kubistcheck, e que hoje fazem parte da Diretoria da Biblioteca.

Em sua implantação teve apoio do SESC, da CEMIG. Atualmente recebe incentivos da Prefeitura de Belo Horizonte, como o pagamento do salário de dois (2) funcionários e um estagiário de Ciência da Informação. Disponibiliza um serviço de inclusão digital financiado pela PBH.

Ocupa um espaço de aproximadamente 120m<sup>2</sup>, dentro da FEBEM.

### **Biblioteca Comunitária Graça Rios (BCGRios)**

Situa-se atualmente no Bairro Céu Azul, Região Venda Nova, mas se originou nas proximidades do Viaduto São Francisco, Bairro São Francisco, de onde foi desalojada em função das obras recentes de ampliação da Av. Antonio Carlos.

Foi criada por sua atual coordenadora, em 1989. O acervo não está processado e não se sabe o seu tamanho. O espaço é extremamente exíguo; ocupa duas salas pequenas dentro da própria casa da coordenadora. Está sendo construído um prédio de maiores proporções no Bairro Paquetá, Região Pampulha, para instalar a biblioteca.

Tem oitocentos (800) usuários inscritos e atende, na maioria, estudantes, de nível fundamental a superior.

Conta única e exclusivamente com o trabalho voluntário.

### **Casa do Saber Paulo Freire (CSPFreire)**

Situa-se no Bairro Instituto Agrônomo, Região Leste. Pertence ao Circo de Todo Mundo, uma ONG direcionada para o trabalho com crianças da comunidade. Começou com a assistência a meninos de rua e há aproximadamente 7 anos que se formalizou.

A biblioteca foi reestruturada em 2005, e ocupa uma área aproximada de 60m<sup>2</sup>. Tem um acervo de aproximadamente 5000 livros, parcialmente processado por estudantes de Biblioteconomia. Não tem bibliotecário.

Atende 50 crianças diariamente e oferece um serviço de orientação que engloba 4 áreas : dever de casa, incentivo à leitura, jogos e informática.

**Biblioteca Comunitária Pedagoga Antonia Casseiro Amorim.  
(BCPACAmorim)**

Está vinculada ao COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, Bairro Ribeiro de Abreu, Região Nordeste.

Começou recebendo doações em 2003 e foi inaugurada em 2005.

Ocupa um pequeno espaço, apenas uma sala dentro da própria associação. Tem um acervo de 2500 livros processados por trabalho voluntário de estudantes da Ciência da Informação/UFMG. Os usuários inscritos totalizam 70; e atende uma média de 150 consultas e 30 a 40 empréstimos por mês.

**Biblioteca Comunitária Luciano Carlos Brandão  
( BCLCBrandão)**

Situa-se no Bairro Alípio de Melo, Região Noroeste. Está vinculada à Associação Comunitária do Bairro Alípio de Melo. Foi criada em 1993. É sustentada pela associação, tem uma funcionária e não conta com voluntários.

Seu acervo é de aproximadamente 10 000 volumes, entre livros e revistas, e não está processado.

Tem 970 usuários cadastrados. Média de 220 consultas /mês.

**Biblioteca Comunitária do Movimento da União Popular de  
Minas Gerais. (BCMUPopular)**

Situa-se no Bairro Cabana, Região Oeste. Esta instituição visa a promoção da comunidade e oferece cursos de capacitação para o desenvolvimento de alternativas de trabalho e renda em parcerias com outras instituições. Funciona em prédio alugado, totalmente às expensas da presidente do Movimento. A biblioteca ocupa uma sala

de dimensões mínimas. O atendimento é feito por uma voluntária, apenas duas horas diárias. Não há outros voluntários, razão pela qual não funciona de manhã. Sua proposta é dar apoio a crianças no suporte aos estudos, orientando o dever de casa e incentivando a leitura.

Seu acervo é de 978 Volumes. Tem 160 usuários cadastrados e atende em média 190 consultas por mês.

### **Biblioteca Comunitária Edith Stein (BCEStein)**

É a biblioteca comunitária mais antiga de Belo Horizonte; foi criada há uns trinta anos. Está localizada no Bairro Carmo-Sion, Região Centro-Sul, e é vinculada às Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Carmo. Atende uma média de 10 bairros próximos. Tem duas funcionárias às expensas da Paróquia, sendo uma bibliotecária, e 70 voluntários, incluindo grupo de contação de histórias, setor de conservação e reparo de livros e atendentes. Tem um acervo de 50.500 volumes, 1263 usuários cadastrados; atende em média 3382 consultas por mês, e faz uma média de 160 empréstimos por dia.

Desenvolve várias atividades de incentivo à leitura em creches e favelas, e nas escolas públicas da vizinhança.

### **Biblioteca Comunitária Ai que delícia de leitura. (BCAQDL)**

Foi criada em 1996. Situa-se na Vila Aparecida, no Aglomerado da Serra, Região Centro-Sul. Está vinculada às Obras Sociais da Igreja São Lucas, que é uma comunidade da Paróquia de Santa Efigênia. A biblioteca atende a uma clientela muito reduzida, quase que exclusivamente as crianças que freqüentam a pastoral do menor da

Obra Social. Em média são vinte e cinco crianças, na faixa etária de 5 a 8 anos atendidos diariamente com atividades de incentivo à leitura. Tem aproximadamente 70 usuários inscritos.

O atendimento é feito por uma estagiária, estudante de Direito, somente em horário parcial, por falta de voluntários.

### **Biblioteca Comunitária da Casa Recriar (BCCRcriar)**

Situa-se no Bairro Jardim Felicidade, Região Norte. Está vinculada à Casa Recriar, das Obras Sociais da Paróquia São Francisco Xavier. Foi criada em 1994, e funciona apenas três vezes por semana, or alta de voluntários. Em 2006 esteve fechada um período, por esta mesma razão.

O acervo está em torno de 4000 volumes. Já chegou a ter 1200 usuários, mas em função de um recadastramento em processo, até o momento só foram identificados 251.

A biblioteca não desenvolve ações de incentivo à leitura.

Considerando os dados anteriormente apresentados, ganha notoriedade a participação de lideranças comunitárias, de iniciativas vinculadas à Igreja, assim como de associações. Destacamos também como motivação fundamental para sua constituição o apoio às atividades escolares, e a criação de um espaço para integração dos jovens e para a formação de leitores.

Em continuidade à apresentação dos dados da pesquisa e face à importância de apreender a dinâmica da criação, as motivações e os participantes envolvidos neste processo, sistematizamos no próximo tópico as informações reveladas pelos atores das comunidades pesquisadas.

### 5.3.1.1 Processo e dinâmica da criação: época, razões e atores

Para identificarmos as razões que levaram as pessoas, individual ou coletivamente, a se movimentarem para criar esses espaços públicos, buscamos no relato dos fatos que deram origem à criação das bibliotecas os elementos necessários para a análise dos mesmos, a partir de uma perspectiva histórica, em que se tornam relevantes a época, o motivo e os atores que participaram de sua criação, assim como as articulações que foram desenvolvidas para a concretização dessa ação. Vale atentar para os fatos narrados, conforme a visão dos entrevistados:

#### **BCGRios:**

*Bom, eu não tive a idéia de criar uma biblioteca não, pra ser sincera. Eu tinha 14 anos, quando me mandaram embora do trabalho porque eu tava lendo um livro... "Éramos Seis" e eu tava com "A Escrava Isaura" pra começar a ler. Aí, a minha patroa me pegou lendo e falou que não tava pagando empregada pra ler de noite. Eu lia depois do meu horário de trabalho, mas, mesmo assim, **ela achava que cultura não era coisa pra negro, que empregado não precisava de ler e me mandou embora.***

Como se pode perceber, já na primeira fala está evidente a exclusão cultural, estreitamente ligada à situação das minorias sociais : raça negra, empregada doméstica, mulher, que não tem o direito à leitura. Em contraponto, o desejo de ler e ajudar a ler motiva a busca por materiais de leitura.

E continua o relato:

*Eu sou uma compradora de livros, assim, uma compradora compulsiva e leitora também compulsiva. Aí comecei a juntar, e pouco depois, eu comecei*

a ensinar dever de casa pros meus vizinhos, pros meus irmãos, que eu criei, e tal. **E como eu não estudei direito, né, eu tive a necessidade de ter mais livros, pra eu saber ensinar os meninos o Para Casa.** Foi quando eu comecei a pedir livros pros outros, né, a comprar mais e mais. Em 89 eu tive um AVC, então fiquei desempregada e comecei a catar latinha na rua. Eu encontrei uma grande enciclopédia, levei pra minha casa...

A constatação que seu esforço criou uma biblioteca vem por terceiros:

...aí, teve uma pessoa que tava fazendo um trabalho de mosquito, na vila e entrou pra fazer a averiguação lá em casa e falou: " Nossa, "cê" tem uma biblioteca?" Eu falei: "Não. Eu tenho uns livros." Ela falou: " Não, isso é uma biblioteca. "Cê" tem três mil livros, em média. Eu falei: " É. Mas isso é uma biblioteca?" Ela falou: " É. Isso é uma biblioteca!" Aí começou a história de biblioteca, mas eu já tinha livros desde 1977. Aí é que começou... mas que deram o nome de biblioteca, foi em 89." ( ENT. 2 ).

### **BCPACAmorim-1**

"Surgiu de uma campanha Natal Sem Fome que o COMUPRA fez a partir de 2002 Natal/2003. Junto com os alimentos vieram alguns livros. Foi uma doação de alunos do Colégio Marista e de uma professora. Parte foi doada para a escola Bolívar Tinoco. Alguns ficaram no quartinho da sede do COMUPRA. **Começaram a sumir. Perceberam que as pessoas estavam pegando pra ler.** Aí um pessoal, a Antonia, começou a falar dessa coisa da biblioteca. **A (biblioteca) da escola Bolívar tem um problema de infraestrutura (mimeógrafo, xerox, ocupação do espaço com outras coisas). Ela não tem uma boa instalação, é muito escura, não dá aquele ambiente de biblioteca.** A partir daí começaram a fazer uma campanha. Em 2005, resolvemos inaugurar a biblioteca, no dia mundial do livro...(ENT. 5).(Grifos nossos).

### **BCPACAmorim- 2**

**A biblioteca da escola( E.E. Bolívar Tinoco) não era aberta aos alunos, mais de 1200 alunos e o local era usado para outras coisas**



**como xerox, atividades administrativas. Só para falar que existe...(ENT.5). (Grifos nossos)**

É interessante ressaltar que a idéia da biblioteca, em termos específicos desta instituição, começou a partir do sumiço dos livros, uma pista que alertou os dirigentes da associação para o interesse da comunidade pela leitura. Aliado a isso, o fato de que o uso das dependências da biblioteca escolar mais próxima estava desviado para outras atividades, portanto, inoperante. Juntando os motivos, está lançada a semente da biblioteca comunitária.

#### **BCMUPopular:**

*Essa biblioteca foi criada aqui, em prol de "tá" ajudando as criança, né?. Por que aqui é uma comunidade muito carente, onde o pai e mãe trabalha. Às vezes o pai e a mãe não sabe ler nem escrever; aí a gente montou essa biblioteca aqui. **A Rísia montou essa biblioteca, pra gente "tá" tendo acompanhamento escolar, "tá" apoiando as crianças. As crianças vêm na parte da manhã e faz os seus trabalhos, faz o Para Casa aqui com a gente; emprestamos livros também, pra levar pra casa que é assim, faz parte do dia-a-dia, né?** A pessoa assina e leva o livro pra casa, então, a gente "tá" vendo que "tá" tendo um retorno muito bom, por que a criança confia, né, sabe que tem onde confiar, sabe onde tem um livro pra ela, uma pessoa pra orientar, um livro pra "tá" ajudando. **Às vezes, vem com o Para Casa sem fazer, então, assim, a gente dá uma mão no Para Casa e a comunidade, assim, tem usufruído bem da biblioteca, tem aproveitado bem o espaço**".(ENT. 7).( Grifos nossos).*

#### **BCCRecriar:**

**"Essa idéia foi surgida por um sentido: só existia uma escola no bairro. No bairro não existia outras, lugar de buscar recurso. Então,**

*uma pessoa, conhecendo o bairro, teve uma idéia de ter uma biblioteca, pra conhecer livro, emprestar, fazer pesquisa, criança que quisesse ler também pudesse ter acesso à biblioteca. Foi aí que foi fundada a biblioteca. "*

*... Eu não tenho bem a memória da data, do ano não, mas dever de ter uns treze (em 1994). (ENT. 3). ( Grifos nossos).*

### **BCAQDLeitura-1**

*Em 21/04/96. Olha, a biblioteca foi criada de uma maneira diferente... A gente nunca pensou em formar essa biblioteca. Quem idealizou ela foi nosso Frei Gustavo. Mas, a Zélia Rojedo, era uma socióloga que trabalhava aqui com a gente, né? A biblioteca foi criada a partir da pastoral do menor. Aquela sala, as duas salas que tem lá, era sala de artes, e ali a Zélia desenvolvia um trabalho com crianças, que era um trabalho de artes, a partir de contação de histórias. **Contação de histórias bíblicas, historinhas mesmo de criança, essas coisas assim. Então, a partir daí, as pessoas, amigos da Zélia, as pessoas da comunidade, foram vendo aquele lugar com um lugar diferente que podia sim ser um lugar que as pessoas poderiam procurar livros, revistas, por que ali também tinha aula de reforço. Então, sem querer, o Frei Gustavo começou a idealizar essa biblioteca, com esse pressuposto de ser um lugar onde as crianças se divertiam, brincavam e aprendiam. Então, no entanto, nos primeiros meses que foram chegando, foram realmente livros infantis. Não tinha nenhuma enciclopédia, não tinha nada e tinha uma professora lá, voluntária, que era a Marisa, que dava aula de reforço, no qual os pais pagavam R\$10,00 por mês, né? Aí com isso foi vendo que realmente precisaria de uma biblioteca, porque os meninos, com o passar do tempo, iam crescendo e viam que na escola dificultava as crianças ficar até um pouco mais tarde fazendo trabalho de escola. Aí, assim que deu, Frei Gustavo, deu na idéia dele de montar realmente uma biblioteca. (ENT. 9).***

**CSPFreire:**

*O Circo de Todo Mundo surgiu na rua, com o trabalho com meninos de rua. Há 20 anos atrás ou mais...*

*...Junto com o circo sempre teve esse interesse de ter uma área, já era chamada nessa época como "Oficina do Saber", aonde as crianças pudessem ler, e fazer pesquisa, fazer perguntas, né... Uma assistência a um dever de casa; um lugar mais de reflexão, vamos dizer assim, e lá fora, no galpão, um lugar mais de ação. Há dois anos, em 2005 então, aí eu comecei a trabalhar aqui. Então, a primeira tarefa foi reformar a área física né, e sistematizar melhor os programas nossos. Tem dois anos e um pouquinho.(ENT. 4)(Grifos nossos)*

#### **BCEStein:**

*Bom, eu estou aqui há dez anos e não tinha um histórico assim da biblioteca, já pronto da biblioteca. Eu sei que ela existe há mais de 20 anos... E ela funcionava mesmo sem "tá" organizada. Ela tinha livros separados por assunto e tinha a N., que já está há mais de 20 anos atendendo, num horário só e quando eu vim, há 10 anos, é que eu comecei a organizar, em 1996, né? Vai fazer 11 anos em setembro.*

*...Porque tem a biblioteca dos freis também, já existia a biblioteca de religião. Ela era misturada junto com essa. Depois que nós fizemos a automação da biblioteca, a informatização, ela foi separada, ela existe separada, só para os freis. Uma biblioteca exclusiva de religião (ENT. 8)*

Assim, a partir da perspectiva dos entrevistados, conforme apresentado anteriormente, tornou-se possível destacar que as bibliotecas comunitárias estudadas foram criadas, em sua maioria, na década de 90, e a mais antiga ultrapassa os vinte anos de existência. Outras são mais recentes, nasceram com o século 21.

Uma das justificativas para sua criação, e talvez a mais freqüente, é a **necessidade de suporte para os estudos, especificamente dos setores mais vulneráveis da sociedade.** Em todas as entrevistas está colocado, implícita ou explicitamente, o papel da

biblioteca como apoio ao processo de escolarização, por vezes quase se confundindo com a biblioteca escolar. É interessante observar que na percepção de quase todos os entrevistados a biblioteca está relacionada quase que apenas à escola, como suporte para a educação formal, colocando em evidência a função educativa da biblioteca escolar.

Na realidade, alguns poucos a percebem com objetivos mais amplos, como propiciar a leitura para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais, o que a remete a uma função da biblioteca pública, que é a educação continuada, aquela que dura toda a vida. Assim ocorre um equívoco, fazendo com que haja um processo de escolarização da biblioteca pública, derivado da precariedade de ofertas de bons serviços de biblioteca escolar, de forma que tal fato se constitui em um fenômeno que tem sido observado e relatado na literatura.

Os dados também revelam que há um esforço da comunidade no sentido de resolver suas necessidades e carências, e de maneira fundamental garantir que crianças e jovens, tendo acesso à biblioteca e à escola, possam se integrar no contexto da sociedade, inserindo-se no âmbito da mesma em situações mais favoráveis, de forma a talvez romper com a situação de exclusão à qual se encontram submetidos.

Se os dados obtidos e destacados no tópico antecedente nos revelam os desejos e preocupações da comunidade quando criam as bibliotecas comunitárias, torna-se necessário também apreender como os sujeitos relembram este processo e quais foram os principais protagonistas para viabilizar a criação das mesmas. Vamos aos relatos:

**BCCRecriar:**

*"Quem teve idéia de fundar essa biblioteca chama Marília.*

*... Na realidade, ela foi **voluntária**, mas quando ela conheceu o espaço, ela gostou, foi idéia dela montar (a biblioteca) na Casa (Recriar)."*

*... Mas ela (Marília) gostava muito do bairro, ela já acompanhava famílias aqui, então. Aí ela gostou do trabalho da gente, que todo mundo era voluntário, não tinha ninguém remunerado, todo mundo era voluntário. Então ela gostou muito do trabalho, aonde ele teve mais força pra reanimar a biblioteca.( ENT. 3)*

**BPACAmorim-2**

*..."A pedagoga Antonia Casseiro Amorim trabalhava no COMUPRA com alfabetização de jovens e adultos e ao mesmo tempo organizou a biblioteca, por isso foi homenageada. É voluntária".*

**BCAQDLeitura - 2:**

*" **Foi tudo dentro da própria igreja. A Obra Social, a gente fala que o marco dela é que a comunidade é que sustenta.** Porque nós não temos recursos, nós não geramos fundos, nós somos uma instituição sem fins lucrativos, né, então a própria estagiária, ela trabalha sem receber um centavo. Ela é totalmente voluntária".( ENT. 9)*

**BCBCima:**

*( A idéia foi) do grupo de voluntários que ajuda a direção do Hospital Júlia Kubistchek... em 2001.(As pessoas que tiveram a idéia) participaram e participam até hoje, fazem parte da direção, que é a presidência da biblioteca. (ENT. 1 ).*

**BCLCBrandão:**

*A biblioteca foi criada no final de 1993, e quem teve a idéia foi Roseli Brandão, a diretora da associação na época. Ela disse que queria criar uma biblioteca, e eu concordei. ( ENT. 6)*

### **BCMUPopular**

*E a idéia de montar essa biblioteca foi da presidente daqui, do MUP, que é a R. Então, tudo que tem aqui foi ela que montou, né? É ela que vem olhar, ela que fiscaliza, ela que olha se os livros que tão sendo emprestados, tão sendo devolvidos, como eles tão sendo devolvidos, o estado de conservação... Tudo isso, é ela que olha, ela que confere tudo, ela que é a fiscal. (ENT. 7)*

*... E por uma parte também é bom ter um voluntário, porque o próximo vê que ainda existem pessoas que doam de si mesmos, o tempo, né? (ENT.7)*

### **BCEStein:**

*... são duas contratadas, e voluntário entra e sai, entra e sai... **Em torno de 70.***

*A facilidade (em ter voluntários) é porque a igreja não pode contratar mais pessoal e a biblioteca sendo muito movimentada, a gente tem que contar com o serviço deles, pra ela funcionar bem, né? Sempre eu coloco pra eles: " **Se não fossem vocês, a biblioteca não estaria funcionando bem, do jeito que ela funciona.**" e a dificuldade é a falta de compromisso, que a maioria não tem com o cumprimento de horário (Grifos nossos).*

### **CSPFreire:**

*É, o Circo de Todo Mundo, ele surgiu na rua, com o trabalho com meninos de rua. Já há 20 anos atrás ou mais, não é, que a nossa coordenadora, tem atividades com os meninos de rua. E aí, é, quando houve oportunidade, ele começou a ser formalizado.(ENT. 4)*

Conforme destacamos, o elemento de relevância apresentado pela análise dos dados colhidos é o papel que os atores participantes do

processo de criação e administração das bibliotecas comunitárias desempenham. Esses atores são todos oriundos da sociedade civil, em sua maioria, voluntários. O seu nível de escolaridade é variado, abrangendo, desde analfabetos, até pessoas de graduação superior. Sua integração ao trabalho de desenvolvimento comunitário se faz de diferentes maneiras: individualmente, via movimentos associativos, pela igreja ou ONGs.

Assim, considerando os elementos históricos da criação das bibliotecas comunitárias, podemos perceber, nos vários relatos, que o fio que entrelaça e sedimenta as iniciativas comunitárias é o trabalho voluntário. A partir dessa perspectiva podemos identificar nos testemunhos quem foram os protagonistas destes vários exemplos de ação bibliotecária.

Duas das bibliotecas foram criadas por iniciativa pessoal, em locais de alta vulnerabilidade social, como é o caso da biblioteca do MUP - Movimento da União Popular, no Bairro Cabana e da Biblioteca Graça Rios, no Bairro Céu Azul. Esta última, originalmente sediada em uma favela nas proximidades do Viaduto São Francisco, foi desalojada em função das obras recentes de ampliação da Av. Antonio Carlos.

Alípio de Melo, Ribeiro de Abreu, Barreiro de Cima, assim como as bibliotecas dos centros culturais, são originadas de movimentos de bairro, tendo à frente, na maior parte dos casos, as associações comunitárias. (Os centros culturais foram implementados em função da administração participativa da Prefeitura, o Orçamento Participativo.)

Casa Recriar, Ai que delícia de leitura e Edith Stein, tiveram como protagonistas os dirigentes e integrantes de obras sociais da Igreja Católica.

A Sala do Saber Paulo Freire pertence à ONG Circo de Todo Mundo, que se destinava, originalmente, ao atendimento de meninos de rua, e cujo trabalho foi iniciado na década de 80. Depois de algumas mudanças, fixou-se no local há sete anos. Atualmente atende crianças de toda a comunidade. A biblioteca foi reestruturada em 2005.

De acordo com os fatos apresentados torna-se evidente o interesse dos criadores em propiciar oportunidades para as comunidades em que realizam sua ação e demonstram, ainda, a compreensão de que a passagem pela escola e pela biblioteca representa uma chance importante para romper com o círculo vicioso da exclusão, bem como em exercer a dimensão de cidadania.

#### 5.3.1.2 Estratégias de implementação

No que se refere às estratégias de implementação identificamos a articulação entre os atores e a busca de apoio e sustentação grupal com vistas a sanar as dificuldades com as quais se defrontam para a consecução de seus objetivos. As falas dos entrevistados dão a noção dos arranjos articulados para viabilizar seus propósitos.

Vejamos alguns testemunhos:

#### ***BCBCima***

*Conseguimos atender aos vestibulandos da "Federal", UFMG, da PUC, da Helena Antipoff, conseguimos Literatura através do SESC, através de voluntários, através da renda que a gente hoje tem, a gente cobra a*



*carteirinha pra poder levar o livro pra casa, que a partir do ano de 2006 nós cobramos R\$3,00, mas devido ao aumento do telefone, que a gente tem que bancar, a gente vai passar, em 2007, para R\$5,00. Cobramos multa a 0,50/dia, então essa renda é a única renda que mantém a biblioteca. Ela se mantém sozinha, através dessa renda.*

### **BCAQDLeitura-2**

*E aquela biblioteca é toda montada com doação de livros, nem um que "tá" ali dentro foi comprado pela instituição. Foi comprado, claro, pelos outros, pessoas que não precisavam mais dos livros, porque os filhos já formaram, né, ou a própria pessoa já formou, então eles trazem pra biblioteca.(ENT. 9)*

### **BCLCBrandão**

*Nós recebemos doações...Noventa por cento foram doação.. A associação tinha alguns móveis e nós começamos assim. Hoje ela já tem mais de 11.000 volumes ( entre e livros e revistas). ( ENT. 6)*

### **BCCRecriar**

*Esse processo dos livros e dos móveis foi tudo através da Marília, igual eu tava te falando. A Marília e a Vera, que era uma companheira dela também. Elas pediam doação, faziam eventos pra poder juntar fundos pra trazer.*

Em relação à construção da sala onde hoje funciona a biblioteca ela esclarece:

*O espaço, eles que construíram, porque não existia aquele espaço, né? Foi... A construção foi deles, então, os objetivos foi todos dela. ( ENT. 3).*

### **BCEStein**

*...a biblioteca com uma mesa pra consulta e as estantes antigas, que eram estantes próprias para almoxarifado, não eram próprias para biblioteca. Então, quando nós fizemos a informatização, quando o projeto foi aprovado,*

*com o dinheiro do projeto nós compramos as estantes próprias, as mesas, os computadores. (ENT. 8)*

### **CSPFreire:**

*Nesse fim de ano foi muito bom. Nós tivemos uns 300, 350 livros novos. ... Tudo doação. Nós fizemos um evento junto com a UNI-BH e então, um dos pagamentos deles seria em livros. Então, eles foram na livraria, parece a Livraria Leitura, e conseguiram a doação de livros novos. Aí foram uns 200 livros infantis novos. Muito boa essa parceria. Depois com a campanha do Natal sem Fome de Livros, do Betinho, do Natal sem Fome virou Natal sem Fome dos Sonhos. O pessoal esse ano doou livros, em vez de doar comida, doou livros. Então nós recebemos 100 ou 150 livros...*

*... A gente tem que lidar com doações e com verbas esporádicas. Através de parcerias, né? A instalação da sala, por exemplo, teve basicamente três parcerias mais fortes: a Embaixada da Itália, que nos deu a reforma física: pisos, pintura, parte elétrica. E... Teve o Colégio Marista Dom Silvério, que deu os móveis, todos. É... O Consulado dos Estados Unidos nos deu os computadores... usados (gargalhada). É, tem que dizer que são usados, e a gente "tá" pensando com eles até hoje. (ENT. 4)*

### **BCBCima**

*Mas, para conseguirmos os livros, estantes e outros utensílios, nós enviamos para a CEMIG, através de ofício, o pedido, em que chegaram os primeiros livros, as mesas nós pegamos emprestadas com o SESC; procuramos o SESC para pedir ajuda e junto com o SESC MINAS, que é uma instituição do SESC, conseguimos um apoio e que eles emprestaram três mesas e cinco mesinhas infantis, aí começamos a montar as estantes; junto à Igreja Católica nós anunciamos na missa e começaram a surgir os primeiros livros, as primeiras coleções de enciclopédia e assim por diante. Quando nós colocamos o primeiro telefone, as pessoas do centro puderam nos encontrar, ligar e oferecer doações, onde alguns voluntários iam buscar, outras pessoas vieram trazer e foi chegando devagar, livro por*

*livro, por pessoa, diretamente pra comunidade. Nós temos aqui, aproximadamente, nove mil livros e todos foram doados por pessoas, moradoras de Belo Horizonte. Quanto às mesas, cadeiras, a CEMIG doou algumas de escritório; o primeiro computador chegou através da APAE, emprestado. Quatro anos depois ele veio a "queimar"; nós ganhamos um da instituição Juvenílio Alves, ganhamos o primeiro computador que veio para a biblioteca mesmo, pro acervo. Hoje, no ano 2006, nós ganhamos a inclusão digital; os primeiros quatro computadores que chegaram com Internet foi através da prefeitura.*

*A atualização do acervo é através da renda que nós temos; o que sobra de dinheiro que é arrecadado de parcerias, e tem que contar com a doação, mesmo. ( ENT. 1)*

#### **BCMUPopular:**

*Muitos livros vieram da casa dela, né, por que a família assim, muito culta, né, então, assim, veio um pouco da biblioteca da mãe dela, da avó, da casa dela e de alguns outros amigos, né? Mas, assim, doação, que eu saiba, que ela recebeu, foi assim da família dela mesmo.*

*... Os recursos vêm da presidente, porque a entidade é filantrópica. Não tem nenhum fim lucrativo, nenhum recurso, nenhuma participação.*

Em relação à parceria ou aportes de órgãos oficiais, esclarece:

*...Tudo. Já fizemos várias solicitações, mas ainda não recebemos nada não. (ENT.7)*

Analisando os dados sistematizados anteriormente, estes nos permitem concluir que as estratégias adotadas para consecução de recursos são muito semelhantes. Elas se baseiam no apoio de indivíduos dentro e fora da comunidade para a obtenção de doações e captação de trabalho voluntário. O acervo e sua organização, a aquisição de mobiliário e equipamentos, a execução das atividades diárias se fizeram e se fazem de modo solidário.

Não há uma só biblioteca, em todo o universo pesquisado, cujo acervo não tenha sido formado por doações da comunidade (na maior parte) ou de entidades ligadas à indústria editorial, como a Câmara Mineira de Livros, ou programas oficiais, como o Beagalê. Verbas para aquisição de livros são quase inexistentes. Os recursos obtidos para as poucas compras realizadas são decorrentes de taxas de multas ou programação de eventos para arrecadação de fundos.

A mesma situação se repete em relação à aquisição de mobiliário e equipamentos, com exceção da Edith Stein e da Casa do Saber, em que os recursos foram conseguidos via Leis de Incentivo e parcerias. A PBH tem contribuído com a disponibilização de computadores para inclusão digital, mas esta ação não se estende a todas elas.

Em relação ao espaço físico ocupado, há uma variedade de exemplos de estratégias buscadas para viabilizarem o funcionamento das bibliotecas. Elas funcionam em: espaços cedidos pelos próprios criadores e coordenadores em suas residências (alugadas), como é o caso da Biblioteca Comunitária Graça Rios, que está tentando construir, com a ajuda de doações, no bairro Paquetá, um prédio maior destinado à biblioteca; espaço alugado e às expensas da própria Presidente (Movimento União Popular- B. Cabana); espaços fornecidos pela Igreja católica junto a obras sociais, como são os casos da Edith Stein, Ai que delícia de leitura e Casa Recriar; integradas aos espaços ocupados pelas próprias associações ou ONGs que as mantêm, como é a situação de Alípio de Melo (a Associação funciona em um prédio da antiga caixa d'água cedido pelo Governo), COMUPRA ( Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu), e Circo de Todo Mundo; e espaço cedido em comodato por órgão

governamental (FEBEM), como é o caso da Biblioteca Barreiro de Cima.

Como podemos observar, nenhuma dessas instituições tem sede própria, e a permanência ou não das bibliotecas depende do seu nível de estruturação e capacidade de atendimento à demanda que a comunidade faz de seus serviços. Correm o risco de, em não sendo fortalecidas pela sua atuação, virem a desaparecer, como já aconteceu anteriormente com outras bibliotecas que foram fechadas.

#### 5.3.1.3 Recursos humanos

Integrando-se aos aspectos sistematizados nos tópicos anteriores vale apontar a percepção de alguns dos atores em relação à questão do trabalho profissional. Vejamos:

##### **BCPACAmorim-1:**

*A partir daí começou a funcionar, **não dentro da maneira que tem que funcionar**, mas dentro das nossas possibilidades, da boa vontade do pessoal. Dificuldade: temos que ter aqui no mínimo um estagiário para receber, para a biblioteca ficar aberta no horário que funciona a casa, das 8 às 18.*

##### **BCPACAmorim-2:**

*A gente mostra a demanda em pesquisas sobre várias coisas que podíamos estar fazendo, mas não tem gente. Falta o produto humano, que é o essencial.*

*( ENT. 5).*

Considerando que há uma compreensão do diferencial que representaria a orientação especializada, fica claro que um dos

problemas percebidos em relação ao funcionamento das bibliotecas comunitárias diz respeito à falta de um trabalho profissional bibliotecário, ausência que traz conseqüências negativas não só para a organização do acervo, como também para o desenvolvimento de um projeto de ação cultural. Portanto, os dados revelam que, com exceção da Biblioteca Edith Stein, a única que é coordenada por uma bibliotecária, e a do Barreiro de Cima que tem um estagiário de Ciência da Informação, outras receberam o apoio voluntário e apenas temporário de alguns bibliotecários ou estudantes de Ciência da Informação, em sua fase inicial, ficando o trabalho inacabado. Outras jamais receberam qualquer orientação profissional.

Tendo em vista esta configuração e retomando nosso questionamento do início deste estudo, a respeito da falta de um profissional para geri-la e do comprometimento que esta falta traria para o sucesso da ação bibliotecária, pudemos constatar que, embora a organização do acervo, na maioria dos casos, seja precária, isto não impede que as bibliotecas funcionem, mesmo porque, de modo geral, os acervos são de tamanho reduzido. Se assim não fosse, tudo indica que não existiria nenhuma biblioteca comunitária aberta.

Porém é relevante destacar que a falta de organização, nos moldes adequados, interfere na qualidade dos serviços prestados, e que esta poderia ser melhor. A ausência de um profissional para otimizar o atendimento à demanda e para desenvolver um projeto de ação cultural é apontada com maior freqüência como uma das lacunas que devem ser supridas, fato que traz à tona a questão da interação entre as instituições comunitárias e a Universidade no seu papel de atender às demandas sociais.

#### 5.3.1.4 –Dimensões educativas e de ação cultural

Se os pontos antecedentes revelam o processo de criação, a participação dos atores, a situação dos acervos e a importância do trabalho profissional como elemento importante a ser incorporado no contexto das bibliotecas comunitárias, merece também colocarmos em destaque como os sujeitos, face às suas limitações, dinamizam as questões relativas à educação e à cultura. Desta perspectiva vale atentar para os posicionamentos explicitados a seguir:

##### **BCMUPopular:**

*Então, toda vez que pessoa vem aqui, pra fazer uma pesquisa, um trabalho, a gente "tá" sempre oferecendo uma literatura, e "tá" sempre oferecendo, aí a pessoa leva, a gente anota o endereço, o telefone, mais ou menos, quando que vai devolver o livro, aí a pessoa leva o livro, lê, depois devolve; assim que ela devolve já oferece outro, pra "tá" levando, né? Incentivando a pessoa a ter esse costume, esse hábito de ler. Então, o incentivo que nós podemos dar, no momento pra eles, é esse. A gente ainda não criou um programa próprio pra isso, né, mas o incentivo que a gente pode dar é esse, de "tá" emprestando. (ENT. 7)*

Manifesta-se também, nessa fala, a justificativa para o apoio aos estudos fundamentais mediante a constatação de que a qualidade da educação pública oferecida não garante a aprendizagem necessária para a vida. É uma clara observação sobre a "Escola Plural", programa do governo municipal que optou pelo ensino em ciclos.

*... É. Não tem como ter um acesso a um nível de vida melhor sem escola, não tem. E hoje em dia, **a escola "tá" assim, plural, né?** Se a criança não tiver muita falta, ele passa de ano sem saber nada. (ENT. 7).(Grifos nossos)*

**BCBCima:**

*Para a juventude nós temos o concurso de redação, o "Arte e Cultura", temos o Projeto Fred, que é para todas as idades, nós pegamos pessoas de todas as idades, pega qualquer sexo, masculino ou feminino, então, **a inclusão da biblioteca não é só atender literatura não. É atender a comunidade cultural também. Todas as necessidades.*** (Grifos nossos).

Prosseguindo na discussão em relação à questão da ação cultural, torna-se presente o fato de que, na atualidade, o domínio das novas tecnologias é uma das possibilidades da inclusão cultural e de cidadania, e uma das condições precípuas à inserção do cidadão na sociedade da informação. Embora nem todas as bibliotecas tenham a Internet disponibilizada para os usuários, todos os entrevistados sabem da sua utilidade, e a apontam como uma ferramenta necessária. Em algumas das bibliotecas há uma oferta de serviços para a inclusão digital, conseguida por meio de programas governamentais, como os telecentros, etc.

**CSPFreire**

*... a gente está vendo que os meninos estão se apossando dessa ferramenta e é a ferramenta que é absolutamente necessária pro mundo hoje em dia, pra ir pra escola, pra comunicação, pra tudo, e a gente está trabalhando **no sentido de que eles usem a informática para conquistar mais plenamente a cidadania deles. Por exemplo, que eles usem pra divulgar idéias, divulgar críticas, que entrem em grupos de discussão pra divulgar problemas, pra reivindicar coisas, né? Então, a gente tem caminhado nesse sentido. Ainda não tenho resultados assim, palpáveis, mas a gente tem caminhado.*** (Grifos nossos).

**BCCRcriar-2:**



*Eu acho que as bibliotecas comunitárias são importantes pras comunidades, porque os bairros têm as bibliotecas escolares (da Prefeitura), só que aí fica só pra escola. **E as outras pessoas que não estão estudando, né?** Então, eu acho assim, muito importante porque, é igual nosso bairro, é um bairro de classe baixa, nós não temos condições pra "tá" comprando livro e uma biblioteca igual à nossa, serve até como um **meio de diversão pra ela, porque, às vezes, ela não tem condição de sair, de ir a um teatro, pra ir num cinema, mas tem a biblioteca pra ler.** Nós estamos servindo ali de ponto pra ela "tá" distraindo... (ENT.3) (Grifos nossos).*

Na realidade, o que ganha foco na fala dos entrevistados, em um primeiro momento, diz respeito à ação da biblioteca no sentido de apoiar os estudos, ajudar nos deveres escolares, diminuir as dificuldades que as crianças têm para vencer os obstáculos inerentes à aprendizagem, principalmente no que respeita à leitura.

Nesta linha de atuação ela busca muito mais suprir a ineficiência, ou até mesmo a ausência da biblioteca escolar. O entendimento de que a escola é um bem, e que talvez seja a única alternativa para a transposição dos limites das carências - fome, precariedade da moradia, falta de oportunidades de bons empregos - para o alcance de uma vida digna, do exercício da cidadania, levam-na a garantir esse atendimento básico à população.

Está explícita também a crítica feita à inoperância ou mesmo inexistência de ações por parte da biblioteca escolar, principalmente de escolas públicas estaduais, uma das razões para a comunidade assumir essa lacuna. Há testemunhos muito claros a esse respeito:

### **BCPACAmorim-1**

*E a biblioteca da Escola Estadual Bolívar Tinoco ela tem um problema de infra-estrutura, né? Ela é uma biblioteca que, por exemplo, roda-se os serviços de mimeógrafo no mesmo espaço, faz reunião no mesmo espaço, dá outros tipos de trabalho no mesmo espaço, então, o pessoal não tem aquele lugar adequado, assiste vídeo no mesmo espaço. Então, não tem aquele lugar adequado. E outra coisa também é que ela é muito escura, muito cheia de grade, muito cheia de tela; ela não dá aquele ambiente prazeroso do "cê" ficar. (ENT.5)*

### **BCPACAmorim-2**

*...a situação da escola, a gente percebeu e percebe, é só você ir lá, é que ela tem uma biblioteca irrisória, pela demanda da escola, são mais de 1200 alunos. Além de ser uma demanda irrisória, porque são poucos livros, e só didático, o restante é mínimo, ela não era aberta aos alunos; os alunos não tinham acesso, como não têm... Lá tinha um telecentro montado, os alunos não tinham acesso aos computadores, então, era uma demanda...(ENT. 5)*

Mas além desse suporte escolar, imediato, outros objetivos são vislumbrados dentro de uma perspectiva de formação cultural cidadã. Assim, flui das entrevistas a determinação de incentivar a leitura, reivindicar o acesso a atividades culturais, viabilizar a inclusão digital, possibilitar a inserção dos indivíduos em seus direitos culturais, mesmo que não haja projetos sistematizados para alcançar esses objetivos.

Advém, pois, destes relatos a contradição cotidiana que marca suas lutas, à medida que vislumbram o que devem buscar e fazer para inverter o existente, ao lado de intrínsecas limitações que os fazem oscilar entre o desejo, o sonho e a realidade.

Quanto à importância do livro na vida das pessoas os entrevistados assinalam :

**BCMUPopular:**

*É fundamental. Acho que é a base, né, de tudo. Bertoldo Brecht fala, né, num trecho dele lá que, se a pessoa tem fome, ela tem que abraçar o livro. Então, assim, é fundamental.*

.....

*Porque se a pessoa é pobre, pobre, pobre, ela tem que segurar o livro, ela tem que agarrar a escola, ela tem que andar pra frente.(ENT. 7).*

**SPFreire:**

*Eu acho que o livro é um multiplicador cultural, um amplificador cultural imenso, né? Tanto a criança pode pegar o livro, ler de uma forma, simplesmente por brincadeira, de uma forma lúdica, agradável, né, prazerosa... Pode ser uma estrutura, uma estrutura muito, não, um suporte muito bom pra reflexões dela, sobre a vida dela, sobre questões sociais, relacionamento social, sobre cidadania, principalmente, os contos. Por exemplo, os contos de fadas, né, tem aquelas possibilidades de vivências, da criança ver e analisar situações difíceis num ambiente seguro. Por exemplo, os contos de Andersen, quando fala do patinho feio, o preconceito, né, e como é que ela tem que fazer pra não ter esse preconceito, pra demonstrar o que são, que têm valor; "A pequena vendedora de fósforos", sobre as crianças que vendem coisas no metrô, na rua, nos sinais...*

*...Então, todos esses contos dão margens à criança refletir sobre a vida dela, os medos dela, os desejos dela, as aspirações sociais e isso está encaminhando a cidadania dela, né? Que é muito importante por isso. E muito mais, pra adquirir informação, pra saber o que se passa no mundo, né? Pra se situar no mundo.(ENT.4)*

Destaca-se assim, nas formulações acima citadas, que o livro significa abertura de oportunidades materiais, mas também a ampliação da

visão de mundo, a abertura das mentes, ideário que vai se repetir nos discursos transcritos a seguir:

**BCCRecriar-1:**

*Eu acho importante demais porque, quem lê, eu acho que tem atenção a muito mais coisa; a porta se abre, pelo menos a mente se abre, "cê" entende muito mais coisa; eu incentivo muito meus filhos porque eu gosto de ler. Gosto e acho que eu ganhei muito. Então, infelizmente, tem gente que não quer essa oportunidade, né, de ler, mas eu gosto e sempre que eu posso, eu "tô" lendo e eu só tenho a ganhar. Eu incentivo todo mundo, sabe? a ler, porque senão perde. Muito bom.*

Instrumento para incluir, para nivelar, para extinguir o sentimento de inferioridade...

*...Você tem como se nivelar com todas as pessoas, você tem como debater, entender; você tem como chegar, discutir né, conversar com a pessoa de igual pra igual. Eu acho isso muito bom, porque você cresce sim.(ENT. 3),* Acrescentamos como marca das formulações anteriores a visão de que o livro permite a ampliação de vocabulário, o que em termos fundamentais é também a ampliação do conhecimento, porque só se dá nomes àquilo que se conhece... Sob tal prisma há o seguintes destaques:

**BCCRecriar-2:**

*Completando o que a S. falou, acho que ler é tudo. As pessoas quando lêem elas criam... Aumenta o vocabulário dela, ela né, sei lá, conhece outras culturas... Então, assim, ler é fundamental.*

Sair do isolamento, sair do anonimato, aglutinar-se com o outro...

**BCCRecriar-3**

*É justamente o que elas falaram. Eu não tenho estudo, eu sei a falta que me faz, mas, quanto mais leitura a gente tiver, mais...*

*... Não. Eu não leio. Nunca tive oportunidade de aprender. Então, a pessoa quando ele tem estudo, ele tem mais chance pra falar, ele tem mais sabedoria até pra procurar emprego, né? Isso tudo ajuda, porque a pessoa quando ele é muito, tem muita capacidade de ter leitura, estudo, tudo pra ele se torna mais fácil, do que a pessoa que não sabe. **Até pra chegar ao próximo é mais fácil pra ele.** Então, o estudo, a leitura "tá" em primeiro lugar, no meu ponto de vista. (ENT. 3)*

### **BCGRios:**

*A leitura, pra mim, te eleva, dependendo da leitura: espiritualmente, moralmente, financeiramente, **porque eu acho que ler e comer devia ser um direito e dever de todos.** (grifos nossos). (ENT. 3)*

### **BCEStein-1:**

*Eu acho que é um resgate daquele mundo de fantasia da gente mergulhar na leitura, desligar de tudo. Acho que mesmo que a tecnologia vá avançando, o livro nunca vai deixar de existir, porque...*

*... Eu acho que o livro é uma ligação entre os povos, diversas leituras, religiões e através dele que a gente fica conhecendo mesmo... Esses livros mesmo, que estão na onda, do Oriente, acho que por mais que você veja filme, não é igual a gente ler, não é mesmo?*

### **BCEStein - 2:**

*Bom. O livro é um instrumento para a pessoa humana, realmente, se distanciar das dependências... Das dependências do horizontal, da terra.*

*... Para se distanciar do horizontal em que ela está situada também a pessoa humana, mas o livro é um instrumento para ela alçar vôo, sem se desprender, mas para deixar de ser refém, deixar de estar só identificado*

*com a terra; na natureza não tem jeito de se desprender. No ser humano tem, em grande parte, tem o livro, é um instrumento. Se ele vai usar ou não, depende da leitura. Com a leitura, ele se apropria da riqueza cultural, para se elevar acima do simples natural.*

### **BCAQDLeitura-1**

*Algumas crianças sim. Gostam e falam que é pra fugir um pouco da realidade, que é legal, porque dá para conhecer outros lugares e imaginar outra coisa, até outra vida mesmo. Gostam bastante. Mas a maioria não; a maioria lê por ler mesmo. Mais pra estudar também. (ENT. 9).*

Torna-se claro, ainda, que apesar das dificuldades de acesso e de domínio das habilidades de leitura, há uma compreensão que apropriar-se do livro e das possibilidades advindas em interação com o mesmo traz não só abertura em relação à realidade, mas propicia caminhos e alternativas de ação.

Portanto, considerando esta apreensão da realidade das bibliotecas comunitárias, a partir dos dados obtidos com esta amostra, torna-se patente a lacuna a ser preenchida, em termos não só de instalação de bibliotecas, do trabalho cultural a ser desenvolvido, bem como traz à tona a necessidade de romper com a histórica omissão à qual estão submetidas as populações pertencentes às classes populares.

É necessário, porém, lembrarmos que este universo contraditório demonstra que, ao se instituírem como bibliotecas comunitárias, evidenciam a importância da articulação dos diferentes grupos sociais, e ao se colocarem no espaço público tornam visíveis as contradições sociais e abrem esse espaço para reivindicação de direitos e exercício de cidadania.

## **5.4 Os Centros Culturais**

A verdadeira origem dos centros culturais de Belo Horizonte se deu no bojo dos movimentos culturais que afloraram na década de 80. Nessa época, em decorrência do grande crescimento que a cidade sofreu, e em que começaram a se agravar as questões da violência e das drogas, o desenvolvimento de atividades culturais foi uma das alternativas encontradas para a inclusão cultural das populações periféricas, além de ser uma alternativa para orientação dos jovens.

Os centros culturais municipais foram criados a partir da possibilidade aberta pela Lei Orgânica Municipal, que previa sua implantação viabilizada pelo Orçamento Participativo, em 1993.

Dos três centros pesquisados, apenas o da Pampulha teve uma biblioteca mantida pela associação comunitária do bairro Urca. Os outros dois, apesar de terem se originado de movimentos comunitários que demandavam ações de inclusão cultural, tiveram a biblioteca como a primeira fase de implantação dos centros, respeitando as determinações da lei orgânica municipal, que incluía bibliotecas como parte integrante dos mesmos. Buscando recuperar a historicidade desse processo optamos por sistematizar as informações que recuperam esta realidade conforme os tópicos indicados a seguir.

### **5.4.1 Caracterizando as bibliotecas dos centros culturais**

#### **Biblioteca José Gomes de Souza - Centro Cultural da Pampulha (BJGSouza)**

Este Centro está localizado no Bairro Urca, Região Pampulha. Sua construção foi aprovada no Orçamento Participativo de 1994, e foi

inaugurado em 2000. A biblioteca que hoje pertence ao centro cultural foi criada na década de 80 pela associação de bairro chamada CECAN – Centro Educativo e Comunitário Alice Nacif, e funcionava em um lote comunitário. Nas negociações com a Prefeitura Municipal para decidir a ocupação desse espaço definiu-se pela destinação cultural. A biblioteca então foi incorporada pelo novo centro.

A biblioteca tem um acervo de 6751 volumes, e 2028 usuários cadastrados. A frequência média é de 500 pessoas / mês, e o total de empréstimos é de 350 por mês.

Não possui bibliotecário, apenas uma estagiária de Ciência da Informação, e duas auxiliares de biblioteca.

Desenvolve atividades de incentivo à leitura como o Sarau Literário, grupos de leitura e discussão de literatura, exposições de histórias em quadrinhos, contação de histórias para crianças, debates filosóficos, oficinas de literatura.

### **Biblioteca do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira(BCCLAoliveira)**

Situa-se na Favela Prado Lopes, Bairro São Cristóvão. O Centro Cultural está instalado em um espaço adaptado para esse fim, debaixo da caixa d'água que serve a comunidade. Era um vão que foi pensado primeiramente em se transformar em um espaço de convivência da comunidade, o Espaço Cidadão. Posteriormente, em 1999, em decorrência de um processo de discussões com a Prefeitura Municipal, foi definida a transformação do espaço em um centro cultural. Na instalação desse foi montada em primeiro lugar a biblioteca, com assessoria da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte. Recebeu o nome de um dos líderes comunitários que lutaram por essa conquista.



Disponibiliza um setor para uso de computadores, digitação e jogos, embora ainda não disponibilize Internet para os usuários. A biblioteca possui um acervo de 6157 volumes, 950 leitores cadastrados, e cerca de 1800 atendimentos mensais.

Desenvolve atividades de incentivo à leitura como o Sarau Literário, grupos de leitura e discussão de literatura, exposições de histórias em quadrinhos, contação de histórias para crianças, debates filosóficos, oficinas de literatura.

### **Biblioteca do Centro Cultural São Bernardo (BCCS Bernardo)**

O Centro Cultural está situado no Bairro São Bernardo, Região Norte. Havia no bairro uma associação comunitária que desde a década de 80 desenvolvia um trabalho de apoio à juventude contra a droga e a violência. Inicialmente realizavam atividades culturais nas ruas, e depois passaram a realizá-las em um antigo posto policial que havia sido desativado. O centro cultural foi criado em 1994, a partir de demandas da comunidade, e começou a funcionar nesse local, com a implantação de uma biblioteca. Em 1998 foram adquiridos os lotes em que seria construída a sua sede definitiva, pelo Orçamento Participativo. Em 2000, em outro OP, foi aprovada a construção. A inauguração da nova sede se deu em 2004.

Não disponibiliza serviço de Internet para os usuários. O acervo da biblioteca é de 5.500 volumes, tem 3.000 usuários cadastrados, e atende uma média de 90 pessoas/mês.

Como nos outros centros culturais, desenvolve atividades de incentivo à leitura como o Sarau Literário, grupos de leitura e discussão de literatura, exposições de histórias em quadrinhos, contação de histórias para crianças, debates filosóficos, oficinas de literatura.

Tem uma bibliotecária responsável.

#### 5.4.1.1 Processo e dinâmica da criação

A dinâmica da criação das bibliotecas dos centros culturais se diversifica, de uma certa maneira, daquela adotada pelas bibliotecas comunitárias, porque apenas uma biblioteca foi criada por uma associação comunitária, antes da implantação do centro cultural, e começou como biblioteca infantil, que é o caso do Centro Cultural da Pampulha. As outras duas foram criadas já como integrantes dos centros culturais, por demanda dos movimentos comunitários junto à Prefeitura Municipal, em decorrência da criação da Lei Orgânica do Município, em 1992, e foram implementadas por meio do Orçamento Participativo.

São relevantes, nesse processo de criação dos centros culturais, a atuação da comunidade organizada em associações comunitárias e a possibilidade aberta pelo Orçamento Participativo para a inserção da população nas tomadas de decisão do governo municipal.

Segundo os testemunhos, a história da criação das bibliotecas dos centros culturais se deu da seguinte maneira:

#### **CCPampulha**

*"Chamava CECAN – Centro Educativo e Comunitário Alice Nacif. Alice Nacif por causa do nome da escola, que foi construída em 80, e a sede dessa associação ficava exatamente onde hoje fica a biblioteca. Que foi demolido e construído o Centro Cultural, mas coincidiu, a biblioteca fica em cima. **Entre as ações desse grupo, dessas pessoas que foram participando dessa associação comunitária, no final da década de 80 foi organizada uma biblioteca, com a doação de livros das pessoas da comunidade e foi organizado um clube, chamado Clube de Leitura Infantil e aí traziam as crianças pra cá, domingo de manhã, pra ler,***

***pra ter contato com os livros. Esse foi o primeiro movimento, no sentido de uma biblioteca.*** ( ENT. 13).

(Grifos nossos)

### **CCSBernardo**

*Na década de 80 já havia um movimento cultural no bairro. Em 92, quando foi feita a lei orgânica de BH, dentro da lei orgânica tem um parágrafo sobre a criação de centros culturais locais e que cada centro cultural devia ter uma biblioteca. A partir daí essa associação começou a reivindicar da prefeitura. E a comunidade tinha um PPO – Posto Policial, que estava abandonado. Um posto militar criado pelo Newton Cardoso, para diminuir a violência. Mas não adiantou nada. O Projeto acabou. Era uma casinha em que os soldados ficavam. Muitas atividades eram desenvolvidas ali. A partir daí, a associação começou a reivindicar . (O C.C) Foi inaugurado em dezembro de 94, com uma biblioteca. A Prefeitura que inaugurou a partir de uma demanda da comunidade. A biblioteca é o coração do Centro Cultural. Depois disso o Centro Cultural começou com atividades na associação de bairro, na creche, começamos fazendo oficinas de música, teatro, artes plásticas. Em 98, foi o primeiro OP que a comunidade participou, e reivindicou a ampliação do Centro Cultural. (ENT. 15).*

### **CCLAoliveira**

*A discussão como eu te falei, veio antes.. A comunidade tinha solicitado esse espaço, né, que era um espaço vazio. Então, com a discussão da comunidade, em parceria com a Fundação, com a Secretaria Municipal de Cultura e Regional é, e... Por ser um espaço social, então a Biblioteca Infantil nos ajudou a montar essa biblioteca. A necessidade é por quê? Porque as escolas hoje não abrem à noite, nos fins de semana...*

*Sim. A carência. Porque o seguinte: o Centro Social, quando começou, quando o Espaço Cidadão foi criado, a tendência era ter uma biblioteca e ter um espaço sociocultural, então, tendo a biblioteca, tendo oficinas profissionalizantes, né, tendo oficinas culturais, também. Então, tudo*

*funcionou em parceria. A comunidade que pediu essa biblioteca. ... em 1999. (sic).(ENT. 14).*

#### 5.4.1.2– Estratégias de implementação das bibliotecas

Em relação aos processos de implementação dos centros culturais e das bibliotecas comunitárias há uma pequena diferença. Como eles se originaram de movimentos comunitários, as articulações foram feitas com a Prefeitura, que posteriormente os assumiu e se encarregou da montagem, incluindo a organização do acervo, desenvolvida por profissionais da Secretaria Municipal de Cultura. Mas o acervo propriamente dito foi e continua sendo formado principalmente por doações da comunidade. E ainda hoje não há uma dotação específica para atualização da coleção, ficando as compras de livros incluídas nas despesas gerais do centro cultural, cuja verba de manutenção não é significativa.

Alguns excertos das entrevistas nos mostram isso.

#### **BJGSouza:**

*( A manutenção é...) Por conta da prefeitura. Com exceção do acervo, né, que é todo doação. Aqui nós não temos nenhum livro que foi comprado com verba da prefeitura. É interessante...*

*H: Mas por quê? Não tem verba para livro aqui?*

#### **BJGSouza:**

*Não... o Centro Cultural foi aberto com livros emprestados de outros centros culturais; eu não trabalhava aqui na época, mas sou da comunidade e as pessoas começaram a doar livros, começaram a doar livros. No ano passado teve o convênio com o Projeto Sempre Um Papo, que chegaram mais livros, em torno de 1.500 livros, que não deixa de ser doação também, né? Porque as pessoas doam pro Sempre Um Papo, que repassa pra gente.*

*O nosso acervo é 100% doação. Agora, periódicos, a Fundação Municipal de Cultura "tá" pagando, e tem o custeio, né? O contrato dos funcionários, a limpeza, a manutenção do espaço... Tudo é a prefeitura. Na verdade, quando... A criação da Fundação de Cultura, foi muito bom pra gente, porque estou vislumbrando a possibilidade de se criar uma política de acervo, mais consistente; na Secretaria não tinha isso, até porque durante um período, cada Centro Cultural tava em uma regional.( ENT. 13)*

### **BCCSBernardo**

*Os recursos vêm da Prefeitura. Dentro dos nossos projetos sempre há uma verba para compra de livros. Elencamos as prioridades. Recebemos muita doação, que é até um problema. Em 2005 recebemos uma doação muito grande da Priscila Freire. No ano passado fizemos um convênio com o Sempre um Papo.(ENT:15).*

### **BCCLAoliveira:**

*Mas hoje o acervo que atende a biblioteca é 90% de doações.*

**H:** *Vocês ainda sobrevivem de doações?*

*Sim. Muito. E a Fundação, a Prefeitura, ela também dá o respaldo, ela também compra o acervo, mas é porque no processo dessa transição, de 99 até 2005, nós ficamos pela Regional. ( ENT. 14)*

#### **5.4.1.2 Dimensões educativas e de ação cultural**

A política de incentivo à leitura emana da Fundação Municipal de Cultura, razão pela qual os projetos de incentivo à leitura dos centros culturais têm o mesmo padrão. Assim sendo, são comuns a todos os centros culturais alguns projetos, embora haja abertura para atender especificidades das comunidades: "Sentidos do Verbo", que são encontros para discutir temas filosóficos, "Contando histórias", palestras sobre literatura brasileira e estrangeira, encontros com

autores. Trabalham também com outras linguagens, como teatro, cinema, imagens, etc.

Todas as atividades são para o público em geral. Há um projeto destinado aos idosos “*Os senhores e senhoras do tempo*”, que os enfoca como guardiães da memória coletiva.

Em relação a uma política de inclusão cultural, uma das colocações dos entrevistados diz respeito à eficiência da ação cultural para permitir que as pessoas se apropriem de seu direito à cultura, e da condição imprescindível da existência de recursos para garantir essa ação. Ressaltam também que a mudança na comunidade advinda da atuação do centro cultural é facilmente perceptível, quer no que respeita à formação de leitores, quer na ampliação dos horizontes individuais.

Exemplos:

**BCCSBernardo:**

Ainda a cultura não é entendida como uma política pública, como um direito do cidadão. Eu acho que o próprio cidadão não sabe que a cultura é um direito. A cultura é super importante. Precisa desse entendimento. Precisamos desenvolver o acesso à cultura e à informação para nos tornarmos mais críticos, para alterar. A gente só vai alterar quando o cidadão souber do seu direito. Prá ter condição até de reivindicar. Acho que essas mazelas que existem na sociedade - não acho que a cultura vai resolver tudo, mas é a partir daí. Temos que dar acesso a quem realmente não tem acesso.(ENT. 15)

**BJGSouza:**

*Eu acho que falta, isto é, existe uma categoria de pessoas, ou artistas ou intelectuais, ou trabalhadores da cultura, que estão conscientes da importância que o trabalho cultural tem, mas a maioria das pessoas não está ainda, né? O que eu acho que falta, primeiro, é esse entendimento da importância da cultura, por isso é que é um direito. Se é um direito, é porque tem algum valor. Isso precisa ficar claro para as pessoas. E outra é a valorização disso, mas é a valorização mesmo, por parte do poder público, em todas as esferas. Porque uma forma de valorizar a gente é o orçamento, né? Por que a Educação tem um orçamento, e ninguém pode mexer? Porque todo mundo sabe, é óbvio, que a educação é importante, né? A Saúde é mesma coisa. Falta ficar óbvio que a cultura também tem a sua importância, e que é tão importante quanto; os problemas podem ter uma urgência diferente, mas a importância é a mesma. Eu acho que falta isso.*

*...Do início de 2006 para cá, teve um..., é visível, como é que mudou o entendimento de muita gente. Por quê? Por causa disso que eu estou falando, a Fundação de Cultura colocou grana, né, então a gente teve as oficinas, a gente teve as apresentações, a gente teve os eventos, teve os cursos, os debates, né? Os encontros com os artistas, então, muita gente tem entrado aqui e falado: "Pôxa! Mas eu não sabia que era tão bacana!"*

**E comenta:**

*Tem uma senhora, que até é uma liderança comunitária, ela falou assim: "Eu não movi uma palha pra construir isso aqui, porque eu não era a favor". Hoje, é ela que está coordenando a formação desse grupo de seresta.... Então, assim, é muito gratificante e... Tem um rapaz, que veio aqui numa apresentação, era uma contrapartida da Lei de Incentivo à Cultura, era um quarteto de cordas, e aí, isso foi em 2005. Ele nunca tinha visto um violoncelo. E aí o menino veio e viu. ... Ele viu e dizem que ele ficou bobo, olhando assim para o violoncelo e hoje ele está estudando violoncelo, por causa daquele momento que ele veio aqui. Estou contando isso para ilustrar*

*o que a gente sente, trabalhando aqui. **A gente faz a diferença na vida das pessoas. Uma pessoa que participa de uma oficina de arte, ela não é a mesma mais; ela pode não virar artista, que a gente também não quer que todo mundo, né, vire. Mas ela não vai ser mais a mesma, não. (ENT. 13) ( Grifos nossos).***

Falando da biblioteca como ambiente para o incentivo à leitura...

### **BJGSouza**

*A gente tem contações de histórias, que acontecem na biblioteca. Tem o projeto nosso que chama "Os sentidos do verbo", que são encontros filosóficos e debates sobre algum tema. Esses encontros acontecem na biblioteca. A gente faz questão que seja lá para, primeiro, as pessoas estarem ali, no local e segundo para mostrar que a biblioteca é o lugar, exatamente, dessa troca, para acontecer essa troca, esse debate. Tivemos uma oficina, "A arte de escrever contos e crônicas", que encerrou na quarta-feira passada; 100% do grupo de leitura participou, mais as pessoas da comunidade; e essa oficina aconteceu na biblioteca também. Então .tudo o que a gente tem na área da literatura e do incentivo à leitura, acontece na biblioteca.*

Um das indagações que nortearam o desenho desta pesquisa foi o valor dado ao livro pelas populações que não dispõem de recursos econômicos para sua aquisição, no cotidiano da vida. Esta indagação deriva-se de um olhar sobre a história do acesso dessas populações à leitura e à informação em nosso país, uma prerrogativa da elite desde a época da Colônia, e que por esta razão se vêem alijadas deste contato, exceto durante o período escolar, e mesmo assim, rarefeito. Algumas questões, pois, se sobressaíram:



**BJGS**

*Eu acho que o livro, bom, nesse entendimento da literatura, da leitura, como leitura de mundo, que na verdade o que a gente quer é o cidadão capaz de ler o mundo, ser crítico a tudo o que "tá" aí, né? O livro é a porta de entrada pra isso, desde pequeno, né? Pega o livro, ali que a gente entende que a gente "tá", que a gente tem consciência de que "tá" decifrando um código, que "cê" "tá" lendo ali, de que tem uma mensagem, o livro é a entrada pra uma leitura mais ampla, deve começar por aí, a importância que eu vejo é essa. (ENT. 13)*

**CCSBernardo**

*Sou meio radical com essa questão. Tenho muito medo da palavra livro. Tem muita gente que é apegada ao livro. O livro até hoje é um material permanente, que a gente tem dificuldade de comprar. A informação, a literatura, o conhecimento é fundamental na vida da pessoa. O livro mesmo pode ser descartável, porque é só um suporte. A biblioteca é fundamental.*

## 5.4.1.4 – Recursos humanos

As bibliotecas dos centros culturais tiveram o apoio técnico da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte para sua implantação, que organizou os acervos e as montou.

No entanto observa-se que, por alguma razão, há falta de profissionais, como é o caso do C.C.Pampulha que nunca teve bibliotecário, e do Liberalino Alves que estava com uma bibliotecária recém contratada. Já o C.C.São Bernardo tem duas bibliotecárias, sendo que uma delas é a diretora do centro.

## 5.5 Expectativas das bibliotecas comunitárias

No entremeio das falas foram aflorando algumas expectativas que os atores entrevistados têm em relação a uma atuação mais efetiva do governo, e das instituições formadoras de bibliotecários, no atendimento de suas necessidades. Essas expectativas foram reunidas em dois grupos:

### ❖ Em relação ao governo municipal:

- A expectativa de criação de uma biblioteca pública na Região do Barreiro, pelo Orçamento Participativo, e que não foi contemplada:

*BCBCima*

*.... Foi passado para o orçamento participativo, para se criar uma biblioteca pública e não foi aprovada. **Não foi aprovada, não pelo motivo que a comunidade do bairro não quis a biblioteca. Não ganhou pelo motivo que ela estava localizada no lugar mais nobre do Barreiro. Ela estava localizada ao lado da PUC, perto da Mannesman. A Mannesman tem uma biblioteca. Os nossos governantes não souberam localizar a biblioteca. Não ganhou pela localização dela. Porque nós precisamos de biblioteca não é em bairro nobre não. Nós precisamos de biblioteca pra atender são as pessoas carentes. Aquelas que não têm condições de ir numa livraria comprar uma literatura pra ler e tem necessidade de estudar, porque hoje quem não estuda está ficando fora do mercado de trabalho.***

- Expectativa de que a importância da biblioteca comunitária para a inserção cultural da comunidade seja reconhecida pelos órgãos públicos, e que estes assumam seu papel:

***BCBCima:***

*Olha, hoje eu vejo na biblioteca comunitária um passo muito grande pra ajudar na, no auxílio à comunidade. Eu acho que o governo, os nossos governantes, como o estadual, federal, municipal eles deveriam colocar a Secretaria de Cultura mais à disposição das bibliotecas, que hoje eu acho que tem uma interlocução muito pouca, é porque eu acho que vai fazer a diferença no futuro... **Então eu acho que eles deveriam, assim, levar a sério, mais a sério,** não que a gente tenha algum problema, mas, **porque as crianças que vêm aqui hoje, vêm por falta de cultura; vêm atrás, vêm procurar cultura, mas, sem condições de encontrar no bairro mais próximo.**(ENT.1) ( Grifos nossos).*

### **BCCRecriar-2**

*...pelo que eu pude entender, com esse estatuto fica muito mais fácil conseguir as coisas pra biblioteca comunitária, **porque ela fica isolada; ela não tem apoio de nada, ela não tem verba pra nada.** Porque, em muitas reuniões que eu fui, que eu participei, eu via lá, né, bibliotecas da Prefeitura. Eles têm, tinham tudo, sabe? Com verba sim, tem isso, tem aquilo; que chegou livro de fulano, beltrano e, igual ao meu caso, o nosso caso aqui, sempre são livros doados, né? São livros assim que, se alguém não quiser, aí que passa pra cá. Então, eu acho assim, **que deveria ter mais apoio. Ou do Estado, da Prefeitura, sabe?** (ENT.3) (Grifos nossos).*

### **BCCRecriar-1:**

*... Mas não só valorizar pela comunidade. **Mas pelo órgão público, porque, ela dá um suporte. Biblioteca comunitária dá um suporte, porque, a Prefeitura, ela tem biblioteca, mas dentro das escolas. É isso que eu falo. Então, a biblioteca comunitária abrange o todo, a comunidade em geral. É uma pessoa mais idosa, é um jovem, né, que não "tá" mais estudando... E eu acho que o órgão público deveria dar um suporte.***

.....

*Eu quero só reforçar, né, porque nós estamos precisando de muita ajuda e que a bibliotecas se unam pra ver se conseguem algo melhor **e que os órgãos públicos olhem também pelas bibliotecas.**(ENT.3)(Grifos nossos).*

### **BCPACAmorim-1**

*Quando a gente fala que município não está assumindo a parte dele é por isso: tudo que tem aqui é nosso **A gente sabe que isso não é nosso papel, que nós estamos fazendo o papel do governo. Mas não estamos pedindo para fazer para nós, mas fazer junto.** Se colocasse aqui para nós 1 linha de telefone, dois estagiários, seria importante em todo o horário que a casa fica aberta. O resto o pessoal aqui da casa faz. Porque, para chegar até aqui, foram eles que fizeram..(ENT. 5) ( Grifos nossos)*

- Necessidade de desenvolver uma ação de incentivo à leitura, para formar leitores na comunidade, já que as pessoas, os jovens, não gostam de ler.

### **BCAQDLeitura:**

*Acho que precisa desenvolver mais a biblioteca. Não só... As pessoas não têm, parece que fogem um pouco da leitura, não gostam muito, não dão muito valor a uma coisa que, que é a base.(ENT. 9)*

### **❖ Para a Escola de Ciência da Informação:**

#### **CSPFreire:**

*Precisamos da parceria com o Curso de Ciência da Informação...*

*Dar assessoria pra conseguir livro, para classificação dos livros e para oficinas de leitura. Eu acho que lá vocês teriam muita condição de, numa ocasião desses eventos, por exemplo, a gente fazer, em parceria, fazer um evento desses aqui, sobre isso. Com os contadores de história. Porque lá*

*vocês têm uma preparação pra trabalhar com bibliotecas comunitárias e contação de histórias e coisas desse tipo, não? (ENT.4)*

Todas essas falas nos indicam um elevado nível de consciência de direitos e tornam clara a omissão dos órgãos públicos em relação ao atendimento desses direitos. Fica claro, também, que ao se organizarem e serem “vistos” pelo governo, estão lutando para que este cumpra seu dever, que é o de propiciar educação e cultura a todos os cidadãos.

## **5.6 Potencialidades e limites no contexto das instituições**

Em Belo Horizonte há duas instituições públicas que desenvolvem programas de apoio às bibliotecas comunitárias: a Fundação Municipal de Cultura, por meio do Programa Beagalê, e a Faculdade de Letras da UFMG, com o Programa a Tela e o Texto, que estende suas ações também para a área metropolitana.

A inserção de ambos programas nesta pesquisa é em função de apreendermos qual é a importância da biblioteca comunitária sob a ótica de instituições cujas funções sejam impulsionar a cultura e formar profissionais da cultura, casos respectivos da Fundação Municipal da Cultura e da Faculdade de Letras/UFMG, e qual a contribuição dessas instituições para o incremento das referidas bibliotecas.

Destacamos, ainda, como atividade de ação bibliotecária, o trabalho da Escola de Ciência da Informação no atendimento a comunidades de periferia de Belo Horizonte. Ressalvamos, porém, que a ação de extensão desenvolvida pelo carro-biblioteca da ECI, com significativa

relevância de atuação quanto às comunidades atendidas não se enquadra na concepção de bibliotecas comunitárias adotada no presente trabalho.

Assim sendo, o nosso percurso será apresentar os objetivos e as linhas de atuação dos programas referidos, o histórico e a importância da ação bibliotecária desenvolvida junto às bibliotecas comunitárias, o suporte que disponibilizam para o fortalecimento das bibliotecas comunitárias, e os desafios que se apresentam para essas instituições no que se refere às demandas e necessidades dessas bibliotecas.

5.6.1 Linhas de atuação para a área de leitura e bibliotecas para Belo Horizonte e Grande BH.

### **Fundação Municipal de Cultura – Programa Beagalê**

A Fundação de Cultura desenvolve o projeto Beagalê, hoje coordenado pela Diretoria de Leitura e Informação, constituído inicialmente como um projeto da Biblioteca Infantil e Juvenil, e que em 2003 passou a desencadear ações com o objetivo de articular os vários setores da PBH que atuam com programas de incentivo à leitura, que são as bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura: a BIJU- Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte, as quatro regionais - São Cristóvão, Renascença, Santa Rita de Cássia, no Morro do Papagaio, e Bairro das Indústrias - além do suporte dado às bibliotecas comunitárias.

O objetivo principal do Beagalê é o incentivo e a democratização do acesso à leitura e à informação.

Até 2003 não existia uma ação sistematizada em relação às bibliotecas comunitárias. Existiam, todavia, algumas demandas pontuais dessas bibliotecas por acervo, feitas à Biblioteca Infantil e Juvenil, que então coordenava o Beagalê. Estas demandas indicavam a existência de várias delas, e a partir da constatação de que desenvolviam um trabalho de facilitar o acesso à leitura para a população, a Secretaria de Cultura decidiu conhecer esse universo e inclui-las na política de incentivo à leitura do município. Foi então feito um diagnóstico com 33 bibliotecas, e em face dessa identificação foram iniciadas algumas atividades de apoio, como treinamento de voluntários, doação e troca de acervo, estudos temáticos (que eram debates sobre assuntos diversos) que se incluíam no rol de interesses das bibliotecas comunitárias. Hoje são desenvolvidas algumas ações de suporte para elas, como treinamento de pessoal, distribuição de livros, etc. .

### **Faculdade de Letras da UFMG – Programa *A Tela e o Texto***

A FALE/ UFMG desenvolve, dentro do Programa *A tela e o texto*, um trabalho de incentivo à leitura, que inclui a criação de salas de leitura em comunidades pobres no âmbito da área metropolitana de Belo Horizonte.

O programa “A Tela e o Texto” nasceu com o objetivo básico de desenvolver pesquisas de iniciação científica em torno da leitura de Literatura e Cinema do Brasil e da Argentina. Posteriormente, o objetivo principal do programa sofreu uma adequação e passou a ser a formação de leitores contemporâneos, que sejam capazes de ler não só o texto impresso, mas, também, o que é chamado de tela, que compreende o cinema e suas imagens, os vídeos, os computadores, os celulares, etc.

O Programa foi criado em 1998, a partir de um Projeto de Iniciação Científica, e à medida que foi se expandindo passou a ser um projeto de ensino. Ao final do trabalho os alunos tinham que apresentar o resultado de seu trabalho oferecendo um curso no COLTEC, para os alunos de 2º Grau. Com isso passou a conjugar um programa de pesquisa, ensino e extensão, com vários projetos, tendo como foco a questão da leitura de telas e textos.

5.6.2 Importância de se desenvolver uma política de ação bibliotecária no contexto de Belo Horizonte e Grande BH

### **Fundação Municipal de Cultura- Programa Beagalê**

A DILINF- Diretoria de Leitura e Informação foi criada em 2006 e coordena o Programa Beagalê, que já existia anteriormente a cargo da BIJU. A criação da DILINF implica o desejo de ampliar a ação bibliotecária que estava sendo desenvolvida e adequá-la para a implantação de novos serviços que ainda não estão sendo oferecidos à população. Das entrevistas realizadas foi apreendido que o suporte às bibliotecas comunitárias faz parte da ação bibliotecária que o governo municipal desenvolve para ampliar a oferta de leitura e informação à população.

Vejamos a opinião de uma das entrevistadas:

FMC-2:

*Eu acho que, no geral, toda política de leitura de um município tem esse interesse, de democratizar a informação e a leitura. Eu acredito que sempre esse viés de democratizar, no caso de Belo Horizonte, essa preocupação de descentralizar, dos equipamentos culturais não ficarem só nos centros, mas, nas periferias, das pessoas terem acesso a uma múltipla informação, tanto*



*através de livros quanto filmes... Então, na verdade, essa ação bibliotecária é nesse sentido mesmo, a diretriz principal é essa preocupação com a democratização da leitura e com essa ação cultural, que é uma coisa muito forte da prefeitura: que seja um espaço dinâmico, uma ação cultural, que seja uma biblioteca viva... a via da Secretaria de Cultura sempre foi muito voltada para isso, para ação cultural, para a descentralização, para a democratização.(ENT.12)*

### **Faculdade de Letras da UFMG – Programa A Tela e o Texto**

Na opinião da Coordenadora do Programa, a importância de empreender uma ação bibliotecária na Região Metropolitana se deve às necessidades da população brasileira de ter acesso à leitura e à informação, à cultura, o que lhe foi negado ao longo da história antidemocrática de nosso país:

FALE/UFMG:

*O Programa trabalha com a seguinte hipótese: o povo brasileiro lê muito pouco, lê muito mal, por várias razões : primeiro, por uma razão histórica, por causa da prática da escravidão durante muitos séculos no país, o que impediu a criação de uma sociedade verdadeiramente democrática, de cidadãos livres que pudessem ler, criticar. Outra questão, que está vinculada a esta é que, por isso mesmo, o livro é um objeto muito caro; o livro é um objeto de luxo, produzido para uma elite que tem poder aquisitivo para a compra dele... **A questão da biblioteca entra então neste contexto, se o livro é tão caro assim no Brasil e se o país carece de um grande comércio no nível do sebo, que é um espaço que a gente acha muito importante para a democratização da leitura, porque no sebo você compra um livro muito mais barato, mas se isso no Brasil é precário, então a gente tem que abrir biblioteca, não tem outra saída. A gente tem que ter espaços de leitura que disponibilizem, por exemplo, literatura brasileira,***

***enciclopédias, textos mais atualizados de ciência e filosofia para a grande massa da população brasileira. Porque o grande problema é que quem está na escola, de alguma forma está lendo, bem ou mal, mas está lendo. E a grande massa que está fora da escola? E a pessoa que se forma, por exemplo, como é a maioria, no primeiro grau? As seqüelas da escravidão estão aí até hoje. E é pensando nisso que o programa resolveu estimular a criação de bibliotecas comunitárias. Por que na Grande BH? Porque é onde o "nosso braço" alcança. Se o programa tivesse verba, apoio, poder-se-ia atender com muito mais amplitude, mas como não há... (ENT. 10)(Grifos nossos)***

Ela acrescenta que o conceito de biblioteca hoje está ampliado e que há espaço para que ela faça uma interferência na sociedade com vistas a provocar transformações estruturais na comunidade:

*"Foi dado um curso para capacitar os jovens, que são os plantonistas da biblioteca, para que eles trabalhem não só como "emprestadores" de livros, mas, também como agentes de formação da comunidade, para tirar a "moçada" das drogas, para tirar os meninos da falta de acesso à cultura letrada, para prevenir contra as doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Então a biblioteca acaba se tornando muito importante, ...que hoje o conceito de biblioteca não pode ser mais só o lugar onde se lê livro impresso, o jornal etc., mas, ela é uma espécie de micro centro cultural, que ela pode dinamizar a vida de toda uma comunidade. (ENT. 10).*

### 5.6.3 Suportes dados às bibliotecas comunitárias pelos programas.

Entre os suportes oferecidos às bibliotecas que são cadastradas pelo Beagalê destacam-se a capacitação para o pessoal voluntário, um manual simplificado de organização de bibliotecas, e um projeto para

estabelecer recursos, por meio da planilha orçamentária da Fundação, para aquisição de livros para subsidiar os acervos.

**FMC-1:**

*Porque nós sabemos que, principalmente na área de literatura infantil e juvenil, as doações quase não acontecem e qualquer programa de incentivo à leitura tem que ter livros para crianças e jovens. Neste sentido nós estamos trabalhando para que as bibliotecas possam ter um recurso. A compra vai ser efetuada pela Fundação, com recursos dela própria e distribuída entre as bibliotecas... (ENT.11)*

#### 5.6.4 Razões para a criação das bibliotecas comunitárias

Uma das questões apresentadas para as instituições apoiadoras das bibliotecas comunitárias foi identificar as razões pelas quais as comunidades se mobilizam para disponibilizar esse serviço. Nas respostas percebem os mesmos motivos apresentados pelos próprios agentes comunitários: prioritariamente, a tentativa de suprir a ineficiência da biblioteca escolar e de garantir que a escolarização se complete para fins de progressão social. Mas, sem dúvida, também a constatação de que as populações em situação de exclusão escolar e cultural já estão se apropriando de uma cultura letrada que estava à disposição apenas da elite.

**FMC-1**

*Essencialmente eu acredito, acredito não, é a fala das pessoas em todos os momentos que nós entrevistamos os responsáveis pela criação das bibliotecas. Na realidade, elas surgem a partir de uma necessidade da comunidade em dar atendimento, principalmente, na questão escolar. Elas são frutos da necessidade de suprir essa falta da biblioteca escolar. Assim como das bibliotecas públicas, também. Então nós vemos que a atitude em direção à criação das bibliotecas e à formação gira em torno dessa*

*precariedade das bibliotecas escolares e da necessidade de elas darem um suporte à pesquisa escolar. Isso é um fato, pode-se dizer que são 99% do grupo, do universo de bibliotecas que nós entrevistamos. E sempre quando alguém vem e diz, "nós queremos criar uma biblioteca comunitária" a intenção é justamente essa, suprir essas necessidades. (ENT. 11)*

**FMC-2:**

*Inclusive, a gente percebe mais essa demanda, do que uma demanda por abrir uma biblioteca pela questão da leitura livre mesmo, em si, que era até uma coisa que até preocupava a gente, que a gente ficava falando: "Nossa! São tão poucas bibliotecas abertas, por que essa demanda só pela leitura escolar, e não pela leitura de recreação, pela leitura informativa, pela leitura sem compromisso com a escola?". **Mas, enfim, essa demanda é grande porque, de fato, a escola, ela tem um papel enorme de ascensão social para a maior parte daquela comunidade. Então realmente a prioridade das famílias acaba sendo a leitura vinculada à escola, porque a leitura livre, muitas vezes, é vista até como ócio, ainda tem muito essa concepção, a gente percebe...**(ENT. 12)*

**FALE/UFMG:**

*É muito interessante, porque a comunidade sabe que a leitura é um fator importante para ela, **porque num país de grandes desníveis sociais, uma das formas de ascensão social é através da escola, da leitura, da cultura letrada.** Uma pessoa joga bola muito bem, ou ganha na loteria, se torna grande modelo. Tem algumas formas de se enriquecer nesse país, mas, a forma canônica, digamos assim, é: **o cara estuda, ganha um salário melhor e assim é que ele sobe na vida. O caminho é a escola e a biblioteca é fundamental nesse processo e a população sabe disso.** O que ela não tem são instrumentos legais e instrumentos, principalmente **técnicos, para se organizar.** Esses instrumentos ela não tem. E a gente leva esses instrumentos, o nosso papel é só esse. A gente vai lá e ensina como se faz. **Então, eu acho que do ponto de vista da população, a biblioteca comunitária é um valor muito grande.***

.....

*O que a gente percebe, é que existe por parte da comunidade um movimento em busca da biblioteca e do livro; existe uma espécie de "boom" da biblioteca comunitária, de estimular a criação de salas de leitura, as pessoas estão fazendo isso nas suas próprias casas; é uma apropriação, eu acho, de um saber que é da elite, e que a elite não soube até hoje, compartilhar. Eu acho que está havendo uma apropriação.*

.....

*Então, nós trabalhamos com um público com um nível de informação muito baixo a respeito do saber, e é um paradoxo porque é justamente esse público que tem interesse na biblioteca comunitária. (ENT.10) (Grifos nossos)*

Tendo como base o posicionamento dos representantes de instituições comprometidas com a questão da educação, da leitura e da informação tornam-se claras as dificuldades e os desafios que se fazem presente em termos de atender a um universo de tantas carências, notadamente de ordem material.

Porém percebemos que há neste contexto a visão, o desejo e a energia para buscar alternativas que lhes possibilitem participar do acesso aos benefícios sociais, bem como a clareza de que a biblioteca e a escola são importantes aliados para a realização desses objetivos.

Vale ainda acrescentar que emergem dos depoimentos dos representantes das bibliotecas, e também dos profissionais, as limitações quanto às estratégias de ação, trazendo para discussão a necessidade de mobilização da sociedade na reivindicação de direitos e no questionamento às ações vigentes do Estado em relação às políticas públicas.

*“As pessoas muito pobres, que consomem a maior parte de suas energias para sobreviver por um triz não podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade. Por isso são, também, politicamente mais fracas e mais dependentes. Sua existência, nessa condição, debilita toda a nação. Porque nas comunidades em que parcela de seus membros permanece sem direitos e sem liberdade, o direito e a liberdade de todos estão sob permanente ameaça. É por isso que a erradicação da pobreza deve constituir objeto de um acordo nacional plural. Interessa a todos a afirmação inequívoca pelos menos dos direitos mínimos que, não por acaso, são interdependentes: os direitos à liberdade e à vida.” (ABRANCHES, 1987, p.16)*

*“Há algum tempo comecei a coligir entrevistas e depoimentos de marginais sobre a importância da leitura e da cultura.... uma das constantes na declaração de marginais é a afirmativa – “se eu tivesse tido estudo, não estaria nesta situação”. Desconcertante é constatar que são “os excluídos” os que mais clamam por uma chance através do estudo e da cultura. Por estarem aprisionados sabem que o estímulo do imaginário através da leitura é uma forma não só de auto-conhecimento, mas de liberdade possível.” (SANT’ANA, 2006, p.8)*

## **CAPÍTULO VI CONCLUSÕES**

## – 6 CONCLUSÕES

Ao iniciarmos o projeto desta pesquisa tínhamos em mente várias indagações sobre as bibliotecas comunitárias. Num primeiro momento essas indagações se referiam a questões objetivas, à sua identidade e às circunstâncias e fatores históricos e sociais que lhes deram origem: por que e como surgiam, onde surgiam, quem eram os seus criadores e que estratégias usavam para implementá-las e mantê-las funcionando, e como atuavam.

Pervagando pelos terrenos do simbólico, a partir de conjecturas advindas de leituras sobre o tema, e em posse de algumas ainda poucas informações sobre seu ambiente de origem, acrescentamos às outras indagações: se são áreas de fragilidade social, e se existe a possibilidade de esses atores não terem convivência com o livro, qual a importância que lhe é dada para que se organizem e criem bibliotecas autônomas? Que significado têm o livro e a leitura em suas vidas?

Tendo essas questões como norte, enveredamos pelas sendas da teoria na busca do referencial que suportasse as nossas análises e a interpretação dos dados. Tivemos aí os primeiros tropeços. Há quase nada na literatura acadêmica sobre as bibliotecas comunitárias, conforme foi dito anteriormente. Tanto na atualidade como ao longo da história. O que nos permitiu ir construindo nosso caminho à medida que avançávamos na pesquisa.

Feitas as entrevistas, deparamo-nos com um mundo de informações e de opiniões, de difícil seleção pela pertinência de todas, mas de uma riqueza sem igual para a apreensão dessa história e para nos fornecer os elementos que nos permitissem traduzir o conteúdo

obtido em uma estrutura discursiva capaz de revelar a importância e o significado dessas bibliotecas no contexto de suas comunidades. Por outro lado, as informações revelaram ainda como as bibliotecas estavam imbricadas na vida dos seus participantes e como esses, na busca de responder às necessidades colocadas pela escola e pela sociedade, desenvolveram estratégias para resolver suas limitações, de forma a criar oportunidades e outro horizonte de possibilidades, notadamente para crianças, jovens, adolescentes e os demais sujeitos que partilham a mesma realidade.

Em decorrência desses elementos foi-nos possível estabelecer que uma forma de construirmos o resgate dessa história seria ter como norteadores os seguintes tópicos: perspectiva histórica, objetivos da implementação, estratégias de consecução (infra-estrutura, parcerias, acervos), propostas de ação cultural, participação de profissional especializado, papel das instituições de formação, papel do Estado/município, contradições e limitações e a importância do livro. Esta ação nos possibilitou consolidar os fatos e apresentá-los sob um prisma geral no capítulo V, ampliando nosso entendimento da questão e evidenciando ao mesmo tempo sua força, possibilidades, limitações. Permitiu-nos também evidenciar de forma cabal a utopia que mobiliza a comunidade e a faz encontrar forças para sanar seus obstáculos. Tornou evidentes, ainda, as contribuições que vêm do âmbito institucional, revelando parceiros comprometidos com um fazer distinto e com a democratização de oportunidades, assim como, por outro lado, as omissões, o descaso e as contradições que permeiam a vida social, tornando clara a distância que separa as intenções e a prática concreta dos diferentes atores sociais.

É necessário, porém, explicitar que nessa hercúlea tarefa de desbravar quase quinze horas de entrevistas, organizar os dados e



sistematizá-los, as respostas às nossas perguntas foram aparecendo, e nos permitiram construir uma visão geral da questão, que passamos a relatar.

Iniciando pelos atores sociais integrantes do processo de constituição das bibliotecas, é relevante ressaltar o papel do protagonista social. A figura do protagonista, nesta situação específica das bibliotecas comunitárias, engloba indivíduos

( Biblioteca Graça Rios) ou grupos da própria comunidade, como é o caso das organizações comunitárias (COMUPRA, Alípio de Melo, Barreiro de Cima), comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da vizinhança; pessoas de outros ambientes que se dedicam a um trabalho com base na solidariedade (MUP); as organizações do Terceiro Setor (Circo de Todo o Mundo) e a igreja (Edith Stein e Ai que delícia de leitura), como foi demonstrado no Capítulo V. Vale ressaltar o fato de que no contexto das bibliotecas comunitárias os sujeitos que as organizam têm um exercício de protagonismo buscando resolver as contradições às quais estão submetidos.

Ficou evidente que o principal motivo que impulsiona a criação das bibliotecas são a solidariedade e o sentimento de união que aglutinam a comunidade no enfrentamento das carências, nas lutas pela conquista dos direitos e superação da exclusão. Um dos direitos mais reivindicados é a educação, porque é ela talvez o único caminho para a inserção em uma sociedade que exige habilidades cada vez mais específicas para a obtenção de emprego. E a consciência que é o livro o condutor desse conhecimento e que as escolas não suprem o ensino na qualidade necessária ou desejável faz com que a biblioteca seja vista como uma grande alternativa, talvez a única, para superar essas lacunas. Daí o suporte às crianças no “dever de casa”, o incentivo à leitura, o acesso à Internet porque, além da

possibilidade do emprego, a possibilidade urgente de mantê-las longe das drogas, das acrobacias patéticas e do comércio marginal nos sinais de trânsito. O livro é uma das possibilidades de cidadania.

Ficou evidente, também, que ainda faltam projetos de ação cultural, de uma ação proativa e planejada que envolva os vários setores sociais, principalmente educação e cultura, para mudar a realidade do analfabetismo, da ausência da leitura no cotidiano. Pelo que podemos perceber, as escolas e as bibliotecas ainda não chegaram a um acordo para trabalharem juntas nessa missão. A maioria das bibliotecas está se restringindo a disponibilizar livros, mas a tarefa de mediar leitores e livros ainda não se concretizou. É importante ressaltarmos a necessidade de mais parcerias efetivas com indivíduos/voluntários ou instituições formadoras e apoiadoras que forneçam suporte para a aprendizagem dessa ação. Há necessidade de agentes culturais para fazer a ponte entre o livro e o leitor.

Uma lacuna a ser preenchida se refere à quase total ausência de bibliotecários nesse universo. É preciso organizar os livros e isso é feito sem qualquer técnica, muito mais pela intuição de quem tem pouco conhecimento. Portanto, seria interessante que as escolas formadoras de profissionais da Biblioteconomia se voltassem para esse público, numa parceria produtiva para ambos os lados, por meio de estágios ou serviços de extensão: as bibliotecas se beneficiariam pela assessoria técnica, e a academia se beneficiaria com um espaço para aprendizagem, não só no exercício da técnica biblioteconômica, mas principalmente no desenvolvimento de ação cultural e do incentivo à leitura, aspectos essenciais para a profissão, mas tão esquecidos nos atuais currículos. O papel social da universidade está aí para ser desempenhado. No Fórum de Pro-Reitores de Extensão das Universidades Federais para os anos 1997-2000 ficaram

estabelecidas algumas diretrizes políticas que garantem o exercício desse papel:

*A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico de recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade. .(NOGUEIRA,2000, p. 12)*

*O fórum entende que a ação acadêmica das universidades públicas, em particular as atividades de extensão, deve voltar-se prioritariamente para os setores da população que vêm sendo sistematicamente excluídos dos direitos e da compreensão da cidadania. ( NOGUEIRA,2000, p.65)*

*.Outra diretriz é de uma extensão universitária marcada , essencialmente, pela idéia da interação, em uma relação de diálogo universidade/sociedade, de dupla via, de benefícios mútuos, de construção de rede de interlocutores e implementadores. Essa interlocução deve contar com a participação de vários segmentos de uma sociedade que, mesmo ostentando inúmeras características de modernidade, ainda se mostra assimétrica e desequilibrada do ponto de vista da distribuição da riqueza e dos benefícios sociais. Juntamente com esses segmentos "excluídos", a universidade pode construir um pacto pelo desenvolvimento, pela justiça, pela equidade. A extensão é um espaço para se ouvirem as demandas da sociedade e para se articularem, politicamente, pessoas e organizações"( CORREA, 2005, p.38).*

Em relação à importância do livro no cotidiano da vida das pessoas, ficou claro que ela se manifesta muito mais na visibilidade das ações, na concretude das possibilidades de transformações sociais, do que na verbalização, à medida em que, ao criar uma biblioteca, fica evidente a compreensão de que ela amplia o espaço para o sucesso no âmbito escolar, talvez a única chance de ter sucesso em uma sociedade letrada. Passar pelo livro é uma oportunidade de mudança.

Essa possibilidade de mudança pode também ser expressa na busca de reconhecimento pela administração pública do esforço feito pela comunidade para se apropriar de um direito garantido pelas leis, mas ainda não exercido, de ter qualidade na educação. E a qualidade da

educação só se alcança se for acompanhada de boas bibliotecas que possibilitem variedade de oferta de materiais e de opiniões, que vão formar o cidadão consciente. Quando a comunidade desenvolve uma ação desse tipo ela está tornando concreta e visível uma necessidade já conhecida dos governantes há 500 anos, dentre os quais apenas um pequeno número tem a lealdade de atender. Citando Baptista Caetano de Almeida, que foi protagonista de muitas mudanças “civilizatórias” no século XIX, e mentor da criação da biblioteca pública de São João d’El Rei: “*todas as couzas querem principio, para depois serem continuadas, muitas vezes com inteiro proveito do publico*”<sup>22</sup>. Assim, ao se concretizar o atendimento de uma necessidade, expresso pela biblioteca comunitária, está lançada a possibilidade de se tornar uma instituição reconhecida e assumida pelo governo, se assim a comunidade o desejar, como foi o caso dos centros culturais originados dos movimentos comunitários. Na fala do Presidente do COMUPRA,

*...“porque quando a gente fala assim que o município não “tá” assumindo a parte dele é por isso aqui: o espaço é nosso, o aluguel da casa é nosso, a água é nossa, a luz é nossa, o telefone é nosso, as prateleiras são nossas, os livros são nossos, o computador é nosso e a **gente sabe que isso não é nosso papel**, e a gente faz isso. A gente faz porque tem que fazer mesmo, **mas a gente sabe que é papel do governo, que é papel fornecer essas bibliotecas e as pessoas ter acesso a elas**. Então, o que a gente “tá” pedindo, não é pra fazer pra nós não, “tá” pedindo pra fazer junto, porque pesa.(ENT. 5)*

O percurso desta pesquisa foi feito com muitos desafios, principalmente no que se refere à ausência de estudos sistemáticos

---

<sup>22</sup> Apud Motta (2000), p. 153

e às limitações bibliográficas sobre o tema específico. Percebemos uma lacuna em relação a estudos sobre as bibliotecas públicas depois do Período Colonial, as populares a partir do Regime do Estado Novo, e mesmo sobre o sistema de bibliotecas de São Paulo, cuja experiência foi notável, com Mário de Andrade na direção. Acreditamos que ainda há um vasto campo aberto para pesquisas sobre bibliotecas e políticas públicas de leitura em vários períodos históricos como, por exemplo, o da ditadura implantada em 64. Na verdade, a tríade educação-cultura-biblioteca, sob o ponto de vista histórico, é pouco privilegiada como tema de pesquisas nacionais.

Uma tremenda lacuna, que ainda não foi preenchida, diz respeito ao estudo das políticas de ação para as bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino em Minas Gerais. Com base nos testemunhos de associações comunitárias transcritos neste trabalho, e no fato de que inexistente a função de bibliotecário no plano de cargos dos funcionários públicos estaduais, muitas hipóteses podem ser levantadas sobre sua atuação.

Finalmente, queremos dizer do significado deste estudo para nossa experiência pessoal: foi o desvelamento de um mundo surpreendente de ações solidárias e de lutas pela inserção social da comunidade, o contato com possibilidades concretas de abertura de caminhos para a democracia cultural. Essas experiências são moralmente edificantes e socialmente exemplares, na medida em que desenvolvem na comunidade a consciência de sua própria capacidade de realização, independente da ação do governo. Todavia, do ponto de vista do cidadão, isto não representa justiça, porque estar à mercê de sua própria sorte espelha, com clareza, a realidade política do país: a

---

exclusão da grande maioria da população de um dos direitos essenciais da pessoa humana: a dignidade da existência, expressa na dignidade da educação, do trabalho, da cultura e do lazer.

## **SUMMARY**

Community libraries in Belo Horizonte taken as an alternative for low classes' cultural inclusion. This investigation aims to identify, characterize and analyze historical and social factors related to community libraries building in Belo Horizonte, the strategies for their constitution ( infrastructure, collection, human resources, etc.), besides grasping how important and meaningful is reading for their users and builders in order to reach culture and citizenship rights; according to the proposed objectives, methodologically qualitative and quantitative approaches are taken and interview is the instrument for collecting data; it concludes that books relevance is related to formal and non formal education while conceived as the unique possibility for social inclusion, and that community libraries are supported and ruled by the community itself for providing access to books and reading where government commitment towards supplying public and school libraries is missing; those libraries are considered as an alternative for low classes reaching cultural citizenship.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES. Sérgio Henrique **Política social e combate à pobreza: a teoria da prática** 3.ed. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, ,1987)

ARAÚJO, Alcione. Razão e emoção na formação do imaginário. In: SEMINÁRIO DE AÇÃO EDUCATIVA, Belo Horizonte, 2006. **Cultura e educação: parceria que faz história**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007, p.163-179.

ABREU, Vera L.F.G et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte-MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2002, Fortaleza. **Anais...** Associação dos Bibliotecários do Ceará, 2002. CD- ROM.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte-MG: a situação dos acervos. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 17, 1. Semestre 2004. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>

ALMEIDA, Beto. Cultura e política pública de comunicação. In: CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, 22-24/11/2000, Brasília. Câmara dos Deputados, 2000.

ALMEIDA, Maria Cristina B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **R. Bras. Bibliotecon. e Doc., São Paulo**, v.20, n.1/4, jan./dez. 1987.

ALMEIDA JR., Oswaldo Francisco de. Bibliotecas públicas e alternativas. **R. Bras. Bibliotecon. E Doc.**, São Paulo,v.25, n.1/2, p.115-127. Jan./jun. 1993.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (coord). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Coletânea de textos sobre a historia: comemorativa dos 100 anos de Belo Horizonte**. 1996. Disponível em [www.pbh.gov.br/História](http://www.pbh.gov.br/História) . Acesso em : 16/06/07

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. **Diagnóstico da cultura em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: SMC, 1998.

BIGHETO, Alessandro Cesar. **O clima pedagógico mineiro da primeira república e o caso Eurípedes Barsanulfo** . Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/). Acesso em 20/07/07.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, S. Paulo, v.15, n.2, p.73-83, 2001.

----- . Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.23, n.43-44, jan./dez, 2003. Disponível em [http://www.centrodametropole.org.br/pdf/espaco\\_debates.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/pdf/espaco_debates.pdf). Acesso em 08/08/07.

CABRAL, Ana M. R. **Ação cultural bibliotecária** – aspectos revelados pela prática. 1989. 147p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Escola de Biblioteconomia/UFMG, Belo Horizonte.

----- . Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECA ESCOLAR, Belo Horizonte, 1998. **Anais**...Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia/UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria da Conceição. Leitura e exclusão social. Belo Horizonte, **Releitura**, n. 18, p. 7-12, dez. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da biblioteca pública no Maranhão provincial. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez. 2006 .

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, S. Paulo, v.9, n.23, p.71-84, 1995.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 3.ed. são Paulo: Iluminuras, 2004. 384p.

\_\_\_\_\_. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Primeiros Passos, 216). 94p.

\_\_\_\_\_. **Usos da cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**. São Paulo, n. 22, 1999, p. 41-59.\

CORRÊA, Edison José. Extensão e universidade cidadã. **Diversa**, Belo Horizonte, n.8, out. 2005. p.38-39.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p.11-32, jan./abr. 2005.

DANTAS, Marcos. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 60, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 2.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, Tânia M. T. B. da Cruz. **Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX**. Acesso em 05/09/07. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> .

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.9 n.2, p.131-8, set. 1980.

\_\_\_\_\_. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.12, n.2, p.145-169, set. 1983.

\_\_\_\_\_. o bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.11, n.2, p.230-236, set. 1982.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, v. 2, 1957.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

----- . Alfabetização de adultos e bibliotecas populares - uma introdução. In: \_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três textos que se completam**. 3.ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1983. (Coleção Polêmicas do nosso tempo.) p.25-41.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. O **Instituto Nacional do Livro**. Disponível na Internet. Acesso em 20/07/07.

GOHN, M. Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, maio/ago., 2004.

\_\_\_\_\_. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo**. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Aprender a cultura. In: SEMINÁRIO DE AÇÃO EDUCATIVA, Belo Horizonte, 2006. **Cultura e educação: parceria que faz história**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007.

GOMES, Sonia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1983.

GUTIÉRREZ VALENCIA, Ariel. La lectura: una capacidad imprescindible de los ciudadanos del siglo XXI: el caso de México. **ANALES DE DOCUMENTACION**, n.8, 2005, p.91-9.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. A entrevista . In\_\_\_\_\_. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. p.75-79 .

HIGINO, A.; BARBOSA, C.; PEREIRA, M.A. (Org.). **Formando leitores de tela e texto**. Belo Horizonte: Linha Editorial Tela e Texto, FALE/UFMG, 2007.

INSTITUTO ECOFUTURO. **Brasil, brasileiros e bibliotecas**. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br/>. Acesso em 07/07/06.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**. S. Paulo, 08/09/05. Disponível em: <http://www.ipm.org.br>. Acesso em 10/09/05.

JANNUZZI, Paulo M.; LOUREIRO, Monica de Fátima. **Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores culturais por volta de 2000**. 2005. Disponível em: [http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/paulodemartinojannuzzi.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/paulodemartinojannuzzi.html) (3 de 25)23/12/2005.

LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEMOS, Charlene Kathlen . **Bibliotecas comunitárias em regiões de exclusão social na cidade de São Paulo**. Marília, Unesp, 2005. Disponível em: <http://www.vivaleitura.com.br>. Acesso em: 07/07/06.

LIMA, Etelvina. Biblioteca em programas de alfabetização e educação de adultos. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.11, n.2, p.133-145, set. 1982.

MACHADO, Elisa Campos. **Identidade cultural de Heliópolis:** biblioteca comunitária. 2005. Disponível em: <http://www.> Acesso em 08/07/06.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: \_\_\_\_\_. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Status, 1967. p. 57-114

MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo : FAPESP, 1999. p. 395-410.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAZELAS do ensino. **Estado de Minas,** Belo Horizonte, 16/10/2007. Opinião, Editorial, p.8.

MILLÁN, José Antonio. **La lectura y la sociedad del conocimiento.** Disponível em: <http://www.sepic.mx/letras/viaje.html>. Acesso em 30/06/06.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social :** teoria, método e criatividade. 17.ed.. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, José Damiro de. **Educação anarquista no Brasil da Primeira República.** Disponível em : [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_052.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html) Acesso em: 10/06/2007

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

MOTTA, Rosemary Tofani. **Baptista Caetano de Almeida:** um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária. 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MUELLER, Suzana P.M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. da Esc. Bibliotecon. UFMG,** Belo Hte., v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

NOGUEIRA, M. Dores Pimentel (Org.) **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Belo Horizonte: Forum Nacional

de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2000.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, jul/dez., 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 29/6/2006.

RODRIGUES, Glauco Bruce. **Orçamento participativo e movimento hip hop: duas formas distintas de protagonismo sócio-espacial**. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/orcamentoparticipativomovimento.pdf>

ROSA, Flávia G.M.G.; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

SANT'ANA, Affonso Romano de . Cartas da prisão. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8/10/2006. Cultura, p.8).

SANTOS, Luciano. A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 62, s.d. Disponível em [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). Acesso em 16/09/07

SERRA, Elizabeth D'Angelo . O direito à leitura literária. In: **A formação do leitor**. Rio de Janeiro, Petrobrás, 1999. p. 39-44.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. da Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Hte., v.4, n.2, p.141-61, set. 1975.

SOARES, Magda. Leitura e democracia cultural. In: SANTOS, M. Aparecida Paiva S. dos Santos et al. (Org.). **Democratizando a leitura: pesquisa e práticas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck . **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

SUAIDEN, Emir José. El impacto social de las bibliotecas públicas. **Anales de Documentación**, n.5, p. 333-344, 2002.

SOUZA, Francinete Fernandes de; MARINHO, Vanildo Mousinho; ARAÚJO, Walkíria Toledo de. Biblioteca, leitura e desenvolvimento: algumas considerações. Disponível em

<http://www.informacoesociedade.ufpb.Br/319307.pdf>.  
Acesso em: 28/10/2004.

SPRANDEL, M. Anita. Nossos pobres ou nosso povo? Contribuição para o debate sobre políticas públicas no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v.1, n.2. p. 83-87, abr./set. 2006.

THE PUBLIC library service: IFLA/UNESCO guidelines for development/International Federation of Libraries Associations and Institutions. Ed. for the Section of Public Libraries by Phillip Gill et al. München: Saur, 2001. (IFLA Publications, 97). Disponível em: [http://www.iplb.pt/pls/diplb/get\\_resource?rid=938](http://www.iplb.pt/pls/diplb/get_resource?rid=938). Acesso em: 03/07/06.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Novembro, 1994. Disponível em [http://www.iplb.pt/pls/diplb/get\\_resource?rid=938](http://www.iplb.pt/pls/diplb/get_resource?rid=938). Acesso em 03/07/06.

VASCONCELOS, Karina Teixeira; SILVA, Maria do Carmo Costa e; PEREIRA, Marlene Edite. 1º Diagnóstico das Bibliotecas Comunitárias de Belo Horizonte. **Releitura**, Belo Horizonte, n. 18, p. 33-39, dez. 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo : FAPESP, 1999. P. 183-212

WERTHEIN, Jorge. **Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas**. Brasília: Unesco, c1999. (Cadernos da Unesco. Série Educação, n. 3)

\_\_\_\_\_. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n.2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

ZALUAR, Alba. Inclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 29/06/06.





ANEXO I

MAPAS E GRÁFICOS SÓCIOESPACIAIS

ANEXO II

ROTEIROS DE ENTREVISTAS